



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA N.º 006/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO - 987547

OBJETO

Contratação de empresa para execução de obras de construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m², com recursos públicos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024/MDICS/CAIXA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 456.601,88

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

PLATAFORMA

Comprasnet - www.comprasnet.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

f i d @prefeituraeb



(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO**

CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

(Processo Licitatório nº 081/2026)

Torna-se público que o Município de Engenheiro Beltrão/PR, por meio do Pregoeiro e do Departamento de Licitações, sediado à Rua Manoel Ribas n.º 160, Paço Municipal Sidnei Polato, na cidade de Engenheiro Beltrão/PR, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para execução de obras de construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m², com recursos públicos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024/MDICS/CAIXA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

f i t @prefeituraeb



(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 - Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

f i t @prefeituraeb



(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;



- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.7 deste edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº](#)



8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por publicação em órgão oficial de imprensa.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Departamento de Engenharia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.engenheirobeltrao.pr.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (**quinze**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@engenheirobeltrao.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Manoel Ribas n.º 160, Paço Municipal Sidnei Polato, na cidade de Engenheiro Beltrão/PR, Departamento de Licitações.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.engenheirobeltrao.pr.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Engenheiro Beltrão/PR, 28 de Maio de 2026.

Renato Siqueira Lima

Agente de Contratação

f i t @prefeituraeb



(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
CONCORRÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2026
(Processo Licitatório nº 081/2026)**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de obras de construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m², com recursos públicos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024/MDICS/CAIXA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m ² , com Serv execução de serviços preliminares, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, telhamento com telha termoacústico, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, piso, revestimento e pintura, limpeza final e demais itens e especificações conforme projetos e memorial descritivo em anexo.		1	R\$ 456.601,88

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5. Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. Garantia da contratação

6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

7. Vistoria

7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 às 17 horas.

7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

f i t @prefeituraeb

Site oficial
**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
.PR.GOV.BR

(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9. Condições de execução

9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da emissão da ordem de serviço;

9.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho constam do memorial descritivo;

9.1.3. A realização dos serviços obedecerá o cronograma estipulado pelo Departamento de Engenharia e não deverá ultrapassar o prazo máximo de 240 dias.

9.2. Os serviços serão prestados nos locais definidos na respectiva documentação de engenharia, anexas a este termo de referência.

10. Materiais a serem disponibilizados

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

11. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.1. O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no Artigo 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou seja, 5 anos.

12. Procedimentos de transição e finalização do contrato

12.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. Preposto

14.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

14.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período.

14.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



15. Fiscalização

15.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

16. Fiscalização Técnica

16.1. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) e será exercida pelos Srs. Mateus Geron e Waldir Gustavo Rossi, nomeados pela Portaria 256/2025;

16.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

16.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

16.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

16.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

16.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

17. Fiscalização Administrativa

17.1. A fiscalização administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) e será exercida pela Sra. Rosilene Samsel, nomeada através da Portaria 256/2025.

17.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

18. Gestor do Contrato

18.1. A gestão do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV) e será exercida pelo Sr. Roberto da Silva, nomeado pela Portaria 256/2025.

18.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

18.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

18.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a



eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

18.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

18.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

18.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

19.1. Na avaliação da execução do objeto:

19.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

19.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

19.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20. Do recebimento

20.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

20.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

20.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

20.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

20.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

20.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

20.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

20.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

20.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



20.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

20.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

20.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

20.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

20.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

20.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

20.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

21. Liquidação

21.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



21.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

21.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

21.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

21.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

22. Prazo de pagamento

22.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

22.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA/IBGE.

23. Forma de pagamento

23.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



23.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

25. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

25.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

26. Regime de execução

26.1. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

27. Critérios de aceitabilidade de preços

27.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

28. Exigências de habilitação

28.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

29. Habilitação jurídica

29.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

29.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

29.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

29.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

29.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

29.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

29.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

29.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

29.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

30. Habilitação fiscal, social e trabalhista

30.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

30.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

30.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

30.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

30.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

30.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

30.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

30.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

31. Qualificação Econômico-Financeira

31.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

31.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

31.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

31.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

31.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

31.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

31.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

31.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

31.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

31.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

32. Qualificação Técnica

32.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

32.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

32.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade

32.3. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.



32.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

32.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

33. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

33.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 456.601,88 (quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e um reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária anexa.

33.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

33.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

33.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

33.2. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

34. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município e recursos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024.

34.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) 1000122661003210904490510000

34.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Engenheiro Beltrão/PR, 26 de Maio de 2026.

Mateus Geron
Departamento de Engenharia



**ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO**

CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

(Processo Licitatório nº 081/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO/PR E
A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.**

O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede na Rua Manoel Ribas n.º 160, Paço Municipal Sidnei Polato, na cidade de Engenheiro Beltrão/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.950.039/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Adalmir José Garbim Junior, portador da cédula de identidade RG n.º 6.044.205-3 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 041.417.639-18, residente e domiciliado na Rua Taiuva n.º 126, Jardim Residencial Angelo Ghellere Filho, na cidade de Engenheiro Beltrão/PR, no uso de suas atribuições, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º xx.xxx.xxx/xxx-xx, sediado(a) na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx n.º xx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxx/xx, neste ato representado(a) por seu administrador, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º xxx.xxx.xxx-xx, conforme atos constitutivos da empresa, doravante designado CONTRATADO tendo em vista o que consta no Processo Licitatório n.º 081/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n.º 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para execução de obras de construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m², com recursos públicos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024/MDICS/CAIXA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Construção de barracão industrial em alvenaria de 200,00m², com Serv execução de serviços preliminares, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, telhamento com telha termoacústico, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, piso, revestimento e pintura, limpeza final e demais itens e especificações conforme projetos e memorial descritivo em anexo.	Serv	1	R\$ xxx.xxx,xx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxX.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base na tabela XXXXXXXX do mês xxxxxxxx/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de



Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1.

9.40.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.



9.40.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.



- 10.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.14. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 10.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - Multa:**
 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício e recursos obtidos através do Contrato de Repasse 972471/2024, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 10406/2002, Lei nº 8.078/90 e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Engenheiro Beltrão/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Engenheiro Beltrão/PR, XX de XXXXXXXX de 2.026.

Contratante:

MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO
Adalmir José Garbim Junior
Prefeito Municipal

Contratada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF/MF

Nome:

RG:

CPF/MF

f i d @prefeituraeb



(44) 3537-8100

CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.			BARRACÃO COMERCIAL					-	456.601,88	
1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	11.059,70	
1.1.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	4,50	476,51	BDI 1	575,43	2.589,44	RA
1.1.0.2.	SINAPI	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	30,00	85,37	BDI 1	103,09	3.092,70	RA
1.1.0.3.	SINAPI-I	10776	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO (NAO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MES	6,00	742,18	BDI 1	896,26	5.377,56	RA
1.2.			ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO					-	106.354,14	
1.2.1.			ESTACAS					-	13.327,49	
1.2.1.1.	SINAPI	100896	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_01/2020	M	136,00	62,34	BDI 1	75,28	10.238,08	RA
1.2.1.2.	SINAPI	95577	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 10,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	211,00	10,48	BDI 1	12,66	2.671,26	RA
1.2.1.3.	SINAPI	95584	MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 6,30 MM. AF_09/2021_PS	KG	22,90	15,12	BDI 1	18,26	418,15	RA
1.2.2.			BLOCOS DE FUNDAÇÃO					-	7.036,89	
1.2.2.1.	SINAPI	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	3,77	137,00	BDI 1	165,44	623,71	RA
1.2.2.2.	SINAPI	96531	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	3,77	122,33	BDI 1	147,73	556,94	RA
1.2.2.3.	SINAPI	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	8,70	15,26	BDI 1	18,43	160,34	RA
1.2.2.4.	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	25,20	17,90	BDI 1	21,62	544,82	RA
1.2.2.5.	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	70,20	24,11	BDI 1	29,12	2.044,22	RA
1.2.2.6.	SINAPI	96557	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	3,77	682,43	BDI 1	824,10	3.106,86	RA
1.2.3.			VIGA BALDRAME					-	16.319,18	
1.2.3.1.	SINAPI	96557	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	3,40	682,43	BDI 1	824,10	2.801,94	RA
1.2.3.2.	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	3,40	150,75	BDI 1	182,05	618,97	RA

RECURSO

↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.2.3.3.	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	49,38	82,18	BDI 1	99,24	4.900,47	RA
1.2.3.4.	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	73,50	15,37	BDI 1	18,56	1.364,16	RA
1.2.3.5.	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	40,50	13,42	BDI 1	16,21	656,51	RA
1.2.3.6.	SINAPI	104920	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	71,50	11,26	BDI 1	13,60	972,40	RA
1.2.3.7.	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	86,80	19,52	BDI 1	23,57	2.045,88	RA
1.2.3.8.	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	49,38	49,62	BDI 1	59,92	2.958,85	RA
1.2.4.			ANCORAGEM DE PILARES					-	2.577,78	
1.2.4.1.	SINAPI	92919	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	24,00	12,40	BDI 1	14,97	359,28	RA
1.2.4.2.	SINAPI	92921	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	58,40	10,01	BDI 1	12,09	706,06	RA
1.2.4.3.	SINAPI	92915	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	22,50	19,62	BDI 1	23,69	533,03	RA
1.2.4.4.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	0,31	628,47	BDI 1	758,94	235,27	RA
1.2.4.5.	SINAPI	92413	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	4,75	129,73	BDI 1	156,66	744,14	RA
1.2.5.			PILARES					-	25.430,00	
1.2.5.1.	SINAPI	92413	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	89,65	129,73	BDI 1	156,66	14.044,57	RA
1.2.5.2.	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	153,10	10,97	BDI 1	13,25	2.028,58	RA
1.2.5.3.	SINAPI	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	238,20	9,06	BDI 1	10,94	2.605,91	RA
1.2.5.4.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	127,90	15,70	BDI 1	18,96	2.424,98	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.2.5.5.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	5,70	628,47	BDI 1	758,94	4.325,96	RA
1.2.6.			VIGA SUPERIOR					-	37.014,40	
1.2.6.1.	SINAPI	92270	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_09/2020	M2	86,03	231,51	BDI 1	279,57	24.051,41	RA
1.2.6.2.	SINAPI	92760	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	176,40	14,00	BDI 1	16,91	2.982,92	RA
1.2.6.3.	SINAPI	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	124,40	12,60	BDI 1	15,22	1.893,37	RA
1.2.6.4.	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	168,50	10,97	BDI 1	13,25	2.232,63	RA
1.2.6.5.	SINAPI	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	79,50	9,06	BDI 1	10,94	869,73	RA
1.2.6.6.	SINAPI	103674	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	6,27	658,29	BDI 1	794,95	4.984,34	RA
1.2.7.			LAJE DE FORRO					-	4.648,40	
1.2.7.1.	COMPOSIÇÃO	01	LAJE PRE-MOLDADA TRELICADA (LAJOTAS + VIGOTAS) COM LAJOTA CERAMICA *30* X 20 X *8* CM (L X C X A) E VIGOTA VTR *12* X 8 CM (L X A), PARA PISO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA DE 350 KGF/M2, VAO ATE 4 M - INCLUSO COLOCAÇÃO E CONCRETAGEM	M2	40,00	96,23	BDI 1	116,21	4.648,40	RA
1.3.			ALVENARIA					-	57.450,85	
1.3.1.			ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO					-	46.595,17	
1.3.1.1.	SINAPI	103362	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 19X19X29 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	328,32	117,52	BDI 1	141,92	46.595,17	RA
1.3.2.			VERGA E CONTRA VERGA					-	3.211,70	
1.3.2.1.	SINAPI	105030	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	17,20	49,37	BDI 1	59,62	1.025,46	RA
1.3.2.2.	SINAPI	105024	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	27,90	64,89	BDI 1	78,36	2.186,24	RA
1.3.3.			DIVISÓRIA EM MARMORE					-	7.643,98	
1.3.3.1.	SINAPI	102257	DIVISORIA SANITÁRIA, EM PAINEL DE GRANILITE, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	14,86	425,97	BDI 1	514,40	7.643,98	RA
1.4.			COBERTURA					-	26.826,55	
1.4.1.			ESTRUTURA DE COBERTURA EM AÇO					-	26.826,55	

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.4.1.1.	SINAPI	92620	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 12 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO, EXCLUSIVE PINTURA. AF 10/2025	UN	5,00	2.338,28	BDI 1	2.823,71	14.118,55	RA
1.4.1.2.	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF 10/2025 PS	M2	200,00	52,62	BDI 1	63,54	12.708,00	RA
1.5.			TELHAMENTO COM TELHA TERMOACUSTICO					-	46.150,00	
1.5.0.1.	SINAPI	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	M2	200,00	191,08	BDI 1	230,75	46.150,00	RA
1.6.			ESQUADRIAS					-	42.936,54	
1.6.1.			PORTAS					-	30.824,57	
1.6.1.1.	SINAPI	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2025	M2	15,21	1.125,96	BDI 1	1.359,71	20.681,19	RA
1.6.1.2.	SINAPI	100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF 10/2025	M2	6,30	1.333,27	BDI 1	1.610,06	10.143,38	RA
1.6.2.			JANELAS					-	12.111,97	
1.6.2.1.	SINAPI	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 11/2024	M2	16,72	599,87	BDI 1	724,40	12.111,97	RA
1.7.			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					-	38.223,02	
1.7.1.			INFRAESTRUTURA ELÉTRICA					-	3.379,13	
1.7.1.1.	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF 12/2020	UN	3,00	56,10	BDI 1	67,75	203,25	RA
1.7.1.2.	SINAPI-I	39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	65,00	2,50	BDI 1	3,02	196,30	RA
1.7.1.3.	SINAPI	95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	M	2,40	24,08	BDI 1	29,08	69,79	RA
1.7.1.4.	SINAPI	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M	47,39	11,30	BDI 1	13,65	646,87	RA
1.7.1.5.	SINAPI	106669	ELETRODUTO METÁLICO ZINCADO FLEXÍVEL COM CAPA (SEALTUBO), DIÂMETRO 3/4"- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	M	61,32	14,41	BDI 1	17,40	1.066,97	RA
1.7.1.6.	SINAPI	106670	ELETRODUTO METÁLICO ZINCADO FLEXÍVEL COM CAPA (SEALTUBO), DIÂMETRO 1"- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	M	43,64	18,48	BDI 1	22,32	974,04	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROponente / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	Apelido do Empreendimento Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.7.1.7.	SINAPI-I	39129	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN	45,00	2,68	BDI 1	3,24	145,80	RA
1.7.1.8.	SINAPI	93008	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 50 MM (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1,00	25,46	BDI 1	30,75	30,75	RA
1.7.1.9.	SINAPI	93009	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1,00	37,56	BDI 1	45,36	45,36	RA
1.7.2.			CABEAMENTO					-	7.461,48	
1.7.2.1.	SINAPI	101884	CABO DE COBRE ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	M	113,66	12,35	BDI 1	14,91	1.694,67	RA
1.7.2.2.	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	456,77	5,37	BDI 1	6,48	2.959,87	RA
1.7.2.3.	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	501,10	3,75	BDI 1	4,53	2.269,98	RA
1.7.2.4.	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	54,02	8,23	BDI 1	9,94	536,96	RA
1.7.3.			COMPLEMENTO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					-	12.909,11	
1.7.3.1.	SINAPI	101893	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2,00	104,92	BDI 1	126,70	253,40	RA
1.7.3.2.	SINAPI	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	6,00	14,79	BDI 1	17,86	107,16	RA
1.7.3.3.	SINAPI	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	7,00	13,64	BDI 1	16,47	115,29	RA
1.7.3.4.	SINAPI	101946	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA PARA 1 MEDIDOR DE SOBREPOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	199,15	BDI 1	240,49	240,49	RA
1.7.3.5.	SINAPI	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	916,66	BDI 1	1.106,96	1.106,96	RA
1.7.3.6.	SINAPI	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	22,00	26,60	BDI 1	32,12	706,64	RA
1.7.3.7.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	37,77	BDI 1	45,61	228,05	RA
1.7.3.8.	SINAPI	92009	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,00	64,68	BDI 1	78,11	1.249,76	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.7.3.9.	SINAPI	92028	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	58,90	BDI 1	71,13	142,26	RA
1.7.3.10.	SINAPI	91936	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	21,00	27,62	BDI 1	33,35	700,35	RA
1.7.3.11.	Composição	03	LUMINÁRIA TIPO PLAFON QUADRADA, DE SOBREPOR, COM LED DE 24W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00	44,00	BDI 1	53,13	318,78	RA
1.7.3.12.	Composição	04	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, PARA 1 LAMPADA TUBULAR LED DE 36W, COM LAMPADA E REATOR	UN	15,00	121,52	BDI 1	146,75	2.201,25	RA
1.7.3.13.	Composição	02	Eletrocalha perfurada tipo C 50x25	m	63,70	72,00	BDI 1	86,95	5.538,72	RA
1.7.4.			SPDA					-	14.473,30	
1.7.4.1.	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	6,00	56,10	BDI 1	67,75	406,50	RA
1.7.4.2.	SINAPI	96973	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	27,83	85,40	BDI 1	103,13	2.870,11	RA
1.7.4.3.	SINAPI	96989	CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	149,98	BDI 1	181,12	181,12	RA
1.7.4.4.	SINAPI	96988	MASTRO 1 ½", COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	179,29	BDI 1	216,51	216,51	RA
1.7.4.5.	SINAPI	104746	MINI CAPTOR PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	32,18	BDI 1	38,86	38,86	RA
1.7.4.6.	SINAPI	104749	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	4,00	23,41	BDI 1	28,27	113,08	RA
1.7.4.7.	SINAPI	96986	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	4,00	121,52	BDI 1	146,75	587,00	RA
1.7.4.8.	SINAPI	96974	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	76,00	109,61	BDI 1	132,37	10.060,12	RA
1.8.			INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS					-	21.931,73	
1.8.1.			ESGOTO					-	5.633,06	
1.8.1.1.	SINAPI	97900	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	1,00	231,17	BDI 1	279,16	279,16	RA
1.8.1.2.	SINAPI-I	11712	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	UN	2,00	43,65	BDI 1	52,71	105,42	RA
1.8.1.3.	SINAPI	104327	RALO SIFONADO REDONDO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	22,87	BDI 1	27,62	55,24	RA
1.8.1.4.	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	12,77	BDI 1	15,42	30,84	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.8.1.5.	SINAPI	86879	VÁLVULA EM PLÁSTICO 1" PARA PIA, TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	11,19	BDI 1	13,51	27,02	RA
1.8.1.6.	SINAPI-I	301	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	UN	21,00	2,70	BDI 1	3,26	68,46	RA
1.8.1.7.	SINAPI-I	296	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5688)	UN	12,00	1,52	BDI 1	1,84	22,08	RA
1.8.1.8.	SINAPI	104063	CURVA LONGA, 45 GRAUS, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 100 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO. AF_06/2022	UN	7,00	69,80	BDI 1	84,29	590,03	RA
1.8.1.9.	SINAPI	89748	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	46,80	BDI 1	56,52	226,08	RA
1.8.1.10.	SINAPI	89728	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	16,40	BDI 1	19,80	39,60	RA
1.8.1.11.	SINAPI	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	32,34	BDI 1	39,05	156,20	RA
1.8.1.12.	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	13,67	BDI 1	16,51	33,02	RA
1.8.1.13.	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00	18,47	BDI 1	22,30	22,30	RA
1.8.1.14.	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	13,43	BDI 1	16,22	32,44	RA
1.8.1.15.	SINAPI	89797	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	56,71	BDI 1	68,48	136,96	RA
1.8.1.16.	SINAPI	104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	47,70	BDI 1	57,60	172,80	RA
1.8.1.17.	SINAPI	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	24,00	21,41	BDI 1	25,85	620,40	RA
1.8.1.18.	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	39,24	48,20	BDI 1	58,21	2.284,16	RA
1.8.1.19.	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	11,11	28,21	BDI 1	34,07	378,52	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.8.1.20.	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	5,25	34,60	BDI 1	41,78	219,35	RA
1.8.1.21.	SINAPI	104352	TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,00	43,83	BDI 1	52,93	105,86	RA
1.8.1.22.	SINAPI-I	6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXÍVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	2,00	11,23	BDI 1	13,56	27,12	RA
1.8.2.			ÁGUA FRIA					-	14.276,50	
1.8.2.1.	SINAPI	103036	REGISTRO DE ESFERA, PVC, ROSCÁVEL, COM VOLANTE, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	28,48	BDI 1	34,39	34,39	RA
1.8.2.2.	SINAPI	94497	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	117,62	BDI 1	142,04	142,04	RA
1.8.2.3.	SINAPI	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	7,00	104,47	BDI 1	126,16	883,12	RA
1.8.2.4.	SINAPI	89376	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM X 1/2, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2,00	7,52	BDI 1	9,08	18,16	RA
1.8.2.5.	SINAPI	89429	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	8,00	8,05	BDI 1	9,72	77,76	RA
1.8.2.6.	SINAPI	104001	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 1.1/2", INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	16,70	BDI 1	20,17	20,17	RA
1.8.2.7.	SINAPI	104034	COLAR DE TOMADA, PVC, COM TRAVAS, DE 110 MM X 1/2" OU 110 MM X 3/4", PARA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA. AF_06/2022	UN	1,00	34,74	BDI 1	41,95	41,95	RA
1.8.2.8.	SINAPI	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	31,64	27,50	BDI 1	33,21	1.050,76	RA
1.8.2.9.	SINAPI	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	49,27	BDI 1	59,50	59,50	RA
1.8.2.10.	SINAPI	86942	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	299,58	BDI 1	361,77	1.447,08	RA
1.8.2.11.	SINAPI	86932	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	733,34	BDI 1	885,58	3.542,32	RA
1.8.2.12.	SINAPI-I	37106	CAIXA D'ÁGUA / RESERVATORIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	5.762,88	BDI 1	6.959,25	6.959,25	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROponente / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	Apelido do Empreendimento Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Barracão industrial									456.601,88	
1.8.3.			DRENAGEM PLUVIAL					-	2.022,17	
1.8.3.1.	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	M	8,03	48,20	BDI 1	58,21	467,43	RA
1.8.3.2.	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M	19,93	64,60	BDI 1	78,01	1.554,74	RA
1.9.			PISO					-	33.361,39	
1.9.0.1.	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	M3	16,13	896,37	BDI 1	1.082,46	17.460,08	RA
1.9.0.2.	SINAPI-I	21141	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-92, (1,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 60 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	M2	161,33	11,18	BDI 1	13,50	2.177,96	RA
1.9.0.3.	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF 08/2022	M2	70,00	84,32	BDI 1	101,82	7.127,40	RA
1.9.0.4.	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF 08/2022	M2	36,48	84,32	BDI 1	101,82	3.714,39	RA
1.9.0.5.	SINAPI	87247	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF 02/2023 PE	M2	36,48	65,41	BDI 1	78,99	2.881,56	RA
1.10.			REVESTIMENTO E PINTURA					-	72.307,96	
1.10.0.1.	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 10/2022	M2	656,64	5,75	BDI 1	6,94	4.557,08	RA
1.10.0.2.	SINAPI	87536	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	M2	656,64	44,90	BDI 1	54,22	35.603,02	RA
1.10.0.3.	SINAPI	87269	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF 02/2023 PE	M2	84,72	71,79	BDI 1	86,69	7.344,38	RA
1.10.0.4.	SINAPI	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF 09/2022	M2	36,48	54,85	BDI 1	66,24	2.416,44	RA
1.10.0.5.	SINAPI	104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	M2	36,48	15,19	BDI 1	18,34	669,04	RA
1.10.0.6.	SINAPI	88431	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS CORES. AF 03/2024	M2	620,16	29,00	BDI 1	35,02	21.718,00	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	BDI 1 20,76%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
Barracão industrial									456.601,88

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

Engenheiro Beltrão
Local
terça-feira, 7 de abril de 2026
Data

Responsável Técnico
Nome: Carlos Henrique R. de Melo
CREA/CAU: CREA PR 129.973/D
ART/RRT: 1720262848787

CARLOS
HENRIQUE
RABELO DE
MELO:077977669
08
Assinado de forma
digital por CARLOS
HENRIQUE RABELO DE
MELO:07797766908
Dados: 2026.05.21
10:37:17 -03'00'

RECURSO
↓



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TGOV 972471	PROPONENTE TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	APELIDO EMPREENDIMENTO Barracão industrial	DESCRIÇÃO DO LOTE Barracão industrial
--------------------------	-------------------	---	---	--

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1 05/26	2 06/26	3 07/26	4 08/26	5 09/26	6 10/26	7 11/26	8 12/26	9 01/27	10 02/27	11 03/27	12 04/27
1.	BARRACÃO COMERCIAL	456.601,88	% Período:	2,42%	23,29%	12,58%	15,98%	17,77%	4,80%	7,31%	15,84%				
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	11.059,70	% Período:	100,00%											
1.2.	ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	106.354,14	% Período:		100,00%										
1.3.	ALVENARIA	57.450,85	% Período:			100,00%									
1.4.	COBERTURA	26.826,55	% Período:				100,00%								
1.5.	TELHAMENTO COM TELHA TERMOACU	46.150,00	% Período:				100,00%								
1.6.	ESQUADRIAS	42.936,54	% Período:					100,00%							
1.7.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	38.223,02	% Período:					100,00%							
1.8.	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	21.931,73	% Período:						100,00%						
1.9.	PISO	33.361,39	% Período:							100,00%					
1.10.	REVESTIMENTO E PINTURA	72.307,96	% Período:								100,00%				
Total: R\$ 456.601,88			%:	2,42%	23,29%	12,58%	15,98%	17,77%	4,80%	7,31%	15,84%				
Período:	Repass:	9.252,71	88.977,47	48.064,25	61.053,28	67.899,31	18.348,41	27.910,64	60.493,93						
	Contrapartida:	1.806,99	17.376,67	9.386,60	11.923,27	13.260,25	3.583,32	5.450,75	11.814,03						
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	11.059,70	106.354,14	57.450,85	72.976,55	81.159,56	21.931,73	33.361,39	72.307,96						
Acumulado:	%:	2,42%	25,71%	38,30%	54,28%	72,05%	76,86%	84,16%	100,00%						
	Repass:	9.252,71	98.230,18	146.294,43	207.347,71	275.247,02	293.595,43	321.506,07	382.000,00						
	Contrapartida:	1.806,99	19.183,66	28.570,26	40.493,53	53.753,78	57.337,10	62.787,85	74.601,88						
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	11.059,70	117.413,84	174.864,69	247.841,24	329.000,80	350.932,53	384.293,92	456.601,88						
	Administração Local:														

Engenheiro Beltrão
Local

terça-feira, 7 de abril de 2026
Data

Responsável Técnico
Nome: Carlos Henrique R. de Melo
CREA/CAU: CREA PR 129.973/D
ART/RRT: 1720262848787

CARLOS
HENRIQUE
RABELO DE
MELO:0779776
6908

Assinado de forma
digital por CARLOS
HENRIQUE RABELO DE
MELO:07797766908
Dados: 2026.05.21
10:38:06 -03'00'

Nº OPERAÇÃO
008979/24Nº TRANSFEREGOV
972471PROPONENTE / TOMADOR
Município de Engenheiro Beltrão

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Barracão industrial / Barracão industrial

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

40,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,43%
Seguro e Garantia	SG	0,28%
Risco	R	1,00%
Despesas Financeiras	DF	0,94%
Lucro	L	7,80%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,76%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Engenheiro Beltrão

Local

CARLOS
HENRIQUE
RABELO DE

MELO: 07797766-9

Assinado de forma
digital por CARLOS
HENRIQUE RABELO DE
MELO: 07797766908
Data: 2026.05.21
10:38:29 -03'00'

Responsável Técnico

Nome: Carlos Henrique R. de Melo

CREA/CAU: CREA PR 129.973/D

ART/RRT: 1720262848787

terça-feira, 7 de abril de 2026

Data

BDI 2

TIPO DE OBRA

PMv3.16

1 / 3

Nº OPERAÇÃO
008979/24Nº TRANSFEREGOV
972471PROPONENTE / TOMADOR
Município de Engenheiro Beltrão

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Barracão industrial / Barracão industrial

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

40,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

(SELECIONAR)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	0,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Engenheiro Beltrão
Localterça-feira, 7 de abril de 2026
Data

Responsável Técnico

Nome: Carlos Henrique R. de Melo
CREA/CAU: CREA PR 129.973/D
ART/RRT: 1720262848787

BDI 3

TIPO DE OBRA

(SELECIONAR)

Itens	Siglas	%
PMv3.16		

Nº OPERAÇÃO
008979/24Nº TRANSFEREGOV
972471PROPONENTE / TOMADOR
Município de Engenheiro Beltrão

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Barracão industrial / Barracão industrial

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

Itens	Origem	Adotado
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	0,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Engenheiro Beltrão
Localterça-feira, 7 de abril de 2026
Data

Responsável Técnico

Nome: Carlos Henrique R. de Melo
CREA/CAU: CREA PR 129.973/D
ART/RRT: 1720262848787



QCI - Quadro de Composição do Investimento

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 008979/24	Nº TransfereGOV 972471	PROPONENTE / TOMADOR Município de Engenheiro Beltrão	MUNICÍPIO / UF Engenheiro Beltrão	VALORES CONTRATADOS (R\$):		
APELIDO DO EMPREENDIMENTO Barracão industrial			RECURSO OGU	REPASSE 382.000,00	CONTRAPARTIDA 74.601,88	INVESTIMENTO 456.601,88

Saldo a Reprogramar	Repasse (R\$) -	Contrapartida (R\$) -
---------------------	--------------------	--------------------------

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Abastecimento de água	Rede de distribuição	BARRACÃO COMERCIAL	Em Análise	4.136,91	m	LOTE 1	382.000,00	74.601,88	-	456.601,88
2.								-	-	-	-
3.								-	-	-	-
4.								-	-	-	-
5.								-	-	-	-
6.								-	-	-	-
7.								-	-	-	-
8.								-	-	-	-
9.								-	-	-	-
10.								-	-	-	-
TOTAL								382.000,00 (83,66%)	74.601,88 (16,34%)	- (0,00%)	456.601,88 (100,00%)

Observações:

Engenheiro Beltrão
Local

terça-feira, 7 de abril de 2026
Data

Representante Tomador

Nome: Adalmir José Gargim Junior
Cargo: Prefeito de Engenheiro Beltrão

ADALMIR JOSÉ
GARBIM JÚNIOR

Assinado de forma digital por
ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR
Dados: 2026.05.22 09:39:10
-03'00'



MEMORIAL DESCRITIVO DE SERVIÇOS

Município Engenheiro Beltrão – Pr
Contrato de Repasse nº 972471
Construção de Barracão industrial em Alvenaria

1. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Objeto: Construção de Barracão industrial em Alvenaria
Contrato de Repasse: 972471/2024

Proponente: Município de Engenheiro Beltrão – PR
CNPJ: 76.950.039/0001-31
Interveniente/Concedente: Caixa Econômica Federal / GIGOV
Local da Obra: Engenheiro Beltrão
Área Construída: 200,00 m²

2. JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO

O presente empreendimento tem como finalidade a construção de um barracão industrial destinado ao fomento das atividades econômicas industriais do Município de Engenheiro Beltrão – PR, visando a geração de emprego e renda, bem como o fortalecimento do setor produtivo local.

A execução da obra atende ao interesse público, promovendo infraestrutura adequada para instalação de empreendimentos comerciais e/ou industriais, em consonância com as diretrizes do programa de governo vinculado ao contrato de repasse.



3. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1 - Placa de Obra

Será executada a instalação de placa de obra em chapa galvanizada, com dimensões de **1,50 x 3,00 m**, fixada em estrutura de madeira devidamente dimensionada e resistente às ações de vento e intempéries.

A placa deverá ser implantada em local visível ao público, preferencialmente voltada para a via principal de acesso à obra, conforme orientação da fiscalização.

O conteúdo, layout, cores, logomarcas e demais especificações deverão atender integralmente ao **manual de placas da CAIXA**, disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/governo-federal-manual-placas/manual_placas_obras.pdf

A instalação, manutenção e conservação da placa durante todo o período da obra serão de responsabilidade da empresa contratada.

3.2 - Locação Convencional da Obra

A locação da obra será realizada de forma convencional, mediante utilização de **gabarito com tábuas corridas**, devidamente niveladas e fixadas em pontaletes de madeira cravados no solo a cada **2,00 metros**, garantindo estabilidade e precisão.

Serão utilizados equipamentos adequados (nível, trena, linha, esquadro, entre outros) para marcação dos eixos, alinhamentos e níveis, conforme projeto arquitetônico e implantação.

A locação deverá ser conferida pela fiscalização antes do início das escavações, sendo de inteira responsabilidade da contratada quanto à exatidão das medidas, alinhamentos e cotas estabelecidas em projeto.



3.3 - Locação de Container para Escritório de Obra

Será prevista a locação, instalação e manutenção de **container metálico para escritório de obra**, em dimensões compatíveis com as necessidades da equipe técnica e da fiscalização.

O container deverá apresentar condições adequadas de uso, incluindo:

- Ventilação e iluminação adequadas;
- Instalação elétrica interna funcional;
- Mobiliário básico (mesa, cadeiras, armários);
- Condições de segurança e estanqueidade;

O equipamento deverá permanecer no canteiro durante todo o período de execução da obra, sendo destinado ao apoio administrativo, reuniões técnicas e atividades da fiscalização.

A responsabilidade pela mobilização, manutenção e desmobilização será integralmente da contratada.

Implantação de canteiro de obras;
Instalações provisórias de água, energia elétrica e sanitários;
Mobilização de equipamentos e mão de obra.

4. ESTRUTURA

A estrutura será executada em concreto armado conforme projetos e normas vigentes (NBR 6118), incluindo fundações, pilares, vigas e elementos estruturais complementares, com controle tecnológico do concreto.



**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL

   @prefeituraeb

Sítio oficial
**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
.PR.GOV.BR

(44) **3537-8100**

CNPJ: **76.950.039/0001-31**

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



5. ALVENARIA E DIVISÓRIAS

A alvenaria será executada com tijolos cerâmicos furados, nas dimensões de 19 x 19 x 29 cm, assentados com argamassa adequada, obedecendo rigorosamente ao alinhamento, prumo, nível e esquadro, conforme projeto arquitetônico.

Serão executadas vergas e contravergas em concreto armado em todos os vãos de portas e janelas, conforme dimensões e detalhamentos previstos em projeto estrutural, garantindo adequada distribuição de cargas e evitando fissurações.

No ambiente de banheiro, serão executadas divisórias em mármore, devidamente fixadas, alinhadas e niveladas, com acabamento polido, atendendo às condições de resistência, higiene e durabilidade exigidas para o uso.

Todos os serviços deverão seguir as normas técnicas vigentes da ABNT e orientações da fiscalização, sendo de responsabilidade da contratada a qualidade final da execução.

6. ESTRUTURA DE COBERTURA E COBERTURA

A cobertura será executada com estrutura metálica, composta por tesouras inteiriças em aço, devidamente dimensionadas conforme projeto estrutural, destinadas ao suporte do sistema de cobertura. As tesouras deverão ser fabricadas com materiais de qualidade, garantindo resistência mecânica, estabilidade e durabilidade, sendo posteriormente transportadas e instaladas no local da obra com o devido alinhamento e nivelamento.

Sobre a estrutura principal, será executada trama metálica secundária, constituída por terças em aço, adequadamente espaçadas e fixadas, dimensionadas para cobertura de até duas águas, garantindo suporte eficiente para o recebimento das telhas.



O sistema de cobertura será composto por telhas metálicas termoacústicas, com espessura de 30 mm, instaladas em cobertura de até duas águas, assegurando adequado desempenho térmico e acústico, além de estanqueidade. A fixação deverá ser realizada com elementos apropriados, garantindo perfeita vedação e resistência às ações de vento e intempéries.

Todos os elementos da estrutura metálica deverão receber tratamento anticorrosivo (como pintura ou galvanização), conforme especificação técnica, garantindo maior vida útil ao sistema.

A execução deverá seguir rigorosamente os projetos, normas técnicas vigentes e orientações da fiscalização, assegurando qualidade, segurança e desempenho adequado da cobertura.

7. ESQUADRIAS

As esquadrias compreendem portas, portões e janelas, as quais deverão ser executadas e instaladas rigorosamente de acordo com as especificações de materiais, dimensões e quantitativos constantes no projeto arquitetônico e na planilha orçamentária.

Os materiais empregados deverão ser de boa qualidade, isentos de defeitos, garantindo resistência, durabilidade, segurança e adequado funcionamento. A instalação deverá assegurar perfeito alinhamento, nivelamento e vedação, bem como o correto funcionamento de todos os componentes, incluindo ferragens, dobradiças, fechaduras e acessórios.

Todos os serviços deverão atender às normas técnicas vigentes da ABNT, bem como às recomendações dos fabricantes e orientações da fiscalização, sendo de responsabilidade da contratada a qualidade final e o pleno desempenho das esquadrias instaladas.



8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

8.1 - Objetivo do memorial

O objetivo deste memorial descritivo é apresentar as especificações de materiais, critérios de cálculo, o projeto elétrico e os principais resultados de análise e dimensionamento dos elementos da estrutura.

8.2 - Normas relacionadas ao projeto

Os principais critérios adotados neste projeto, referente aos materiais utilizados e dimensionamento das peças, seguem conforme as prescrições normativas.

Normas:

- NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão
- NBR 14136:2012 - Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/ 250 V em corrente alternada

8.3 - Alimentação elétrica

O Dimensionamento do projeto foi realizado conforme os critérios da concessionária local, tendo como definições de entrada os seguintes critérios:



8.4- Quadro de medição e proteção geral

A proteção geral para o alimentador deve ser realizada por um disjuntor termomagnético, localizado no quadro geral de medição que será instalado na parede do muro localizado no limite do passeio no acesso da propriedade e um disjuntor de manutenção no quadro de distribuição localizado no primeiro pavimento da residência.

8.5 - Quadros de distribuição e disjuntores

O quadro de distribuição - QD, ou caixa de distribuição - CD, constituído de material termoplástico antichama ou metálico, instalação embutida ou de sobrepor, grau de proteção de acordo com a necessidade da instalação, na qual recebe alimentação de uma fonte de geradora e distribui a energia para um ou mais circuitos. A estrutura interna é destinada à instalação de dispositivos de proteções unipolares, bipolares e tripolares padrão DIN ou UL, conforme Norma NBR IEC 60.439-3 e NBR IEC 60.670-1.

O modelo do quadro de distribuição a ser utilizado no projeto deve ser conforme definido na lista de materiais e legenda de simbologias. Todos os quadros de disjuntores deverão ser aterrados e providos de barramento específico para as fases, neutro e terra. Os disjuntores utilizados serão monopolares, bipolares ou tripolares, conforme diagramas unifilares e lista de materiais. Deverão atender as exigências da norma NBR 60898 (IEC60 9472), não sendo aceito disjuntores que não atendam a esta norma. Os disjuntores terão tensão de funcionamento compatível com a tensão do circuito e protegerá a fiação. A



capacidade de interrupção de corrente de curto - circuito dos disjuntores deve ser conforme definido na lista de materiais estando atrelada ao disjuntor escolhido.

Serão utilizados interruptores diferenciais residuais (IDR) para promover a proteção em caso de choques elétricos acidentais. Serão utilizados IDR's bipolares e tetrapolares com tensão de 220V e 380V respectivamente e corrente de disparo de no mínimo de 30mA. O Dispositivo de proteção contra surtos (DPS), ou supressor de surto, é um dispositivo que protege as instalações elétricas e equipamentos contra picos de tensão, geralmente ocasionados por descargas atmosféricas na rede de distribuição de energia elétrica. O dispositivo é instalado no quadro de distribuição entre fase e terra, possuir classe I, II ou III, conforme IEC.

8.6 - Queda de tensão

A instalação atendida por ramal de baixa tensão terá queda de tensão máxima desde o ponto de entrega até o circuito terminal, conforme a tabela abaixo:

Queda de tensão admissível (CA)

Total (%)	5
Alimentação (%)	4
Iluminação (%)	4
Força (%)	4
Controle (%)	1



Queda de tensão admissível (CC)

Total (%)	4
Alimentação (%)	2
Iluminação (%)	2
Força (%)	2
Controle (%)	1

8.7- Temperatura ambiente

A temperatura média do ambiente e do solo são elementos utilizados para o cálculo do Fator de correção por temperatura. O FCT é utilizado no cálculo da corrente de projeto corrigida para o dimensionamento da seção da fiação do circuito.

Temperatura ambiente

Ambiente (°C)	30
Solo (°C)	20

8.8 - Condutos e condutores



Condutos

Todos os eletrodutos a serem utilizados deverão ser de PVC, anti-chama, de marca com qualidade comprovada e resistência mecânica mínima de 320 N/5cm para dutos corrugados e estar de acordo com as normas IEC-614, PNB-115, PBE-183 e PMB-335.

Condutores

Os condutores serão de cobre eletrolítico de alta pureza, tensão de isolamento 450/750V, isolados com composto termoplástico de PVC com características de não propagação e auto-extinção do fogo (anti-chama), resistentes à temperaturas máximas de 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga e 160°C em curto-circuito. Devem atender às normas NBR-6880, NBR-6148, NBR-6245 e NBR-6812.

Os condutores instalados em eletroduto diretamente enterrado no solo, terão tensão de isolamento 0,6/1kV, encordoamento classe 2, conforme norma de fabricação NBR 7288.

A bitola mínima para os condutores será para circuitos de força de 2,5mm² e circuitos de iluminação 1,5 mm². Para todas as bitolas deverão ser utilizados cabos elétricos, ou seja, condutores formados por fios de cobre, têmpera mole—encordoamento classe 2.

Os cabos deverão ser conectados às tomadas com terminais pré-isolados tipo anel ou pino e conectados aos disjuntores com terminais pré-isolados tipo pino. Todos os condutores deverão ser identificados com anilhas, numerados conforme o número do circuito.

Padronização das cores

Fase 1	Branco
Fase 2	Preto
Fase 3	Vermelho
Neutro	Azul claro



Terra	Verde-amarelo
Retorno	Amarelo
Positivo	Vermelho
Negativo	Preto

8.9 - Critérios gerais

Aterramento

A malha de aterramento será composta pela instalação de hastes de aterramento em linha, interligadas e distanciadas entre si de 3 metros, sendo a haste de características mínimas de $\varnothing 5/8"$ x 2,44m, tipo Copperweld.

Na primeira haste haverá uma caixa de inspeção de 30x30x40 cm, para verificação e inspeção do aterramento.

A ligação com a rede será através do neutro, sendo que a conexão deverá ser bem firme.

A ligação do condutor com a haste deverá ser com solda exotérmica.

A resistência máxima deverá ser de 25 Ohms, e se necessário for, dever-se-á aumentar o número de hastes ou tratar o solo para respeitar tal valor.

A malha de aterramento deve ser instalada em vala de no mínimo 50 cm de profundidade, na qual serão interligadas as hastes de aterramento, através de condutores de 50 mm² de cobre nu. Deve possuir caixa de equalização, BEP, quando necessário, e interligar o sistema de aterramento ao barramento de proteção do quadro de distribuição geral de baixa tensão.



Exigências da concessionária

As emendas nos eletrodutos deverão ser evitadas, aceitando-se as que forem feitas com luvas perfeitamente enroscadas e vedadas.

Os eletrodutos deverão ser firmemente atarrachados ao quadro de medição, por meio de bucha e arruela de alumínio.

Instalações

Na instalação deve-se tomar cuidado para não danificar o isolamento dos fios durante a enfição e o descascamento para emendas e ligações.

Os eletrodutos deverão ser instalados de modo a não formar cotovelos, pois isto prejudica a passagem dos condutores elétricos. Recomendamos a utilização de curvas ou caixas de passagem.

Todas as emendas serão feitas nas caixas de passagem, de tomadas ou de interruptores e devem ser isoladas com fita isolante de boa qualidade. Não serão permitidas, em nenhum caso, emendas dentro dos eletrodutos.

Todos os quadros de distribuição, caixas de passagem, caixas dos medidores, quadros de comandos, motores elétricos e demais partes metálicas, deverão ser devidamente aterrados.

9. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E DRENAGEM

Rede de água fria, esgoto sanitário, caixas de inspeção e drenagem pluvial conforme normas técnicas.



10. SPDA

Sistema de proteção contra descargas atmosféricas conforme NBR 5419.

11. PISOS

Na **área de produção**, bem como na **rampa de acesso**, o piso será em **concreto armado**, com espessura de **10 cm**, devidamente executado sobre base preparada e compactada, sendo **armado com tela soldada nervurada tipo Q-92**. O acabamento deverá ser desempenado e nivelado, garantindo resistência mecânica adequada às cargas previstas e durabilidade ao uso.

Na **área administrativa**, será executado inicialmente **contrapiso em concreto** com espessura de **6 cm**, sobre o qual será aplicada **argamassa de regularização**, devidamente nivelada e desempenada. Posteriormente, será realizado o assentamento de **revestimento cerâmico**, com dimensões mínimas de **35 x 35 cm ou superiores**, utilizando argamassa colante adequada, garantindo alinhamento, nivelamento e acabamento uniforme.

Todos os serviços deverão atender às normas técnicas vigentes da ABNT, bem como às orientações de projeto e da fiscalização, sendo de responsabilidade da contratada a qualidade, resistência e durabilidade dos pisos executados.

Chapisco, emboço, reboco e revestimentos cerâmicos em áreas molhadas.



13. REVESTIMENTO E PINTURA

As paredes internas e externas do barracão receberão revestimento em argamassa, composto por chapisco e reboco, de modo a proporcionar adequada regularização e acabamento das superfícies. Após a conclusão e cura do revestimento, as paredes internas e externas receberão pintura com tinta texturizada, aplicada conforme as recomendações do fabricante, em quantidade de demãos suficiente para garantir perfeito acabamento, uniformidade de cor e adequada proteção das superfícies.

A laje da área administrativa e dos banheiros será preparada com aplicação de massa acrílica para correção de imperfeições e obtenção de superfície lisa e uniforme. Posteriormente, será executada pintura com tinta acrílica, em número de demãos necessárias para assegurar cobertura completa, acabamento homogêneo e durabilidade.

Todos os materiais empregados e os serviços executados deverão atender rigorosamente às especificações constantes nas peças técnicas do projeto, às recomendações dos fabricantes e às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.

14. MEDIÇÃO E CONTROLE

Medições conforme cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, com validação da fiscalização.

15. GARANTIA DA OBRA

Garantia mínima de 5 anos conforme legislação vigente.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Execução conforme normas da ABNT, projetos aprovados e diretrizes da CAIXA/GIGOV. Entrega em perfeitas condições de uso.



Engenheiro Beltrão, 11 de Maio de 2026.

CARLOS HENRIQUE
RABELO DE
MELO:0779776690
8

Assinado de forma digital
por CARLOS HENRIQUE
RABELO DE
MELO:07797766908
Dados: 2026.05.11
23:39:42 -03'00'

Carlos Henrique R. de Melo
CREA PR 129.973/D

f i d @prefeituraeb

Site oficial
**ENGENHEIRO
BELTRÃO**
.PR.GOV.BR

(44) 3537-8100

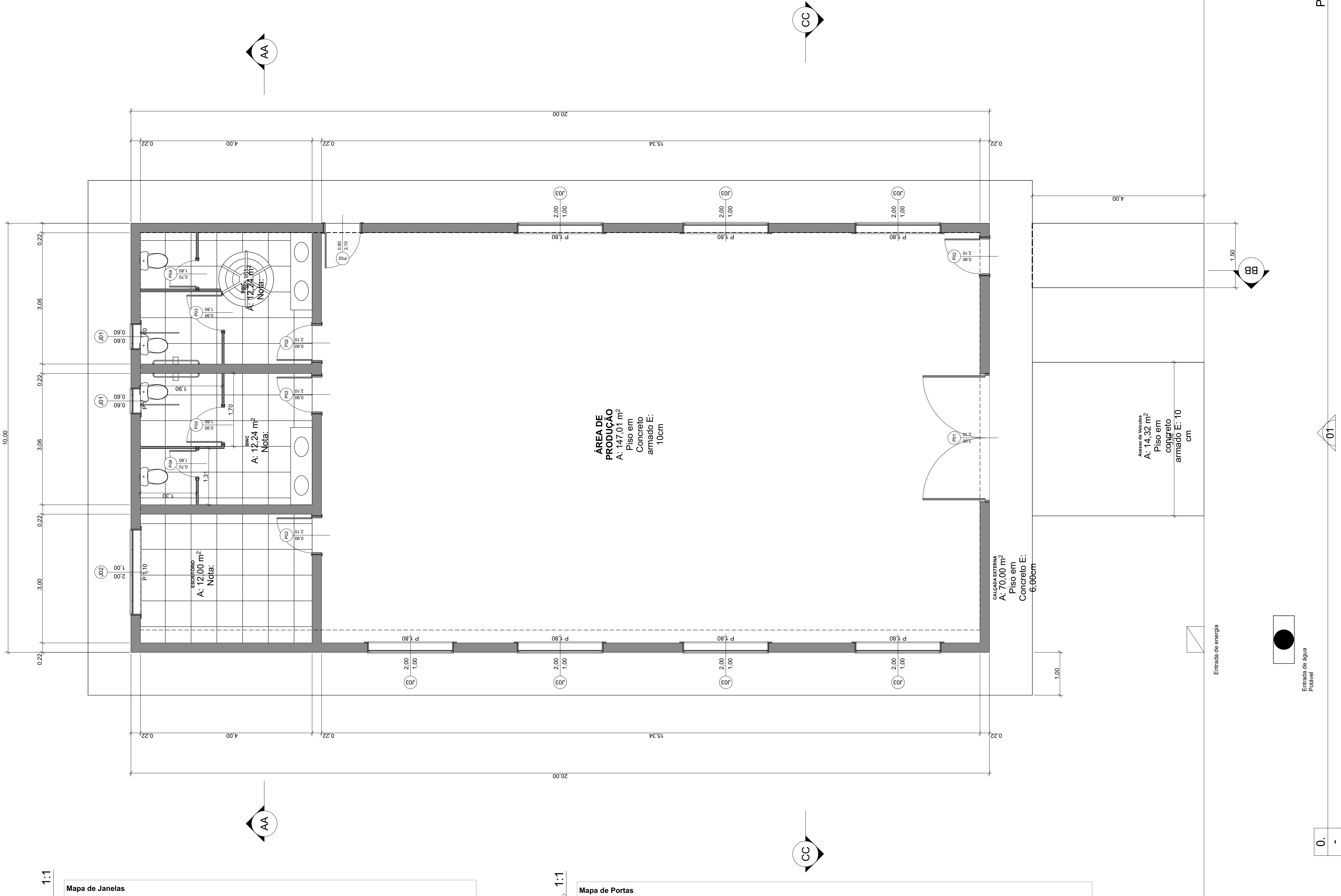
CNPJ: 76.950.039/0001-31

prefeitura@engenheirobeltrao.pr.gov.br

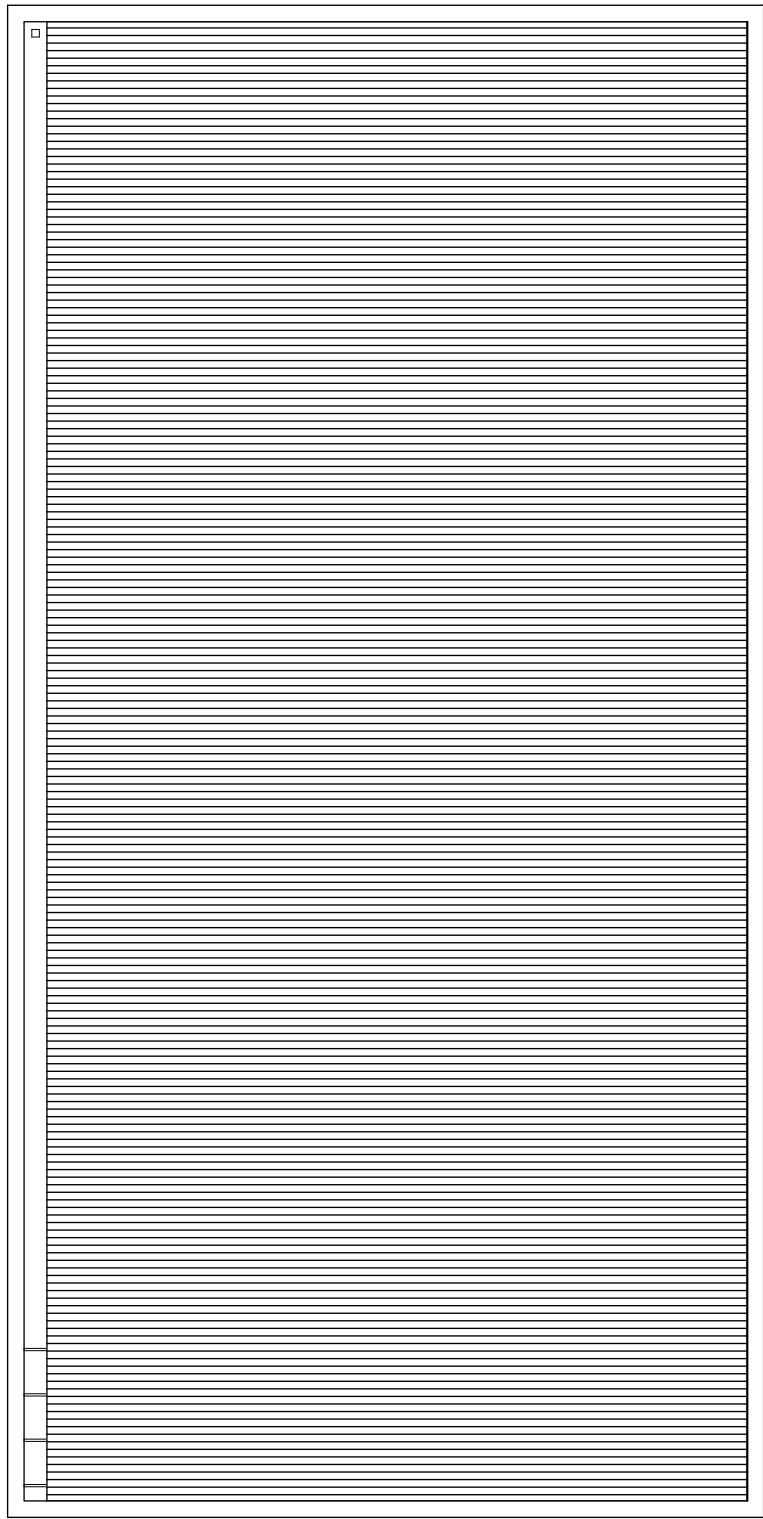
Prefeitura de Engenheiro Beltrão

Rua Manoel Ribas, 160 -Centro

CEP: 87-270-000 Engenheiro Beltrão-PR



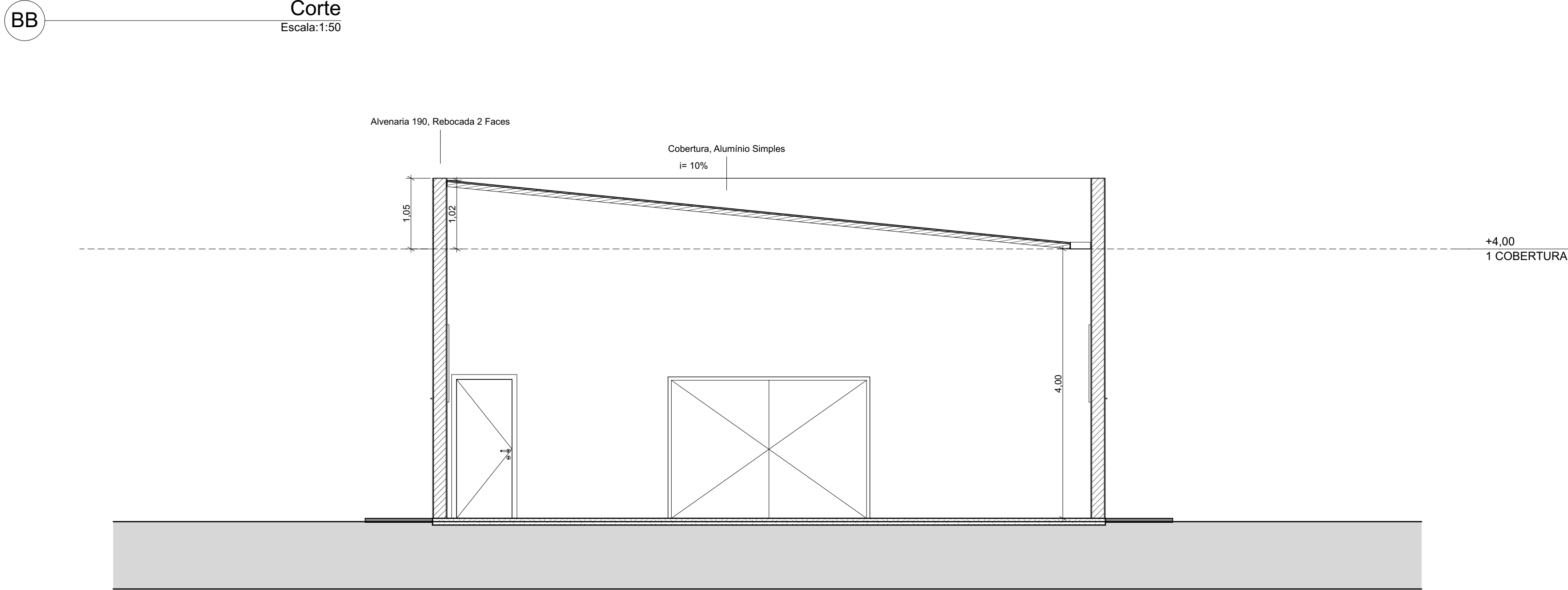
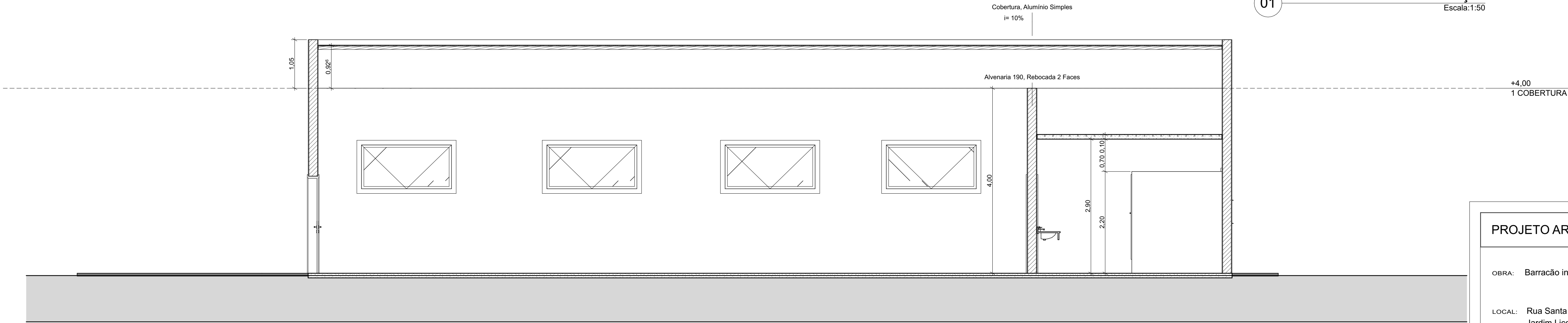
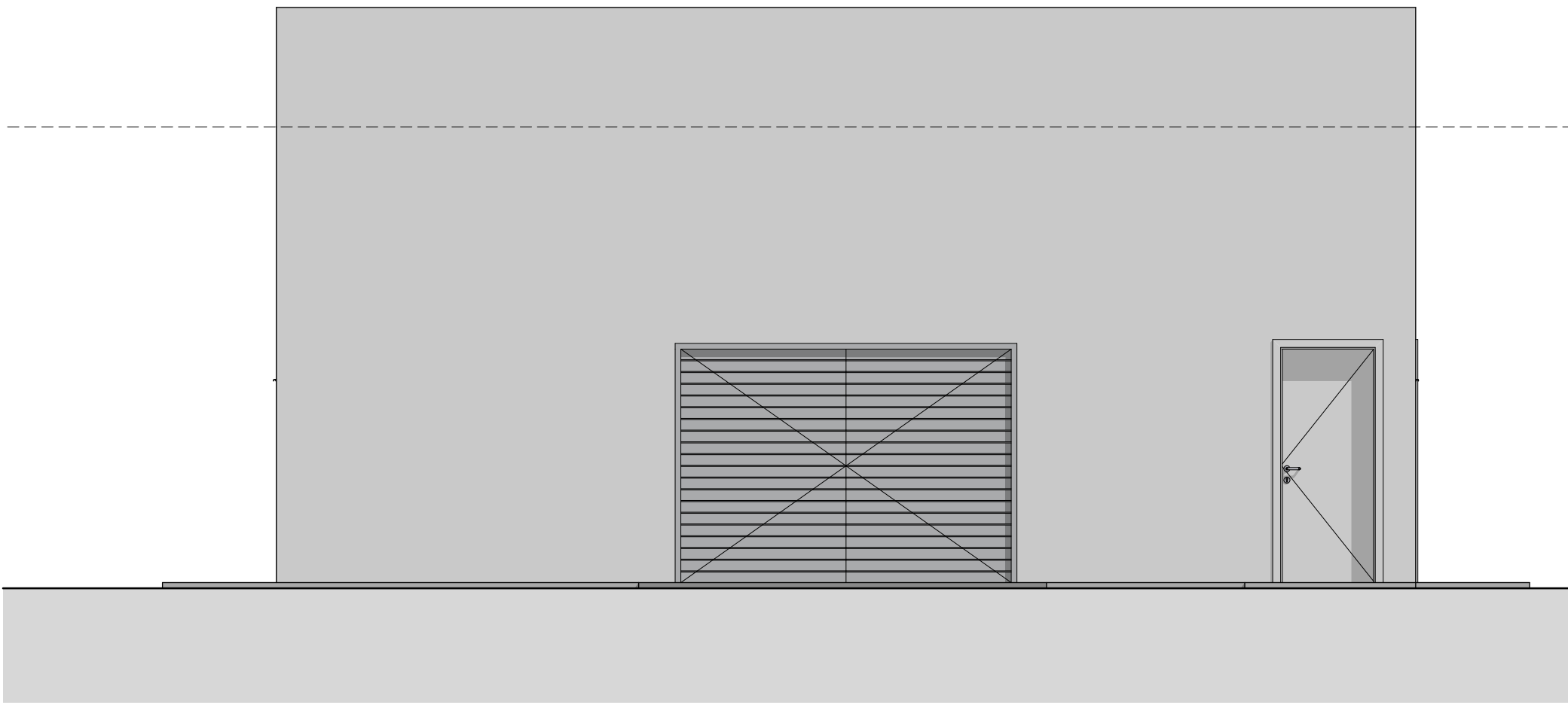
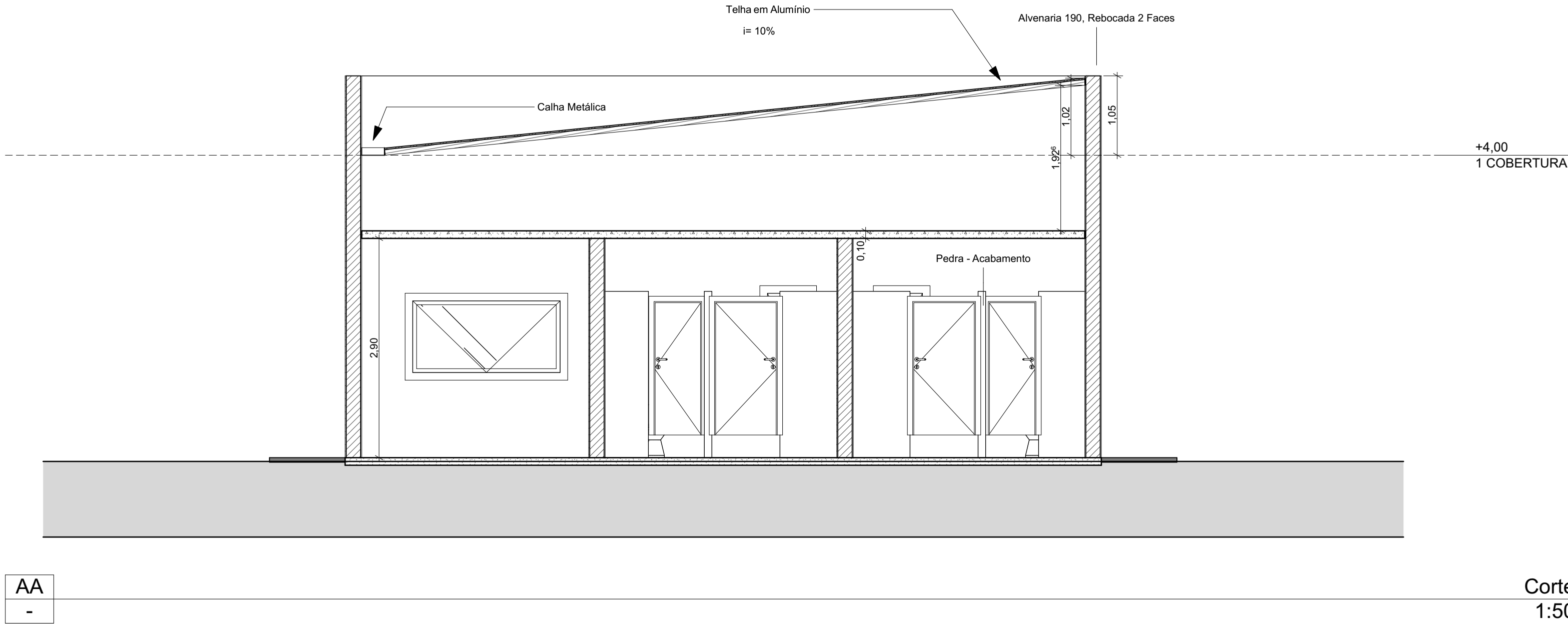
Planta Baixa 1:50




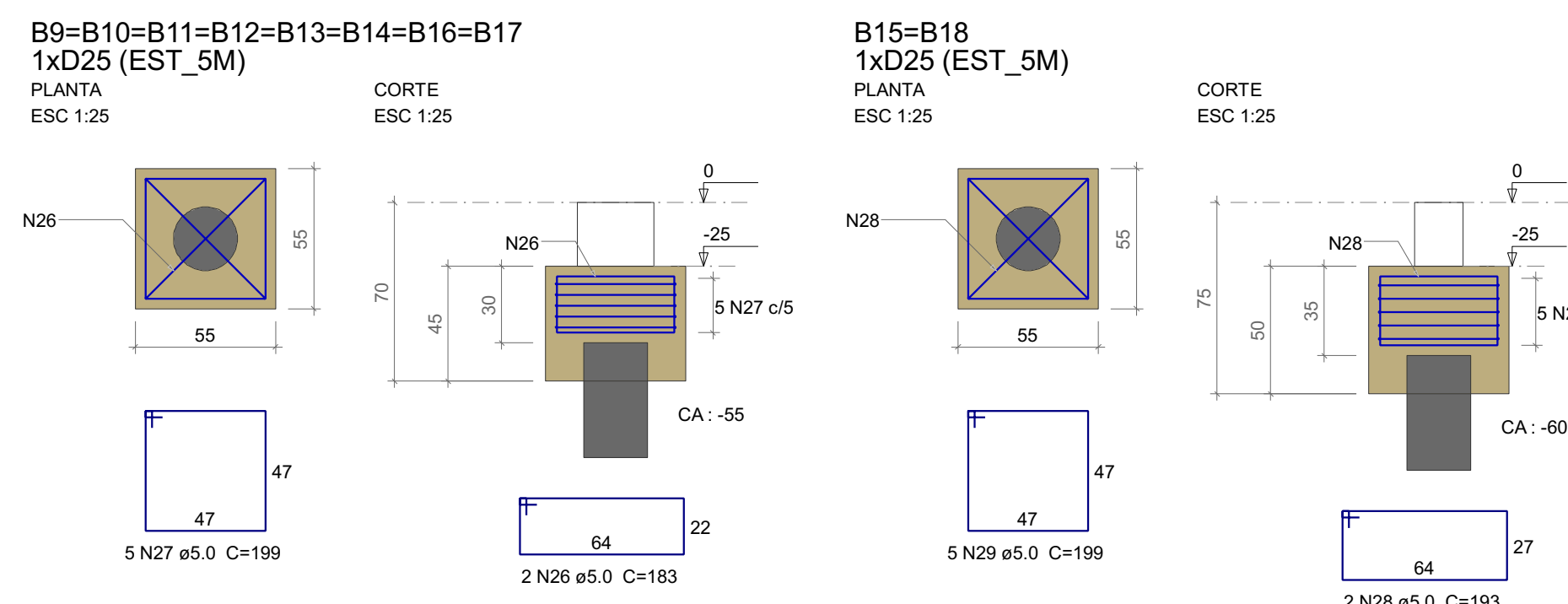
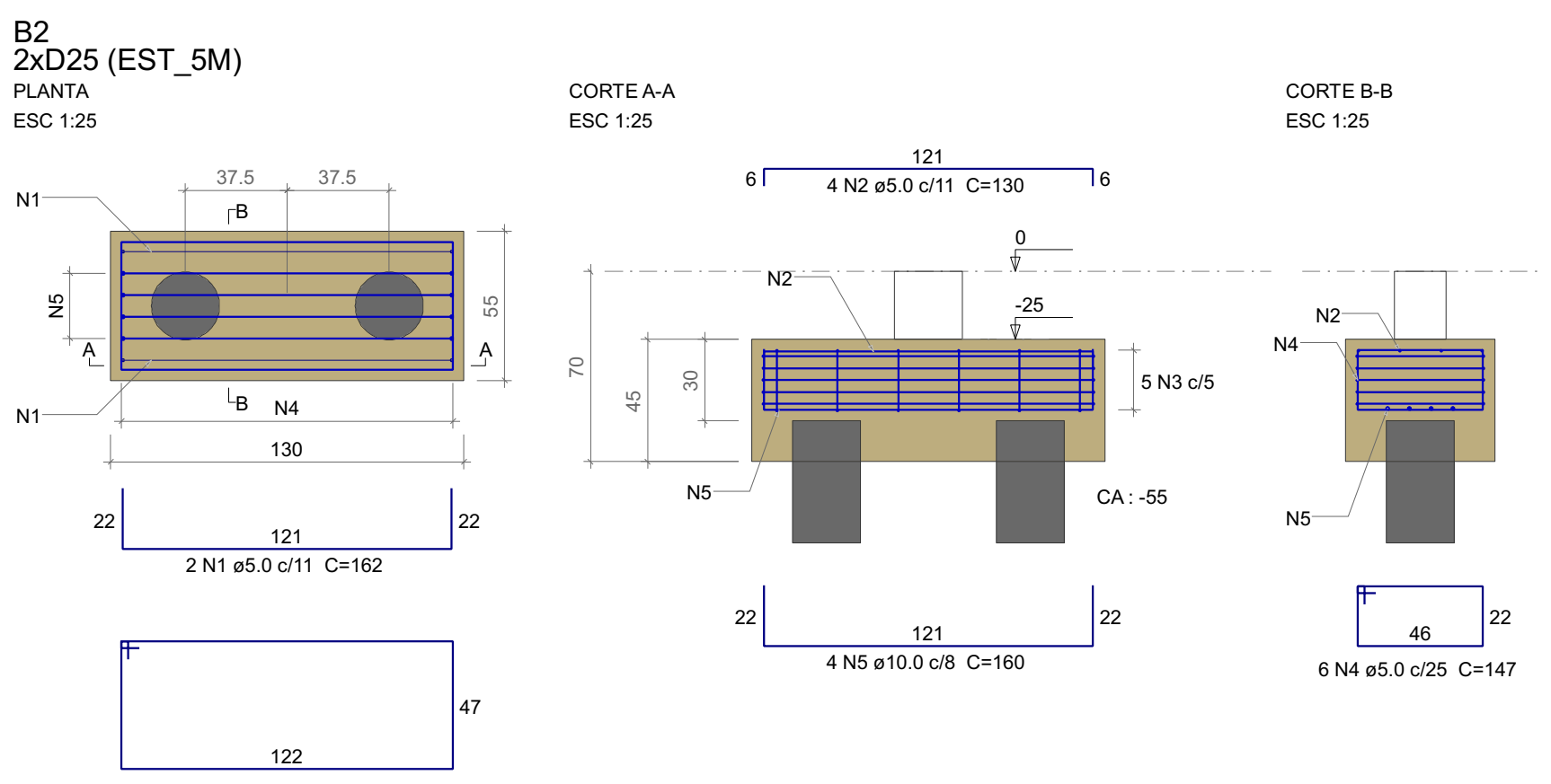
1. COBERTURA 1:100

PROJETO ARQUITETÔNICO		FOLHA N.º/N.º DE FOLHAS
		1/2
OBRA: Barracão industrial em Alvenaria		
LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n Jardim Licce II Parque industrial III		
PROPRIETÁRIO Município de Engenheiro Beltrão		
ÁREAS EM m2. TERRENO A CONSTRUIR TAXA DE OCUPAÇÃO/COEFICIENTE TAXA DE PERMEABILIDADE	8064,00 m² 200,00 M² 2,48%/0,0248 97,52%/0,975	PROPRIETÁRIO ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR Município de Engenheiro Beltrão Cnpj: 76.960.039/0001-31
SITUAÇÃO ESQUEMÁTICA	PROJETO CARLOS HENRIQUE R. DE MELO ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D EXECUÇÃO CARLOS HENRIQUE R. DE MELO ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D	
	S/ESCALA	
	CONTEÚDO: Planta Baixa, COBERTURA, Mapa de Janelas, Mapa de Portas	
	APROVAÇÃO:	





PROJETO ARQUITETÔNICO		FOLHA N°/N° DE FOLHAS
		2/2
OBRA: Barracão industrial em Avenaria		
LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n Jardim Licce II Parque industrial III		
PROPRIETÁRIO Município de Engenheiro Beltrão		
ÁREAS EM m2.	PROPRIETÁRIO	Assinado de forma digital por: ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR Data: 2025.05.18 14:28:22 -03'00'
TERRENO 8064,00 m²	ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR	
A CONSTRUIR 200,00 M²		
TAXA DE OCUPAÇÃO/COEFICIENTE 2,48%/0,0248		
TAXA DE PERMEABILIDADE 97,52%/0,975	Município de Engenheiro Beltrão Cnpj: 76.960.039/0001-31	
SITUAÇÃO ESQUEMÁTICA	PROJETO	CARLOS HENRIQUE RABELO DE MELO/07797766908
		CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
		ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D
	EXECUÇÃO	
CONTEÚDO:		CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
		ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D
	APROVAÇÃO:	
Corte, Elevação		
		



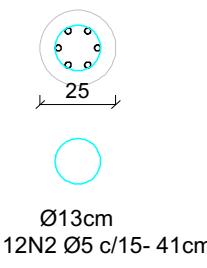
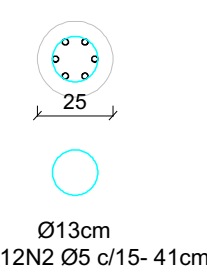
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	8.0	58	25.2
	10.0	12.8	8.7
CA60	5.0	414.2	70.2
PESO TOTAL (kg)			
CA50	33.8		
CA60	70.2		

Volume de concreto (C-30) = 3.77 m³
 Área de forma = 23.44 m²

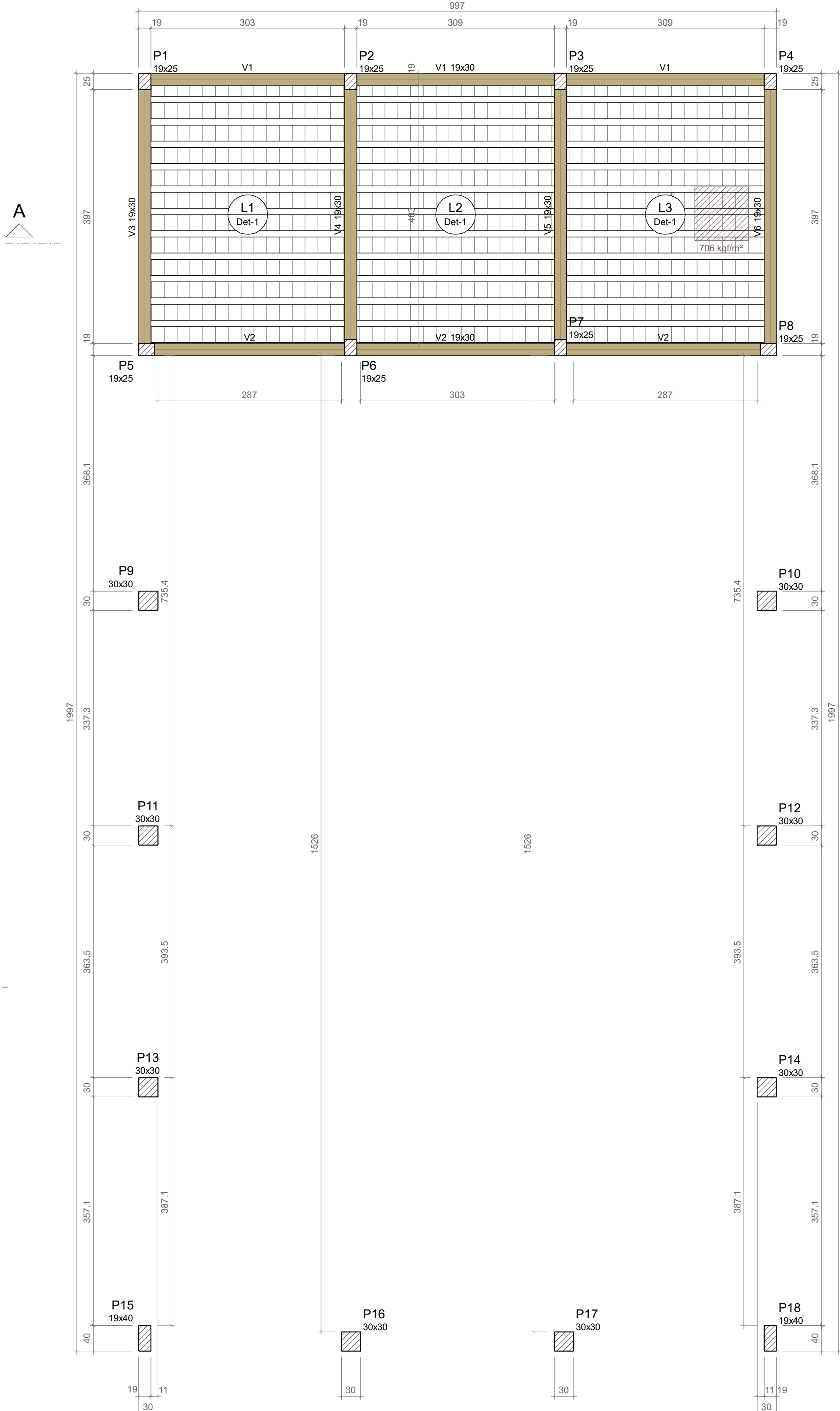


Os esforços indicados nesta tabela são os valores máximos obtidos pela envoltória de todas as combinações definidas para as fundações. Para

Localização no eixo Y	
Coordenadas (cm)	Nome
1986.00	P1, P2, P3, P4
1570.00	P6, P7
1567.00	P5, P8
1174.43	P9, P10
807.13	P11, P12
413.61	P13
413.62	P14
21.50	P15, P18
16.50	P16, P17



APROVAÇÃO:



Forma do pavimento Laje
escala 1:50

Vigas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
V1	19x25	0	300
V2	19x30	0	300
V3	19x30	0	300
V4	19x30	0	300
V5	19x30	0	300
V6	19x30	0	300

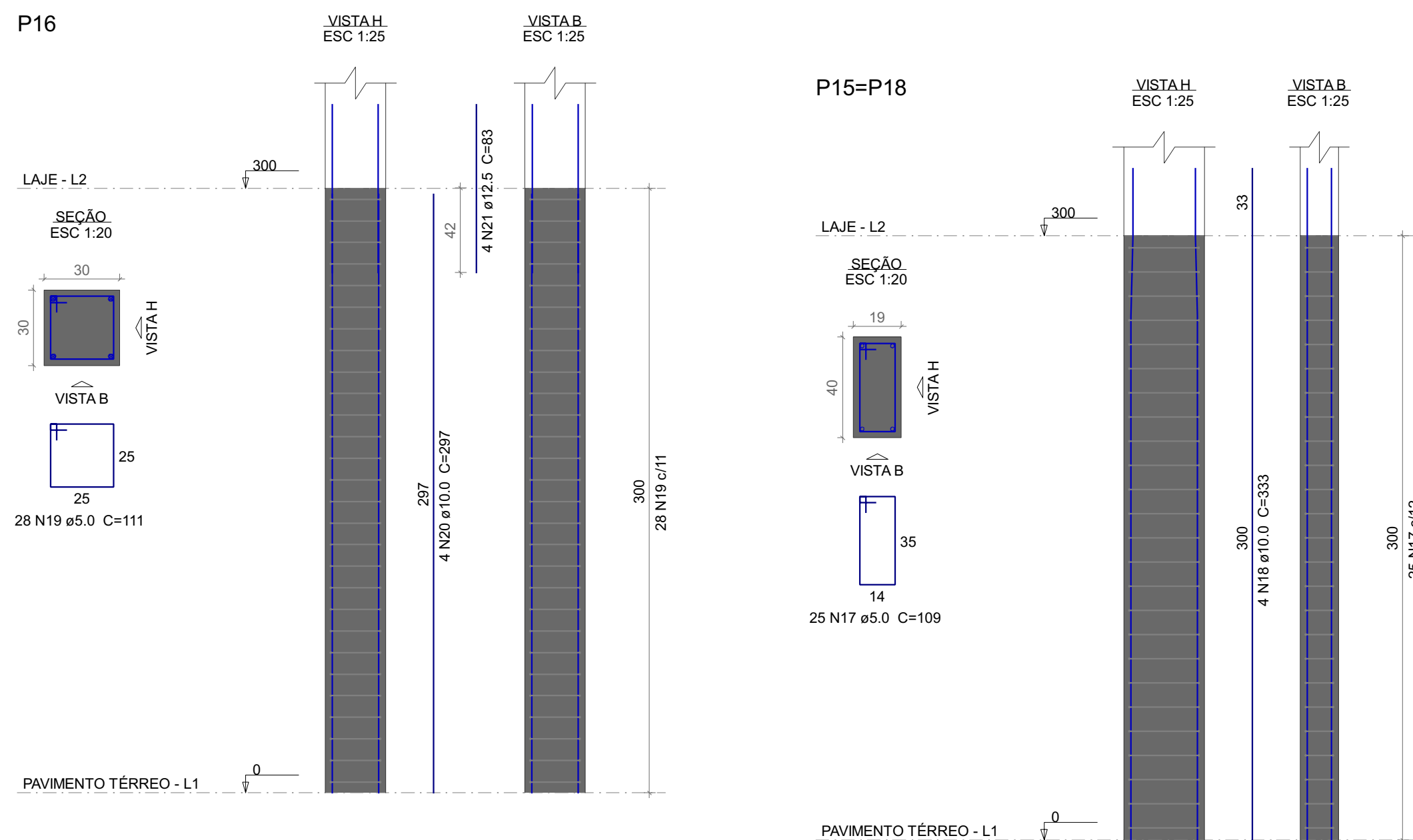
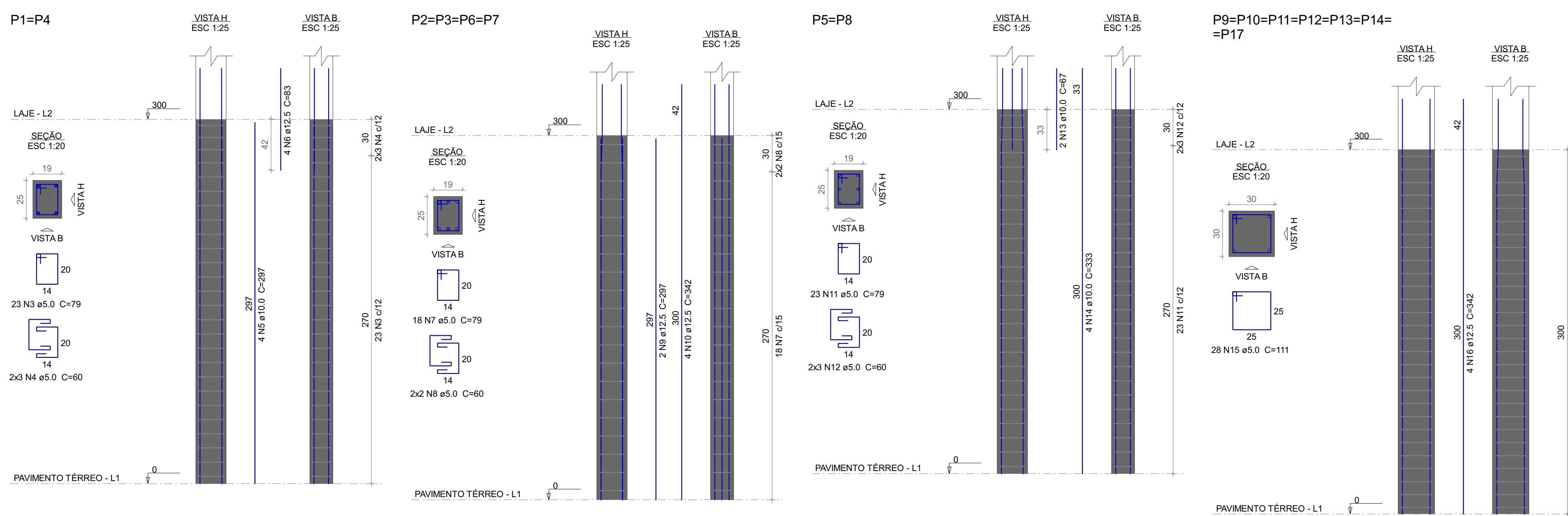
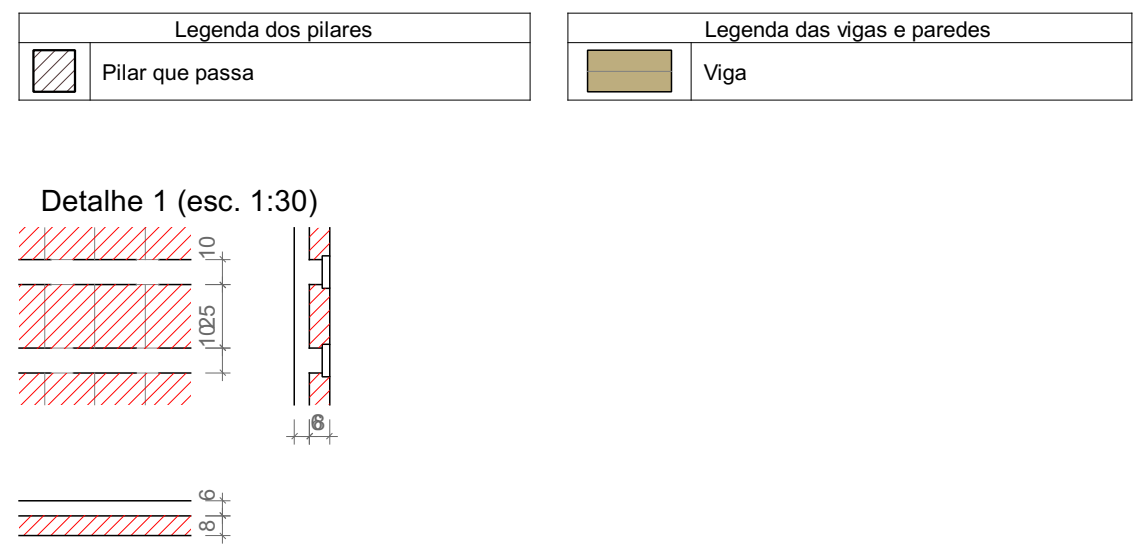
Blocos de enchimento				
Detalhe	Tipo	Nome	Dimensões (cm)	Quantidade
1	Lajeta cerâmica	88/25/20	8 - 25 - 20	540

Lajes						
Nome	Tipo	Altura (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)	Peso próprio (kgf/m²)	Adicional
L1	Trelçada 1D	14	0	300	310	137
L2	Trelçada 1D	14	0	300	310	137
L3	Trelçada 1D	14	0	300	310	137

Características dos materiais		
fca	(kgf/cm²)	
300	280384	

Dimensão máxima do agregado = 19 mm

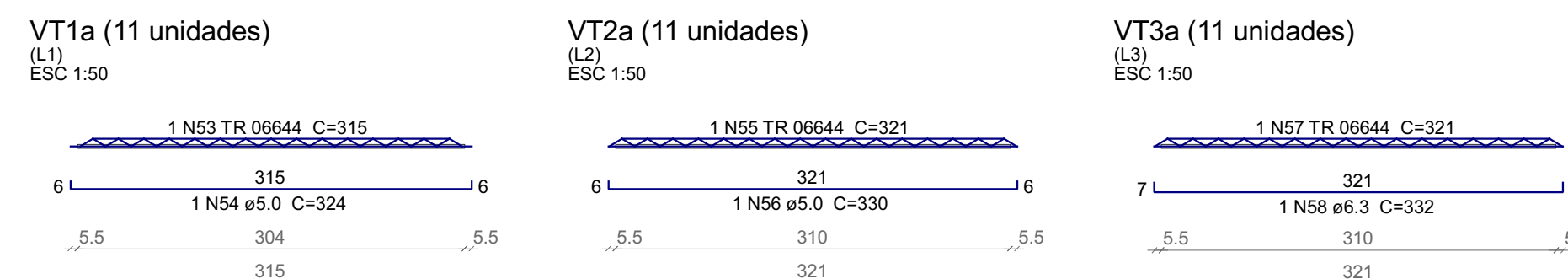
Pilares			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
P1	19x25	0	300
P2	19x25	0	300
P3	19x25	0	300
P4	19x25	0	300
P5	19x25	0	300
P6	19x25	0	300
P7	19x25	0	300
P8	19x25	0	300
P9	30x30	0	300
P10	30x30	0	300
P11	30x30	0	300
P12	30x30	0	300
P13	30x30	0	300
P14	30x30	0	300
P15	19x40	0	300
P16	30x30	0	300
P17	30x30	0	300
P18	19x40	0	300



Relação do aço									
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)	PESO + 10 % (kg)		
2xP1	CA50	1	5.0	46	79	3634	9.8	36.6	12.2
	CA50	2	5.0	12	60	720			
	CA50	3	10.0	8	297	2376			
4xP2	CA50	4	12.5	8	83	664			
	CA50	5	5.0	72	79	5688			
	CA50	6	5.0	16	60	960			
2xP5	CA50	7	12.5	8	297	2376			
	CA50	8	12.5	16	342	5472			
	CA50	9	5.0	46	79	3634			
7xP9	CA50	10	5.0	12	60	720			
	CA50	11	10.0	4	67	268			
	CA50	12	10.0	6	333	2664			
2xP15	CA50	13	5.0	196	111	21756			
	CA50	14	12.5	26	342	9076			
	CA50	15	5.0	50	109	5450			
P16	CA50	16	10.0	8	333	2664			
	CA50	17	5.0	28	111	3108			
	CA50	18	10.0	4	297	1188			

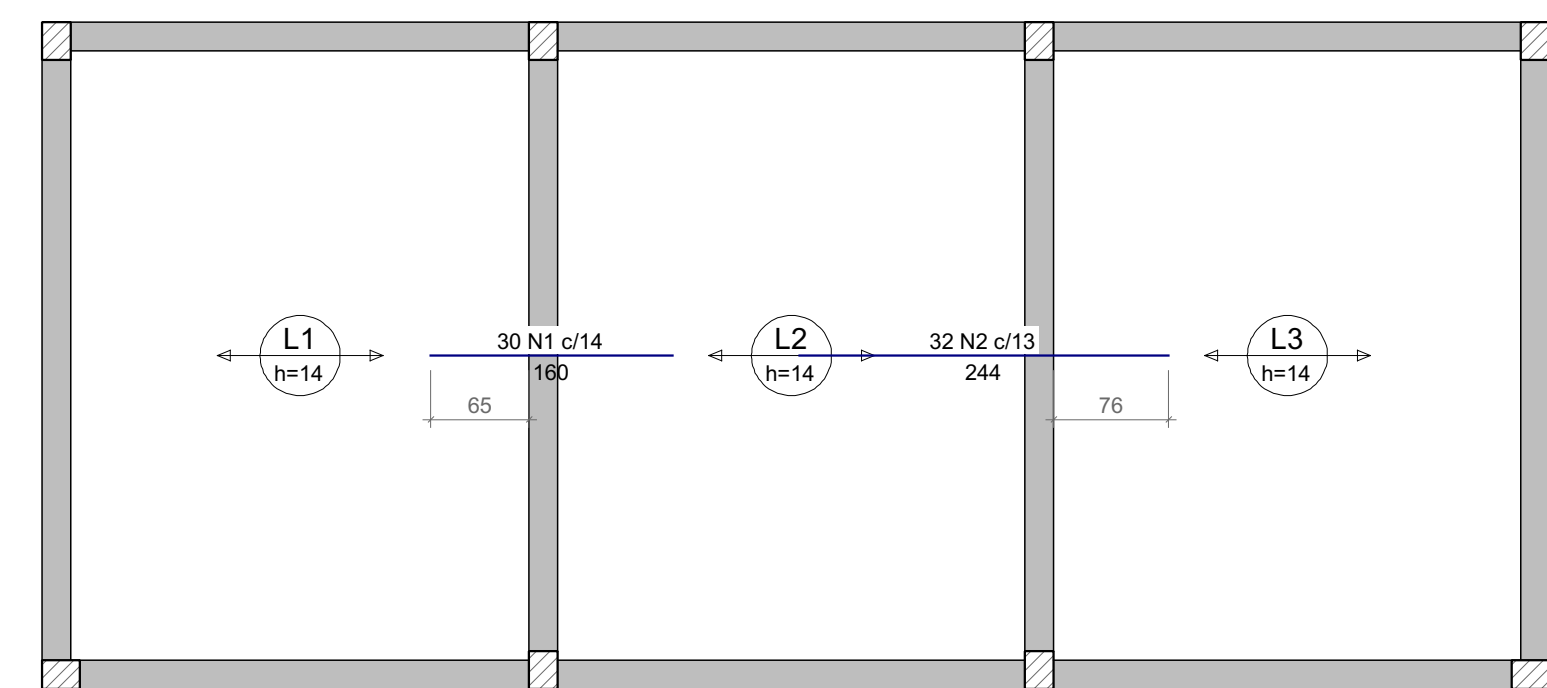
Resumo do aço			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	10.0	91.6	62.1
CA50	12.5	164.2	195.2
CA50	5.0	466.7	77.4
PESO TOTAL (kg)		CA50	297.3
		CA50	27.4

Volume de concreto (C=30) = 3.76 m³
Área de forma = 57 m²

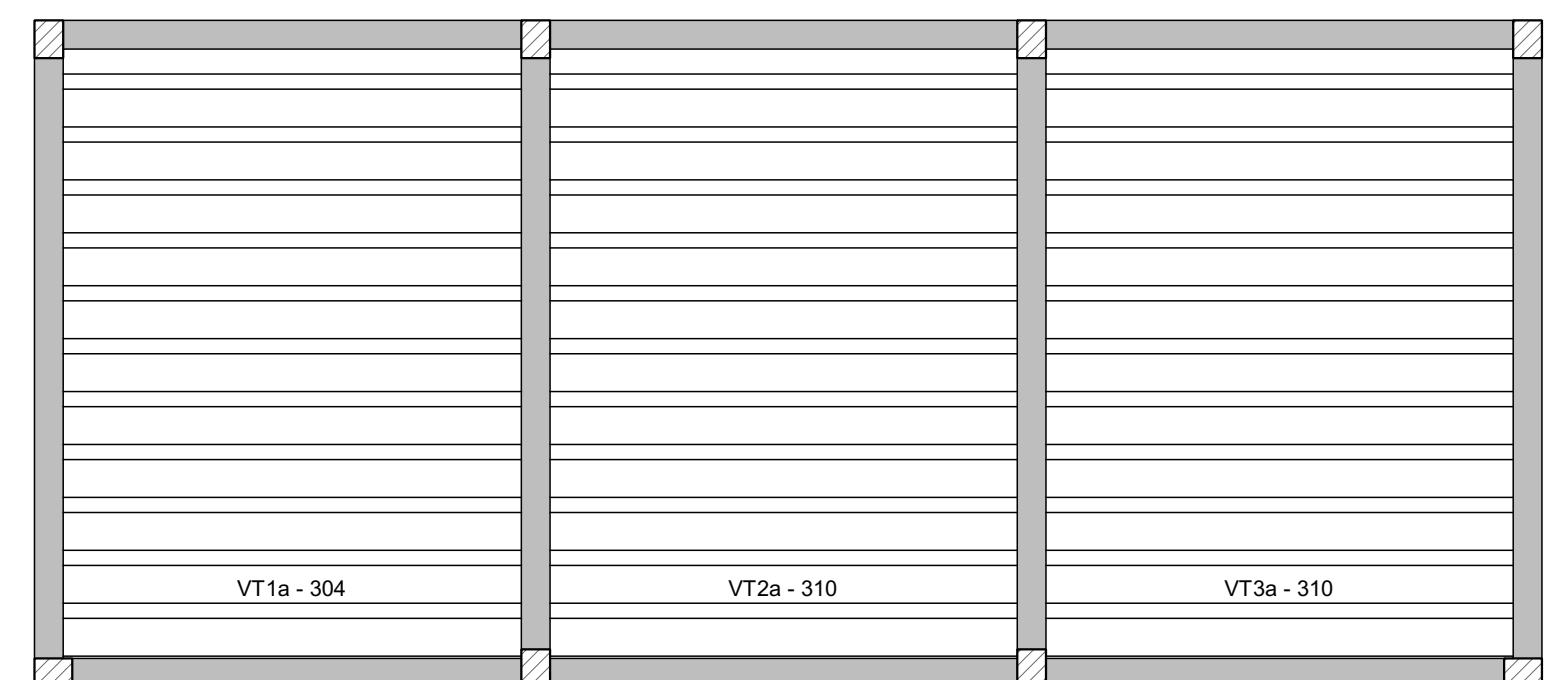


Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
11xVT1a	CA50	1	TR 06644	11	315	3465
	CA50	2	5.0	11	324	3564
	CA50	3	TR 06644	11	321	3531
11xVT2a	CA50	4	TR 06644	11	330	3630
	CA50	5	5.0	11	321	3531
	CA50	6	5.0	11	332	3652

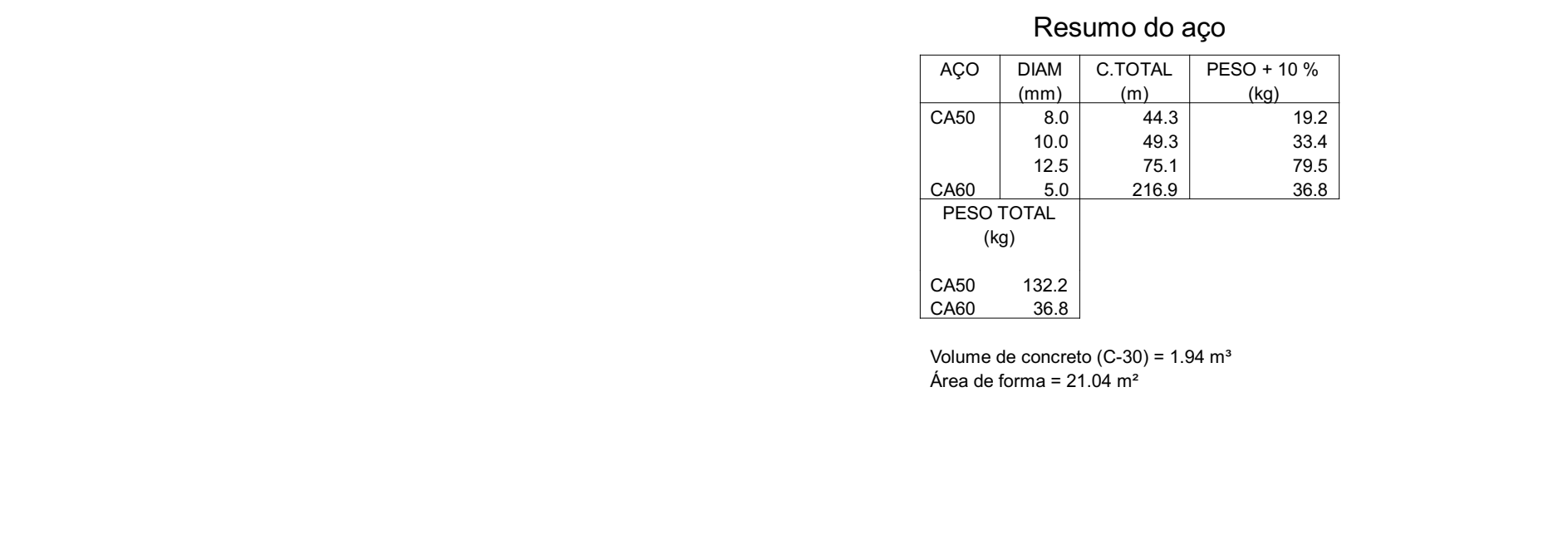
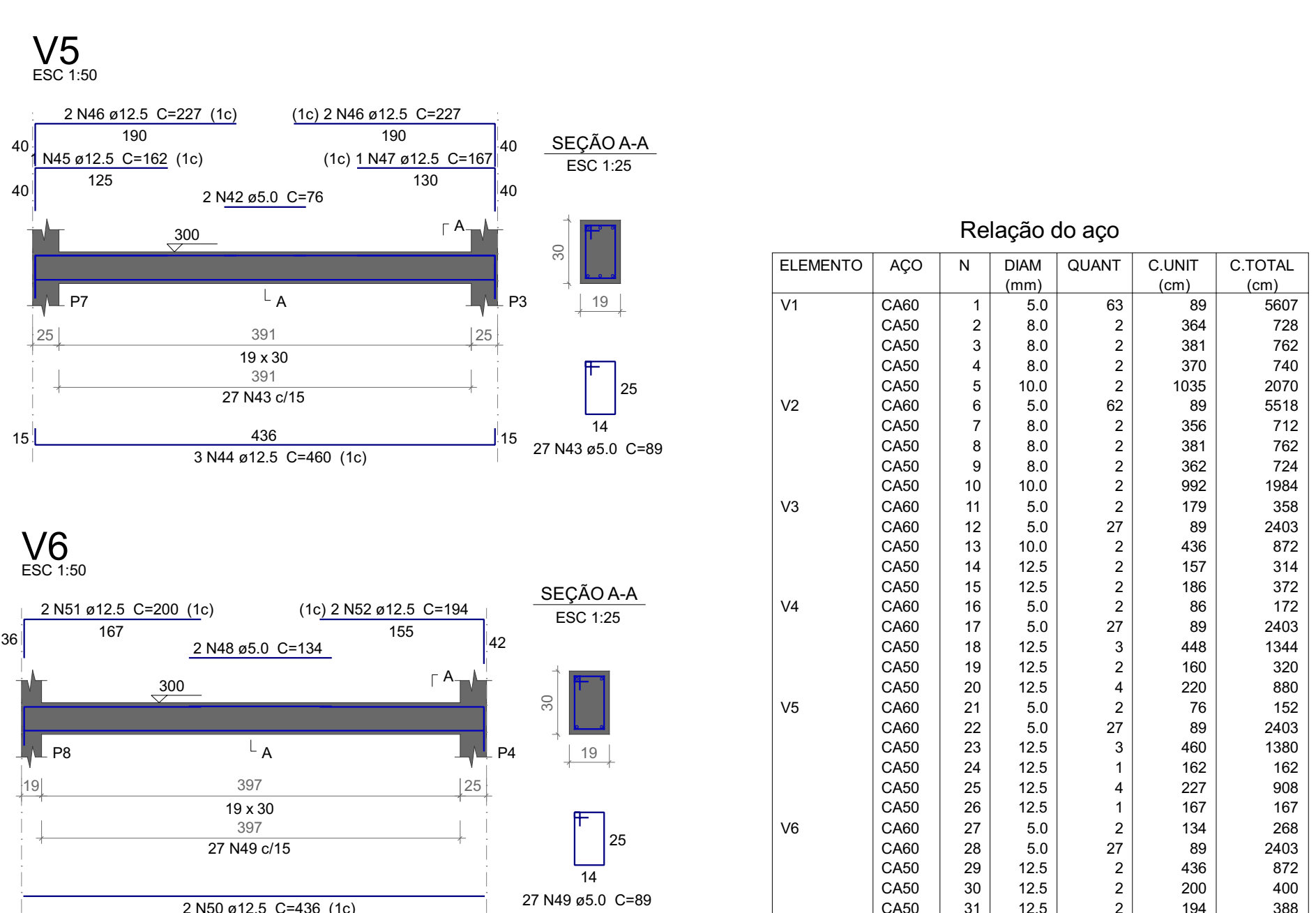
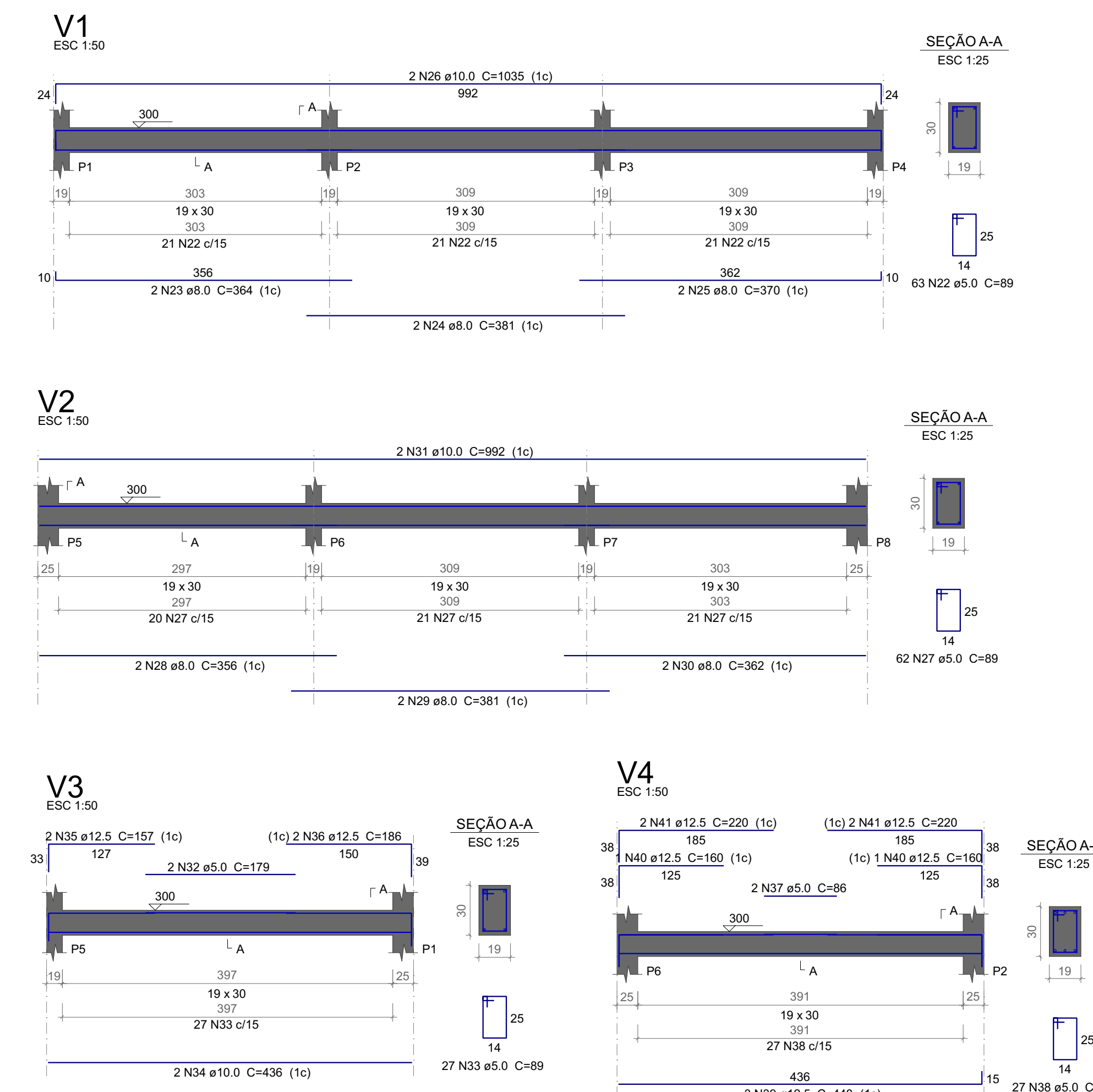
Resumo do aço				
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)	
CA50	6.3	36.6	9.8	
CA50	TR 06644	165.3	82.3	
CA50	5.0	72	12.2	
PESO TOTAL (kg)		CA50	9.8	
		CA50	94.5	



Armação negativa das lajes do pavimento Laje
escala 1:50



Planta de vigotas pré-moldadas
escala 1:50



Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
V1	CA50	1	5.0	63	89	5607
	CA50	2	8.0	2	364	728
	CA50	3	8.0	2	381	762
V2	CA50	4	8.0	2	370	740
	CA50	5	10.0	2	1035	2070
	CA50	6	5.0	62	89	5518
V3	CA50	7	8.0	2	356	712
	CA50	8	8.0	2	381	762
	CA50	9	8.0	2	362	724
V4	CA50	10	10.0	2	992	1984
	CA50	11	5.0	2	179	358
	CA50	12	5.0	27	89	2403
V5	CA50	13	10.0	2	436	872
	CA50	14	12.5	2	157	314
	CA50	15	12.5	2	186	372
V6	CA50	16	5.0	2	86	172
	CA50	17	5.0	27	89	2403
	CA50	18	12.5	3	448	1344
V7	CA50	19	12.5	2	160	320
	CA50	20	12.5	4	220	880
	CA50	21	5.0	2	76	152
V8	CA50	22	5.0	27	89	2403
	CA50	23	12.5	3	460	1380
	CA50	24	12.5	1	162	324
V9	CA50	25	12.5	4	227	908
	CA50	26	12.5	1	167	334
	CA50	27	5.0	2	134	268
V10	CA50	28	5.0	27	89	2403
	CA50	29	12.5	2	436	872
	CA50	30	12.5	2	200	400
V11	CA50	31	12.5	2	184	368

Resumo do aço			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	5.0	44.3	19.2
CA50	10.0	49.3	33.4
CA50	12.5	75.1	79.5
CA50	5.0	216.5	36.8
PESO TOTAL (kg)		CA50	132.2
		CA50	36.8

Volume de concreto (C=30) = 1.94 m³
Área de forma = 21.04 m²

PROJETO ESTRUTURAL

3 / 5

OBRA: Barracão Industrial em Avenária

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

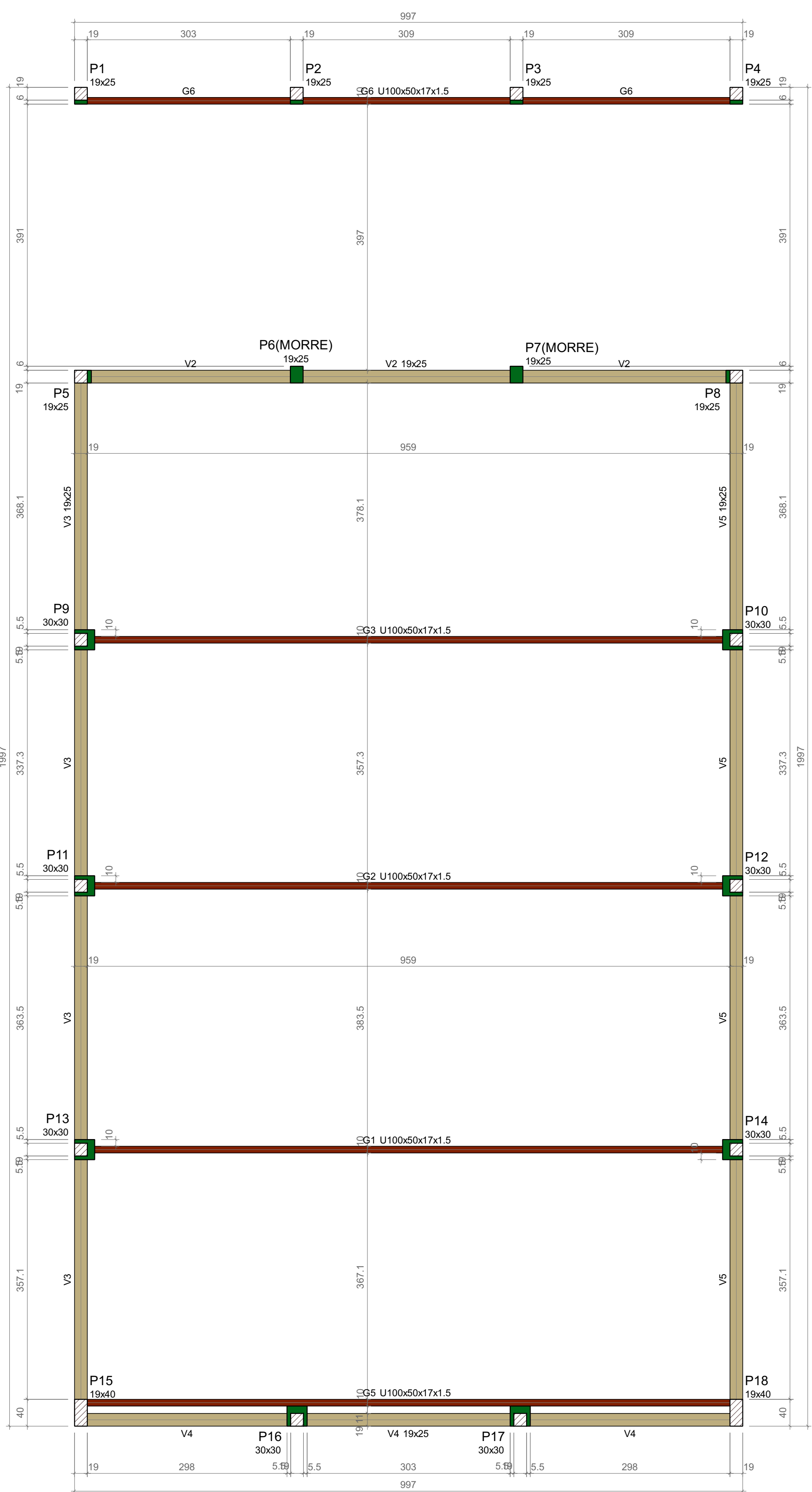
PROPRIETÁRIO: Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO: - Planta de formas do pav. Laje
- Detalhamento das Vigas do pav. Laje
- Detalhamento dos Pilares do pav. Laje
- Detalhamento das vigotas pré-moldadas da laje

PROPRIETÁRIO: ADALMIR JOSÉ GARIBIM JÚNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.890.038/0001-11
PROJETO: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
Eng. Civil - CREA-PR 129973/D
Execução: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
Eng. Civil - CREA-PR 129973/D
Aprovação: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
Eng. Civil - CREA-PR 129973/D

FECHA: 07/07/2024

PROJETO: 07/07/2024



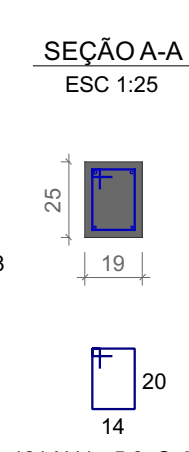
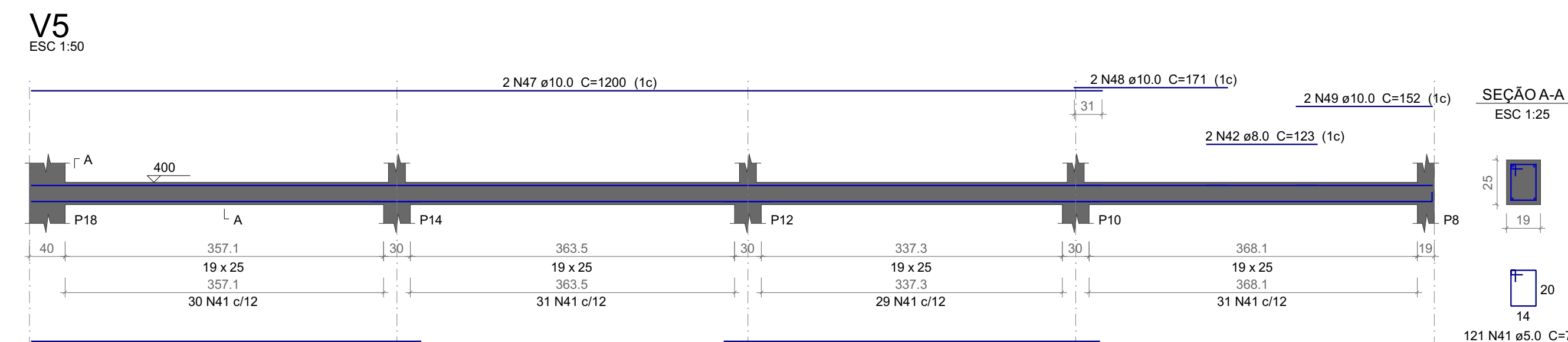
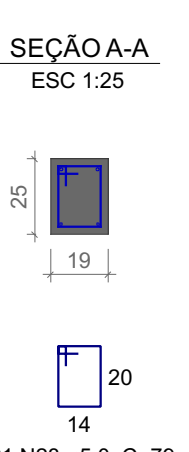
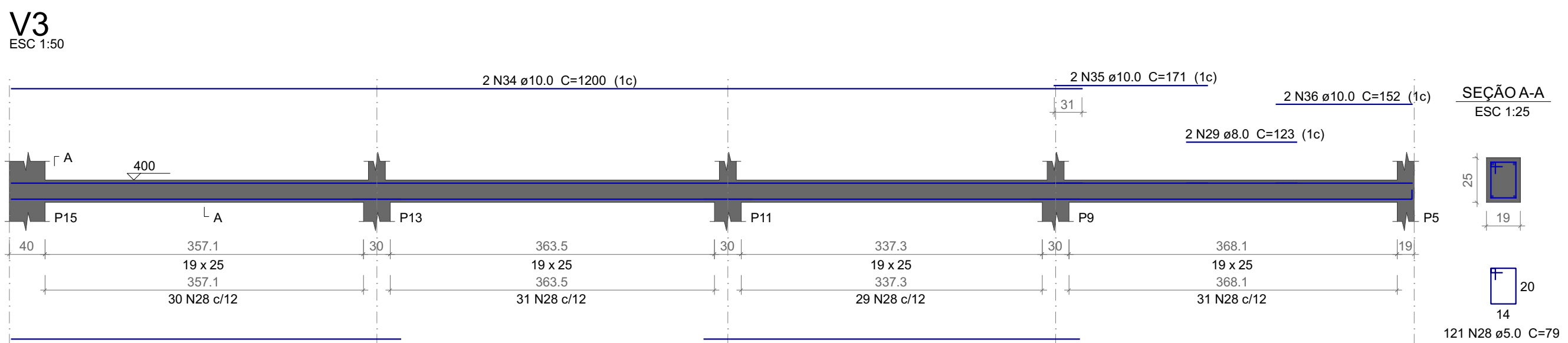
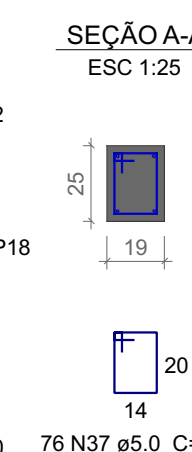
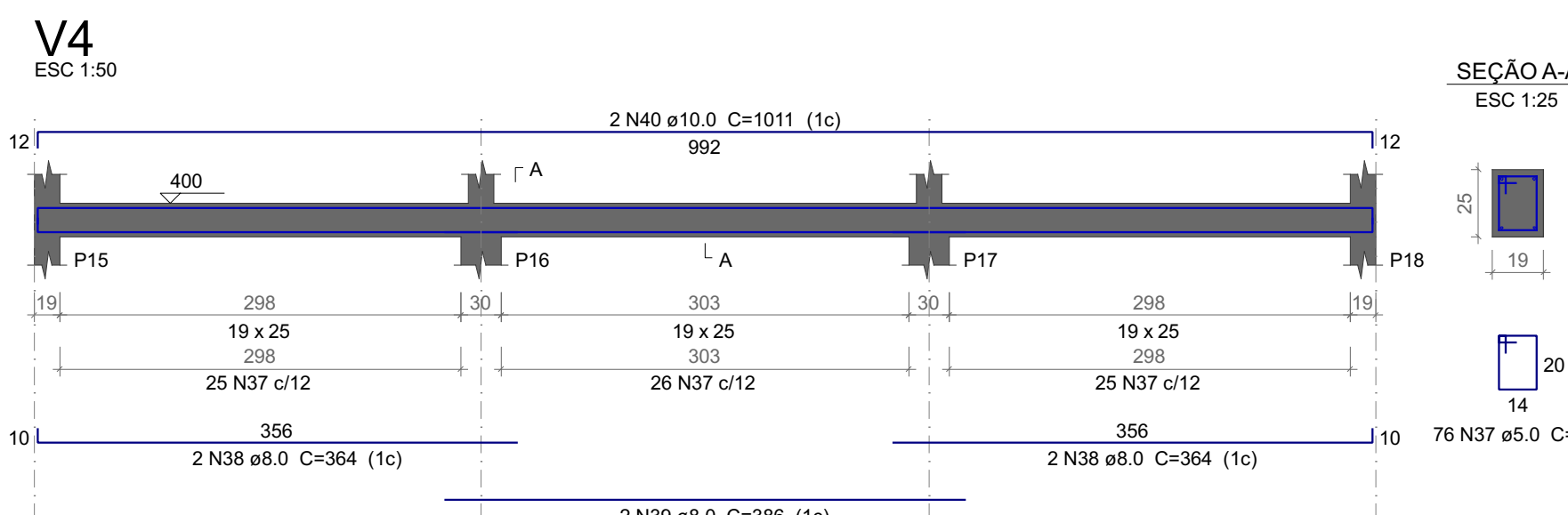
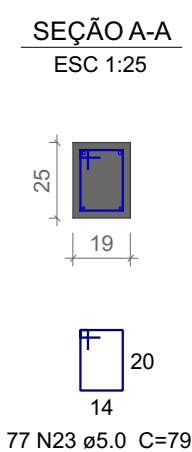
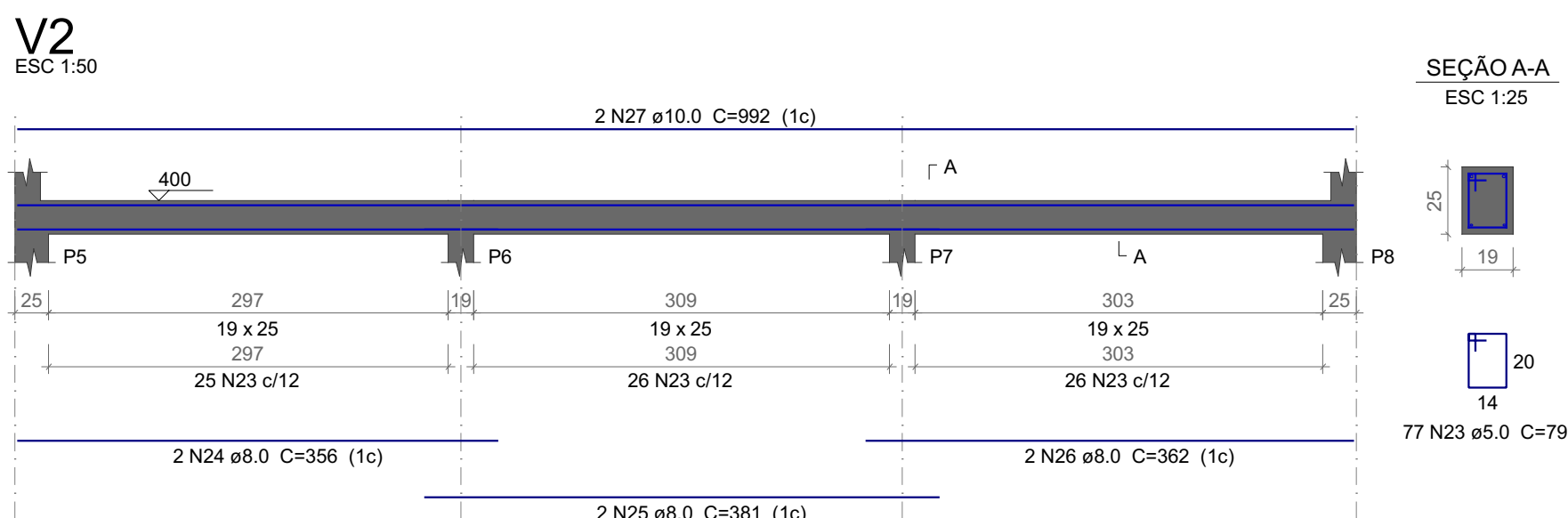
Vigas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
G1	U100x50x17x1.5	0	400
G2	U100x50x17x1.5	0	400
G3	U100x50x17x1.5	0	400
G5	U100x50x17x1.5	0	400
G6	U100x50x17x1.5	0	400
V2	19x25	0	400
V3	19x25	0	400
V4	19x25	0	400
V5	19x25	0	400

Características dos materiais		
lx	Ela	
300	280/384	
Dimensão máxima do agregado = 19 mm		

Pilares			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
P1	19x25	0	400
P2	19x25	0	400
P3	19x25	0	400
P4	19x25	0	400
P5	19x25	0	400
P6	19x25	0	400
P7	19x25	0	400
P8	19x25	0	400
P9	30x30	0	400
P10	30x30	0	400
P11	30x30	0	400
P12	30x30	0	400
P13	30x30	0	400
P14	30x30	0	400
P15	19x40	0	400
P16	30x30	0	400
P17	30x30	0	400
P18	19x40	0	400

Legenda dos pilares	
	Pilar que morre
	Pilar que passa
	Pilar com mudança de seção

Legenda das vigas e paredes	
	Viga
	Viga genérica

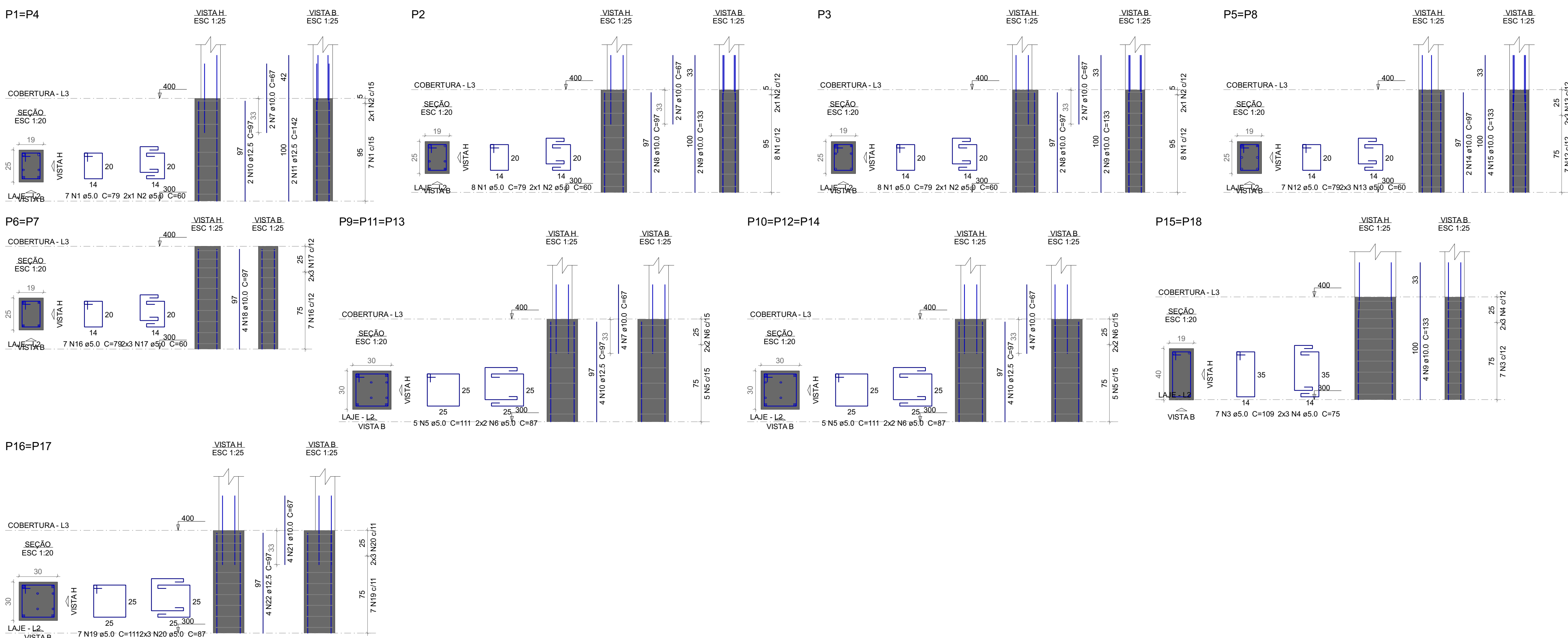


Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
V2	CA50	1	8.0	77	79	6063
	CA50	2	8.0	2	366	712
	CA50	3	8.0	2	381	762
	CA50	4	8.0	2	362	724
	CA50	5	10.0	2	992	1984
V3	CA50	6	5.0	121	79	9559
	CA50	7	8.0	2	123	246
	CA50	8	8.0	2	436	872
	CA50	9	8.0	2	447	894
	CA50	10	8.0	2	421	842
V4	CA50	11	8.0	2	434	868
	CA50	12	10.0	2	1200	2400
	CA50	13	10.0	2	171	342
	CA50	14	10.0	2	152	304
	CA50	15	5.0	76	79	6004
V5	CA50	16	8.0	4	364	1456
	CA50	17	8.0	2	386	772
	CA50	18	10.0	2	1011	2022
	CA50	19	5.0	121	79	9559
	CA50	20	8.0	2	123	246

Resumo do aço				
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)	
CA50	8.0	118.7	51.5	
CA50	10.0	101	68.5	
CA50	5.0	312.1	52.9	
PESO TOTAL (kg)				
CA50	120			
CA50	52.9			
Volume de concreto (C-30) = 2.21 m³				
Área de forma = 32.15 m²				

Forma do pavimento Cobertura

escala 1:50



Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
2xP1	CA60	1	5.0	14	79	1106
	CA60	2	5.0	4	60	240
	CA50	3	10.0	4	67	268
	CA50	4	12.5	4	97	388
	CA50	5	12.5	4	142	568
P2	CA60	6	5.0	8	79	632
	CA60	7	5.0	2	60	120
	CA50	8	10.0	2	97	194
	CA50	9	10.0	2	67	134
	CA50	10	10.0	2	133	266
P3	CA60	11	5.0	8	79	632
	CA60	12	5.0	2	60	120
	CA50	13	10.0	2	97	194
	CA50	14	10.0	2	67	134
	CA50	15	10.0	2	133	266
2xP5	CA60	16	5.0	14	79	1106
	CA60	17	5.0	12	60	720
	CA50	18	10.0	4	97	388
	CA50	19	10.0	8	133	1064
	CA60	20	5.0	14	79	1106
2xP6	CA60	21	5.0	12	60	720
	CA50	22	10.0	8	97	776
	CA60	23	5.0	15	111	1665
	CA60	24	5.0	12	67	1044
	CA50	25	10.0	12	67	804
3xP9	CA50	26	12.5	12	97	1164
	CA60	27	5.0	15	111	1665
	CA60	28	5.0	12	67	1044
	CA50	29	10.0	12	67	804
	CA50	30	12.5	12	97	1164
2xP10	CA60	31	5.0	14	109	1526
	CA60	32	5.0	12	75	800
	CA50	33	10.0	8	133	1064
	CA60	34	5.0	14	111	1554
	CA60	35	5.0	12	67	1044
2xP15	CA60	36	10.0	8	67	536
	CA50	37	12.5	8	97	776

Resumo do aço				
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)	
CA50	10.0	69	46.7	
CA60	12.5	40.6	43	
CA60	5.0	169.5	28.7	
PESO TOTAL (kg)				
CA50	89.8			
CA60	28.7			
Volume de concreto (C-30) = 1.25 m³				
Área de forma = 19 m²				

PROJETO ESTRUTURAL

4 / 5

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO: Município de Engenheiro Beltrão

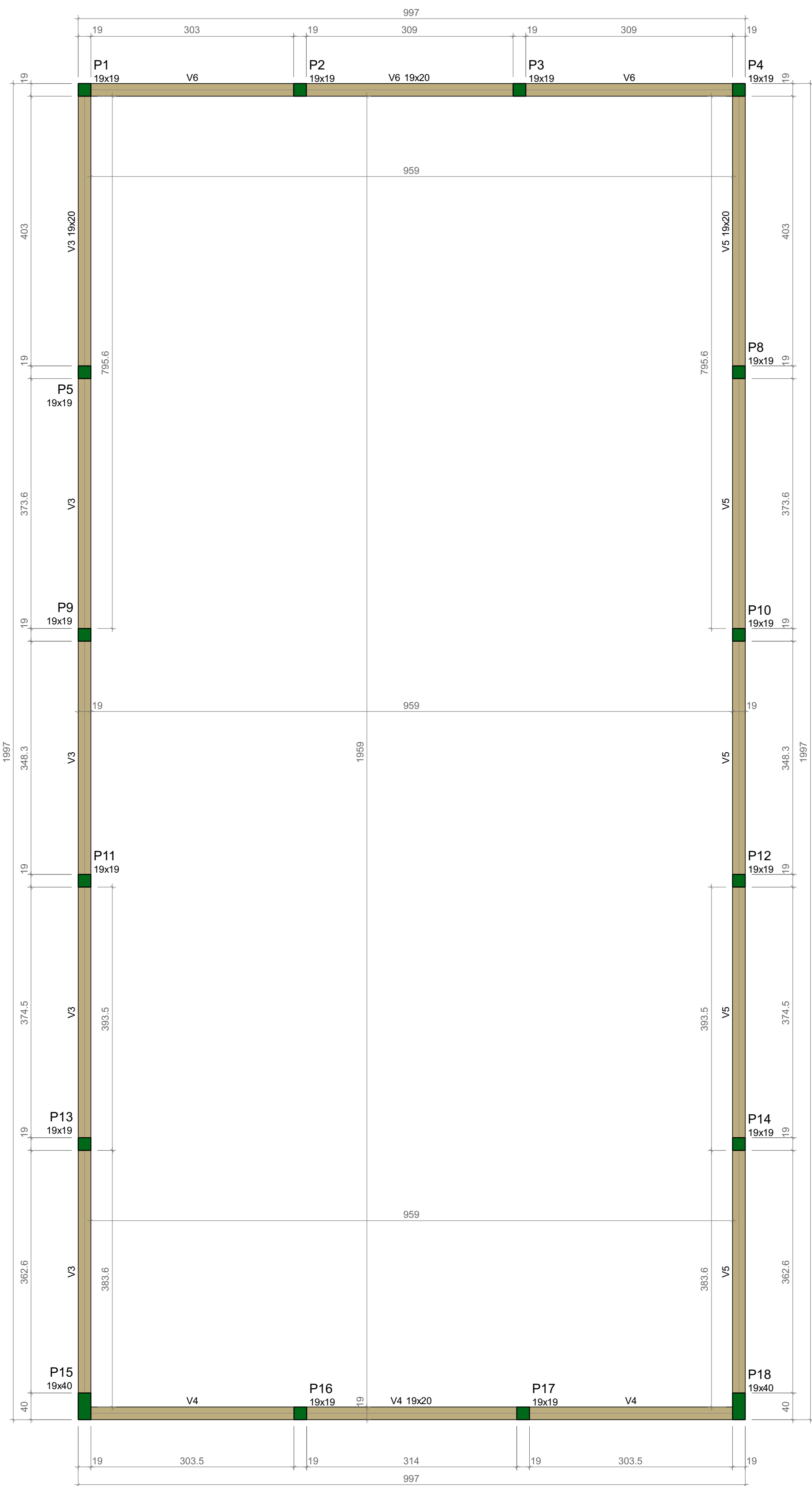
CONTEÚDO: - Planta de formas do pav. Cobertura
- Detalhamento das Vigas do pav. Cobertura
- Detalhamento dos Pilares do pav. Cobertura

PROPRIETÁRIO: ADALMIR JOSÉ GABRIM JÚNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.960.038/0001-01

PROJETO: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

APROVAÇÃO:

PROJETOS E ENGENHARIA



Forma do pavimento Platibanda
escala 1:50

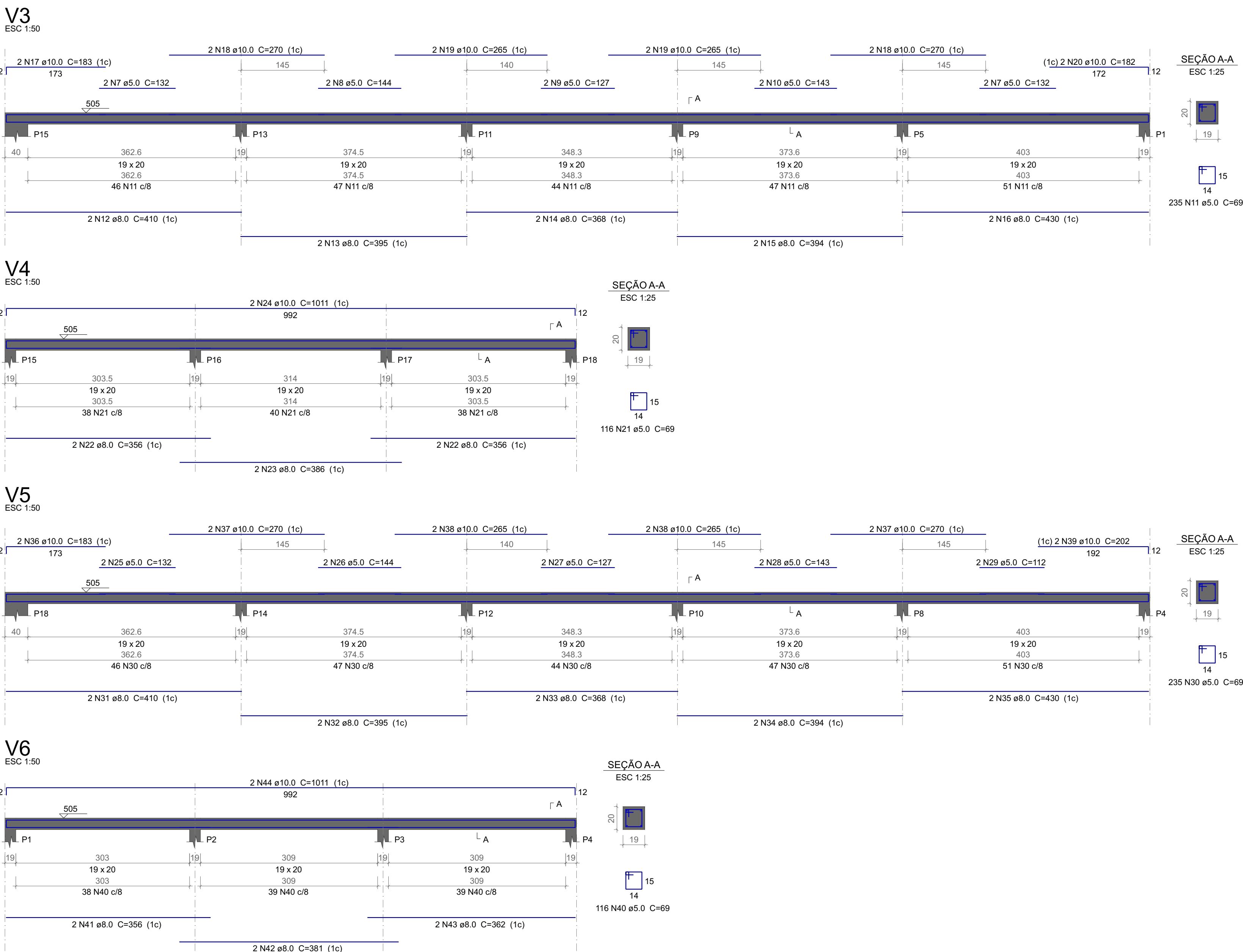
Vigas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
V3	19x20	0	505
V4	19x20	0	505
V5	19x20	0	505
V6	19x20	0	505

Características dos materiais		
fck	Ecs	
300	208334	
Dimensão máxima do agregado = 19 mm		

Pilares			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
P1	19x19	0	505
P2	19x19	0	505
P3	19x19	0	505
P4	19x19	0	505
P5	19x19	0	505
P6	19x19	0	505
P7	19x19	0	505
P8	19x19	0	505
P9	19x19	0	505
P10	19x19	0	505
P11	19x19	0	505
P12	19x19	0	505
P13	19x19	0	505
P14	19x19	0	505
P15	19x40	0	505
P16	19x19	0	505
P17	19x19	0	505
P18	19x40	0	505

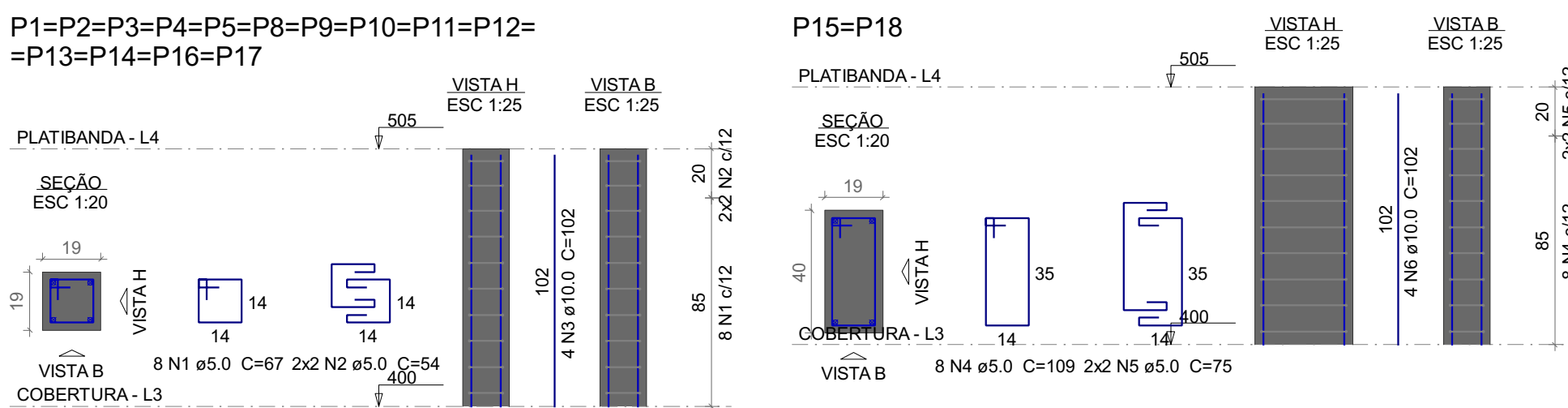
Legenda dos pilares	
	Pilar que morre

Legenda das vigas e paredes	
	Viga



Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
V3	CA60	1	5.0	4	132	528
	CA60	2	5.0	2	144	288
	CA60	3	5.0	2	127	254
	CA60	4	5.0	2	143	286
	CA60	5	5.0	235	69	16215
	CA60	6	8.0	2	410	820
	CA60	7	8.0	2	355	710
	CA60	8	8.0	2	368	736
	CA60	9	8.0	2	394	788
	CA60	10	8.0	2	430	860
V4	CA60	11	10.0	2	183	366
	CA60	12	10.0	4	270	1080
	CA60	13	10.0	4	265	1060
	CA60	14	10.0	2	182	364
	CA60	15	5.0	116	69	8004
	CA60	16	8.0	4	356	1424
	CA60	17	8.0	2	385	772
	CA60	18	10.0	2	1011	2022
	CA60	19	5.0	2	132	264
	CA60	20	5.0	2	144	288
V5	CA60	21	5.0	2	127	254
	CA60	22	5.0	2	143	286
	CA60	23	5.0	2	112	224
	CA60	24	5.0	235	69	16215
	CA60	25	8.0	2	410	820
	CA60	26	8.0	2	355	710
	CA60	27	8.0	2	368	736
	CA60	28	8.0	2	394	788
	CA60	29	8.0	2	430	860
	CA60	30	10.0	2	183	366
V6	CA60	31	10.0	4	270	1080
	CA60	32	10.0	4	265	1060
	CA60	33	10.0	2	202	404
	CA60	34	5.0	116	69	8004
	CA60	35	8.0	2	356	712
	CA60	36	8.0	2	381	762
	CA60	37	8.0	2	362	724
	CA60	38	10.0	2	1011	2022

Resumo do aço				
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)	
CA60	8.0	123.9	63.7	
CA60	10.0	98.3	66.6	
CA60	5.0	511.1	86.7	
PESO TOTAL (kg)				
CA60	120.4			
CA60	86.7			
Volume de concreto (C-30) = 2.12 m³				
Área de forma = 32.84 m²				



Relação do aço						
ELEMENTO	AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
14xP1	CA60	1	5.0	112	67	7504
2xP15	CA60	2	5.0	56	54	3024
	CA60	3	10.0	56	102	5712
	CA60	4	5.0	16	109	1744
	CA60	5	5.0	8	75	600
CA60	6	10.0	8	102	816	

Resumo do aço			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA60	10.0	65.3	44.3
CA60	5.0	128.8	21.8
PESO TOTAL (kg)			
CA60	44.3		
CA60	21.8		
Volume de concreto (C-30) = 0.69 m³			
Área de forma = 13.65 m²			

PROJETO ESTRUTURAL

5 / 5

OBRA: Barracão Industrial em Avenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:
Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:
- Planta de formas do pav. Cinta
- Detalhamento das Vigas do pav. Cinta
- Detalhamento dos Pilares do pav. Cinta

PROPRIETÁRIO:
ADALMIR JOSÉ
GARBIM
JUNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.950.038/0001-11

PROJETO:
CARLOS HENRIQUE
RIBEIRO DE MELO
MÉLO 07797766
22/04/2024

CARLOS HENRIQUE R. DE MELO

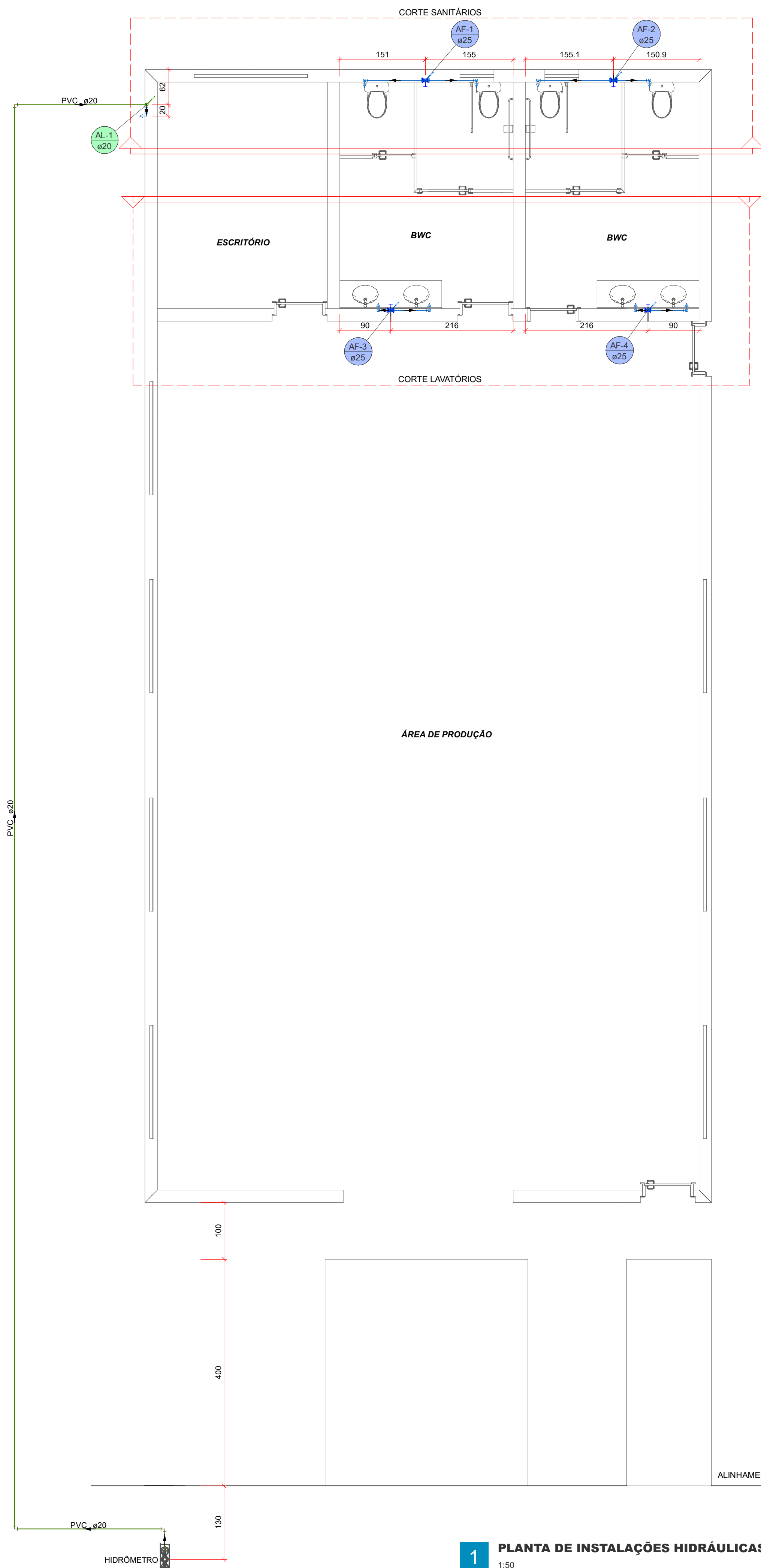
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

EXECUÇÃO:
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO

ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

APROVAÇÃO:

MELO
PROJETOS E ENGENHARIA

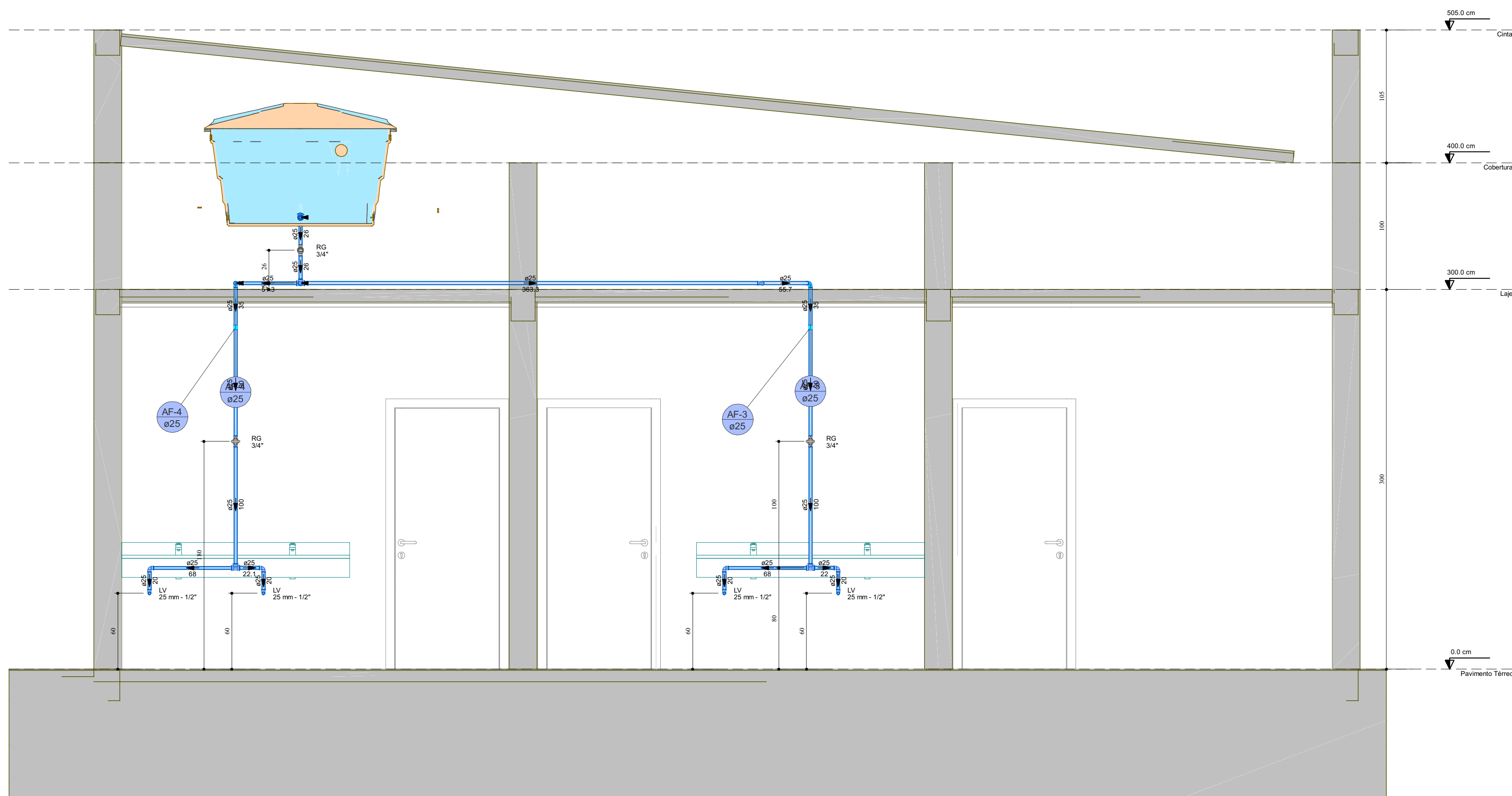


1 PLANTA DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS - TÉRREO

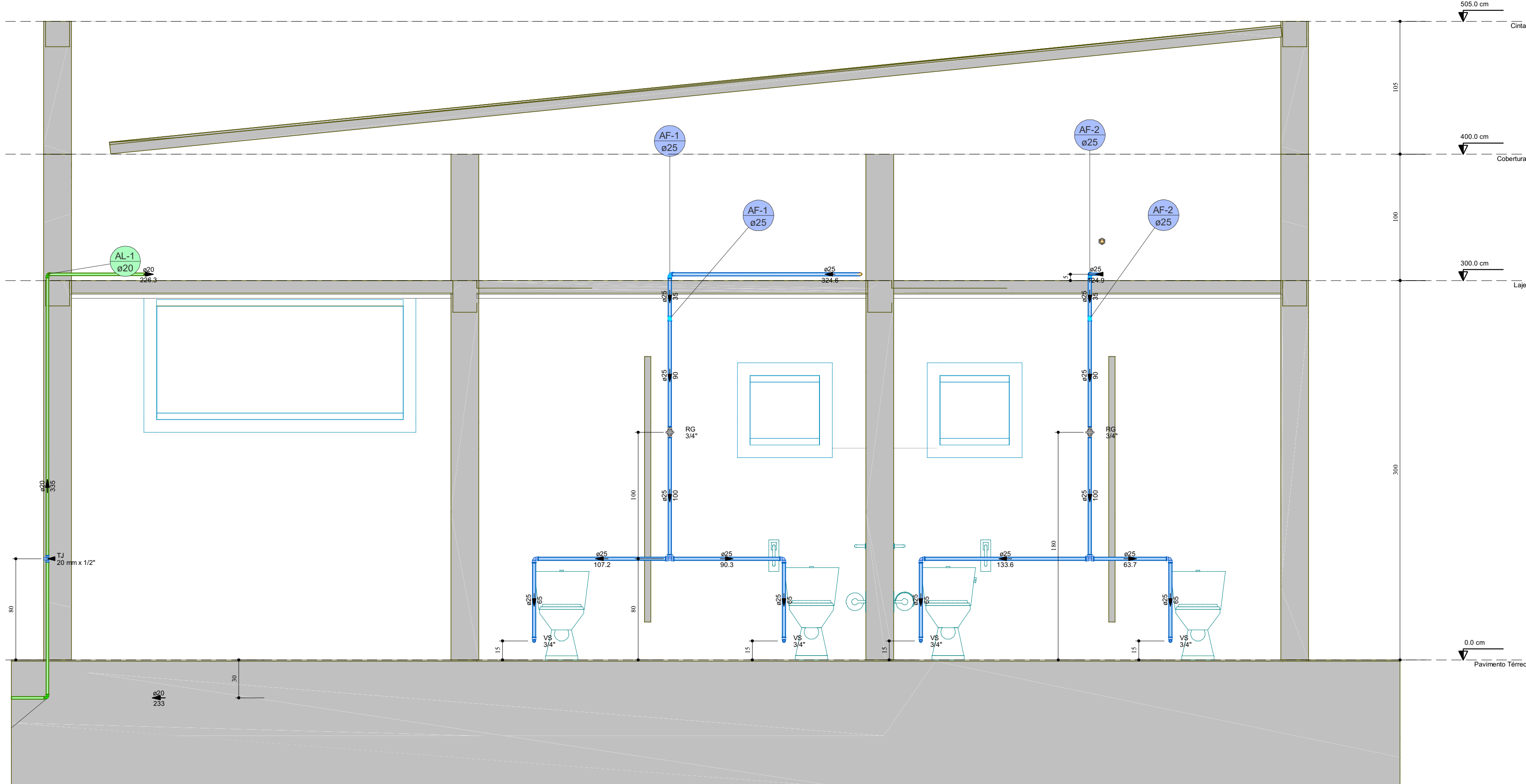
Legenda - Pavimento Térreo	
	Água fria
	Alimentação

Legenda - Pavimento Térreo	
	Registro de gaveta c/ canopia cromada c/PVC soldável

Lista de materiais - Pavimento Térreo	
Alimentação	
Ferro maleável classe 10	
Cotar de tomada de PP	1 pç
1 1/2"	
Hidômetro	
Caixa Hidômetro c/ Tampa em acrílico	1 pç
Kit de hidômetro cavalete	1 pç
1"	
Metas	
Registro de esfera	1 pç
1 1/2"	
PVC rígido rasca	
Curva 90 c/ rasca	1 pç
1 1/2"	
PVC rígido soldável	
Adapt sold curto c/bucha-rasca p registro	
20 mm - 1/2"	2 pç
30 mm - 1 1/2"	1 pç
Joelho 90° soldável	
20 mm	4 pç
Tubo	
20 mm	31,64 m
Água fria	
Aparelho	
Torneira de Jardim	
20mm x 1/2"	1 pç
Torneira de lavatório	
25 mm - 1/2"	4 pç
Vaso Sanitário c/ ca. acoplada	
1/2"	4 pç
Metas	
Registro de gaveta c/ canopia cromada	
3/4"	4 pç
PVC Acessórios	
Engate flexível cobre cromado com canopia	
1/2 - 30cm	4 pç
Engate flexível plástico	
1/2 - 30cm	4 pç
PVC rígido soldável	
Adapt sold curto c/bucha-rasca p registro	
25 mm - 3/4"	8 pç
Joelho 90° soldável	
25 mm	8 pç
Linha soldável	
25 mm	4 pç
Tubo	
20 mm	0,19 m
25 mm	15,91 m
16 90 soldável	
20 mm	1 pç
25 mm	4 pç
PVC soldável esp. c/ bucha preto	
Joelho 90° soldável com bucha de latão	
20 mm - 1/2"	1 pç
Joelho de redução 90° soldável com bucha de latão	
25 mm - 1/2"	8 pç



CORTE LAVATÓRIOS
Escala 1:25



CORTE SANITÁRIOS
Escala 1:25

PROJETO HIDRÁULICO

1 / 3

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:
Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:
- Planta de Instalações Hidráulicas do
Pavimento Térreo
- Cortes dos lavatórios e sanitários dos
banheiros

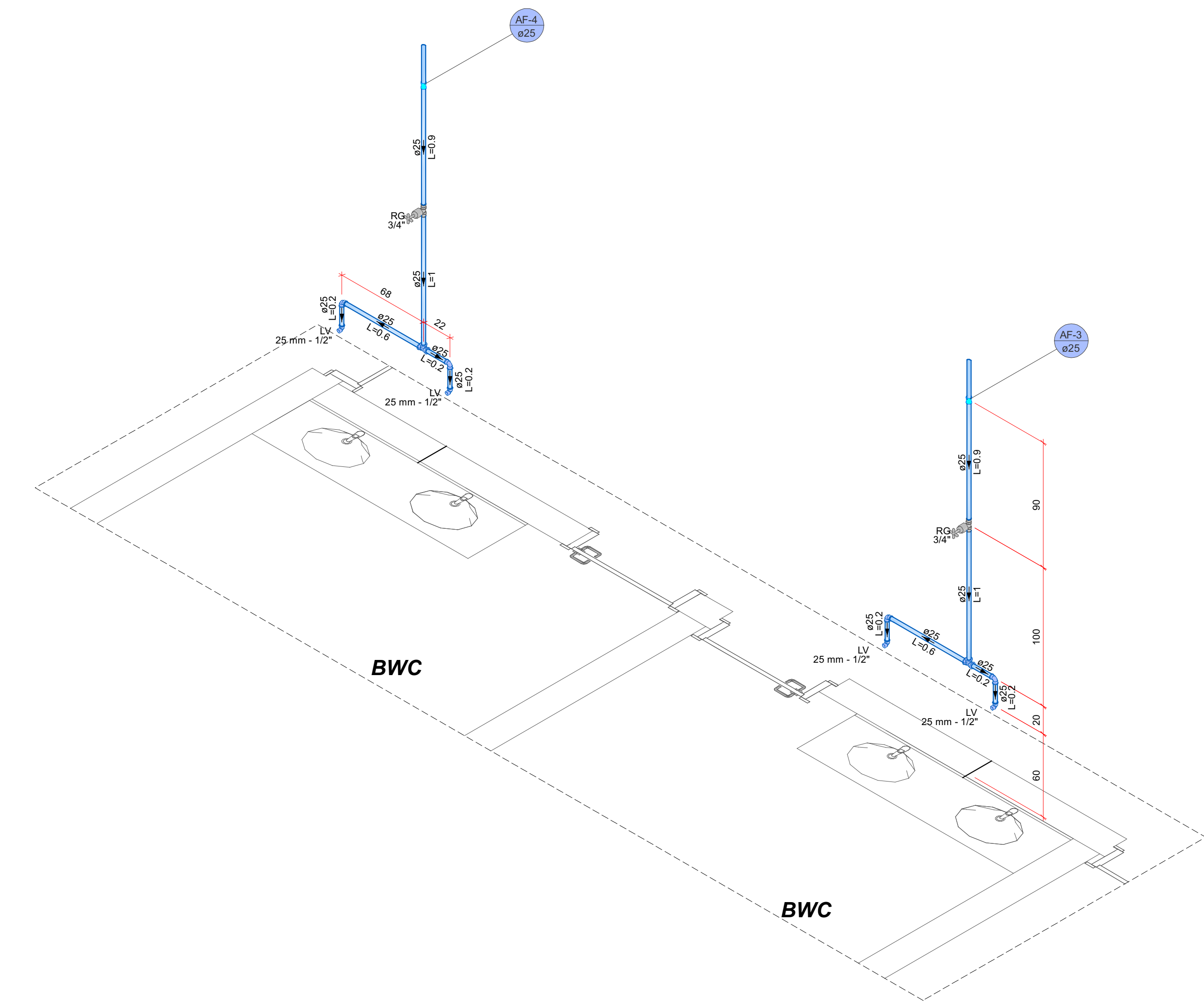
PROPRIETÁRIO
ADALMIR JOSÉ
GARBIM JÚNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.950.038/0001-11

PROJETO
CARLOS HENRIQUE
MELO DE MELO
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

EXECUÇÃO
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

APROVAÇÃO:

MELO
PROJETOS E ENGENHARIA

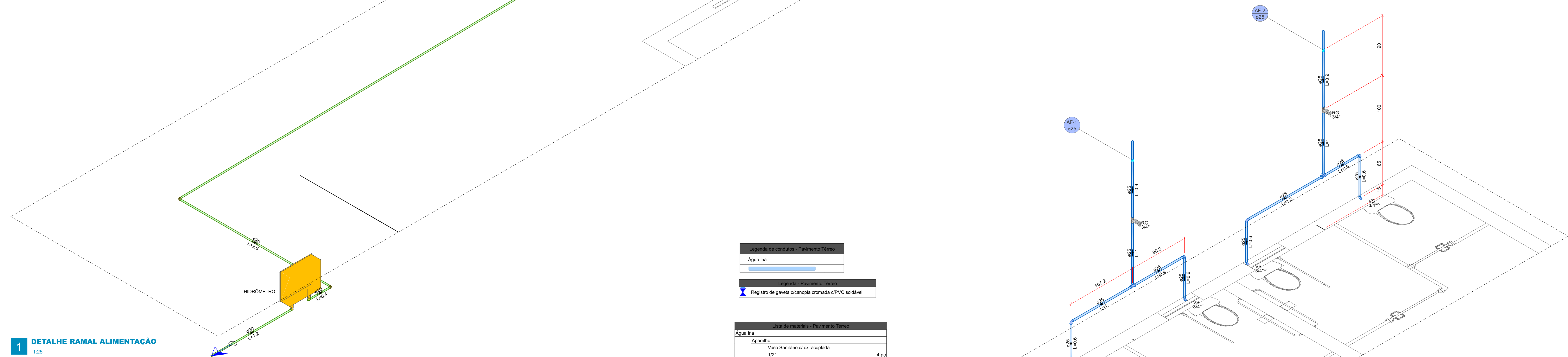


Lista de materiais - Pavimento Térreo		
Água fria		
Aparelho		
Torneira de lavatório	25 mm - 1/2"	4 pz
Metais		
Registro de gaveta c/ canopla cromada	3/4"	2 pz
PVC Acessórios		
Engate fixável plástico	1/2 - 3/8"	4 pz
PVC rígido soldável		
Adapt sold curto oboleira-roca p registro	25 mm - 3/4"	4 pz
Joelho 90° soldável	25 mm	4 pz
Linha soldável	25 mm	2 pz
Tubos	25 mm	5.99 m
T8 90 soldável	25 mm	2 pz
PVC soldável azul c/ bucha latão		
Joelho de redução 90° soldável com bucha de latão	25 mm - 1/2"	4 pz

Legenda de condutas - Pavimento Térreo	
Água fria	

Legenda - Pavimento Térreo	
Registro de gaveta c/canopla cromada c/PVC soldável	

1 DETALHE ISOMÉTRICO LAVATÓRIOS

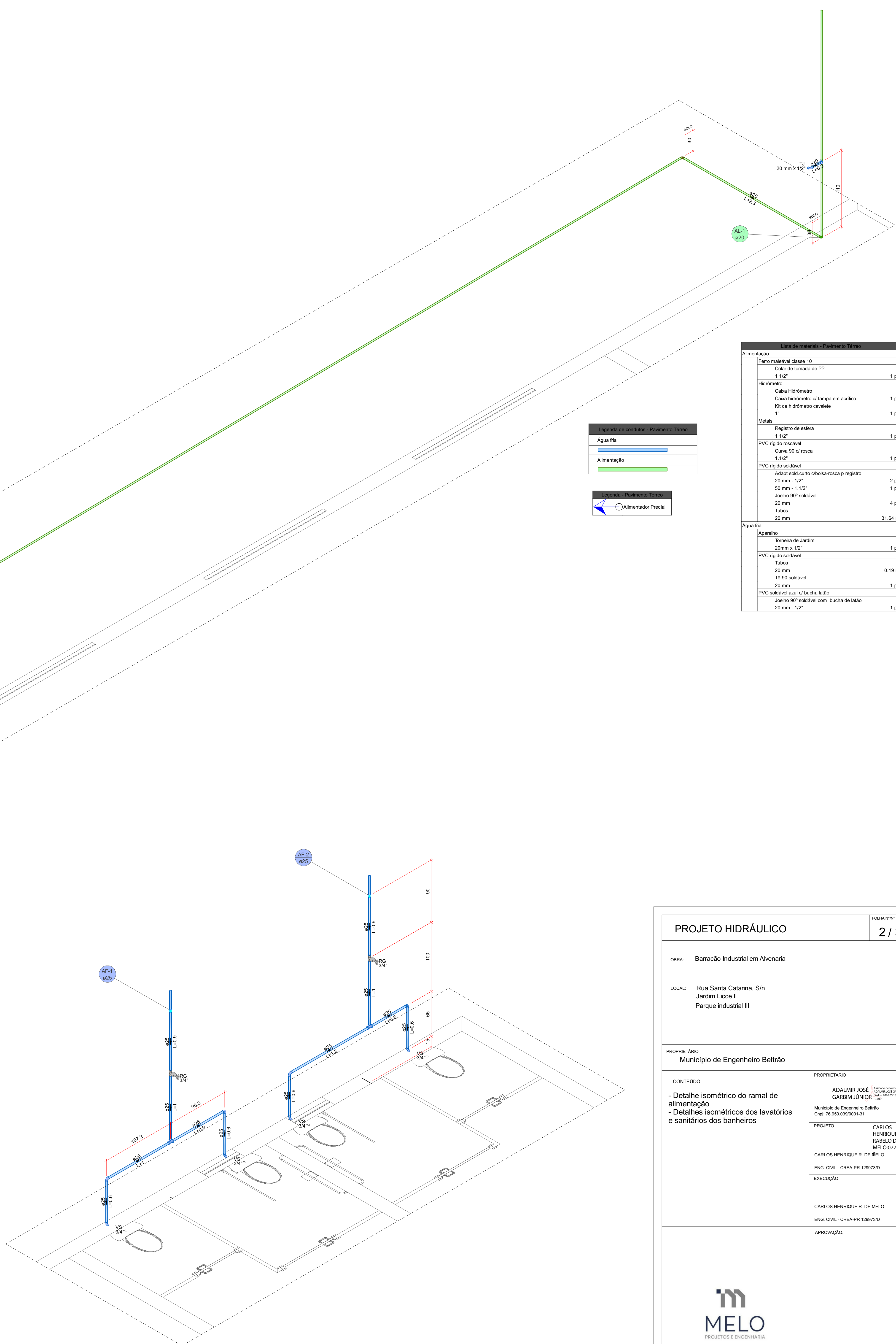


1 DETALHE RAMAL ALIMENTAÇÃO

Legenda de condutas - Pavimento Térreo	
Água fria	

Legenda - Pavimento Térreo	
Registro de gaveta c/canopla cromada c/PVC soldável	

Lista de materiais - Pavimento Térreo		
Água fria		
Aparelho		
Vaso Sanitário c/ cx. acoplada	1/2"	4 pz
Metais		
Registro de gaveta c/ canopla cromada	3/4"	2 pz
PVC Acessórios		
Engate fixável cobre cromado com canopla	1/2 - 3/8"	4 pz
PVC rígido soldável		
Adapt sold curto oboleira-roca p registro	25 mm - 3/4"	4 pz
Joelho 90° soldável	25 mm	4 pz
Linha soldável	25 mm	2 pz
Tubos	25 mm	9.92 m
T8 90 soldável	25 mm	2 pz
PVC soldável azul c/ bucha latão		
Joelho de redução 90° soldável com bucha de latão	25 mm - 1/2"	4 pz



2 DETALHE ISOMÉTRICO SANITÁRIOS

Legenda de condutas - Pavimento Térreo	
Água fria	
Alimentação	

Legenda - Pavimento Térreo	
Alimentador Predial	

Lista de materiais - Pavimento Térreo		
Alimentação		
Ferro maleável classe 10		
Cole de tomada de PP	1 1/2"	1 pz
Hidômetro		
Caixa Hidômetro		
Caixa hidômetro c/ tampo em acrílico	1 1/2"	1 pz
Kit de hidômetro cavalete	1"	1 pz
Metais		
Registro de esfera	1 1/2"	1 pz
PVC rígido macho		
Curva 90 c/ roca	1 1/2"	1 pz
PVC rígido soldável		
Adapt sold curto oboleira-roca p registro	20 mm - 1/2"	2 pz
50 mm - 1 1/2"		1 pz
Joelho 90° soldável	20 mm	4 pz
Tubos	20 mm	31.64 m
Água fria		
Aparelho		
Torneira de Jardim	20mm x 1/2"	1 pz
PVC rígido soldável		
Tubos	20 mm	0.19 m
T8 90 soldável	20 mm	1 pz
PVC soldável azul c/ bucha latão		
Joelho 90° soldável com bucha de latão	20 mm - 1/2"	1 pz

PROJETO HIDRÁULICO

2 / 3

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:
Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:
- Detalhe isométrico do ramal de
alimentação
- Detalhes isométricos dos lavatórios
e sanitários dos banheiros

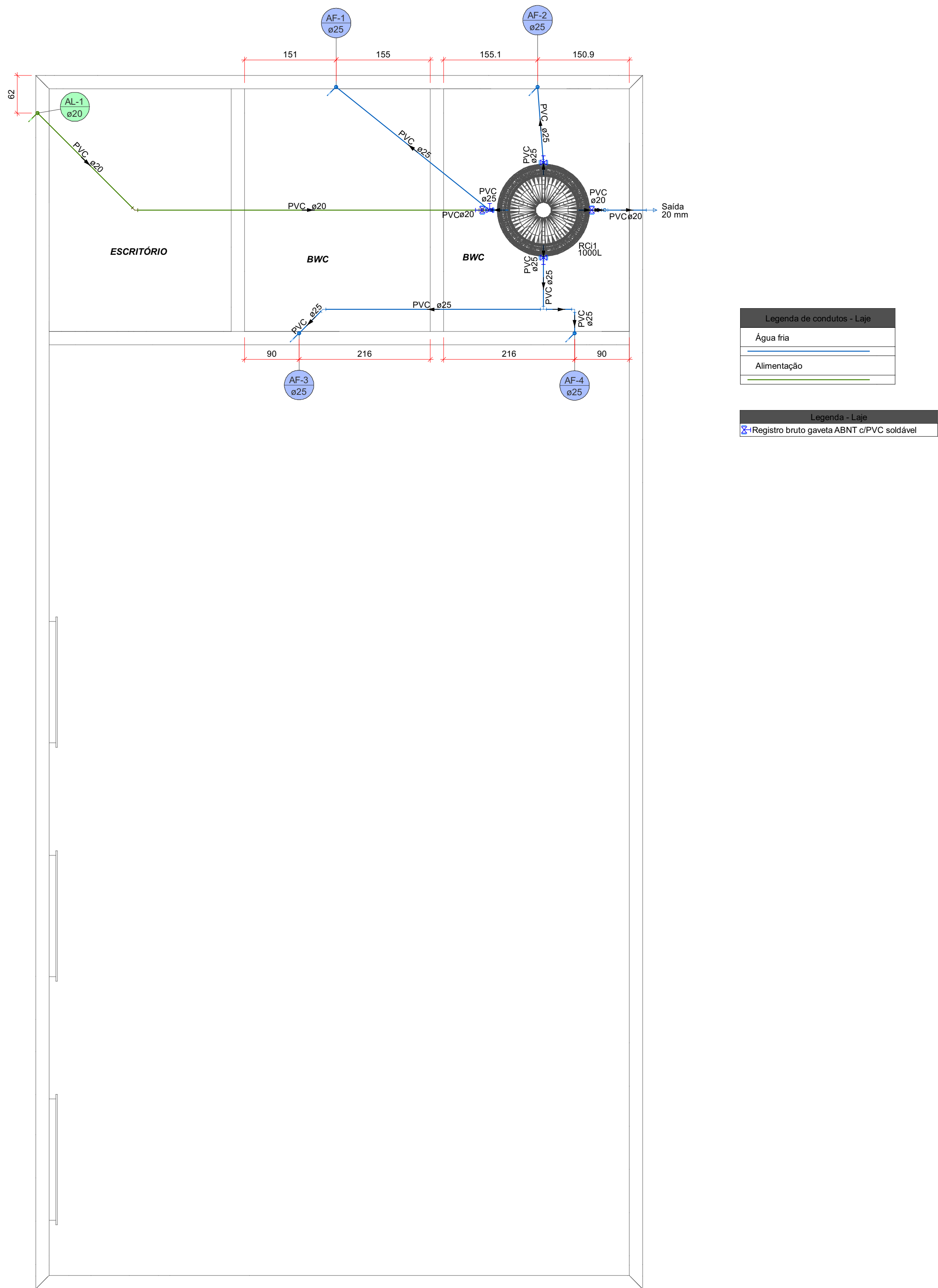
PROPRIETÁRIO:
ADALMIR JOSÉ
GARBM JUNIOR

PROJETO:
CARLOS
HENRIQUE
BARRELO DE
MELO

EXECUÇÃO:

APROVAÇÃO:

MELO
PROJETOS E ENGENHARIA



1 PLANTA DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS - LAJE

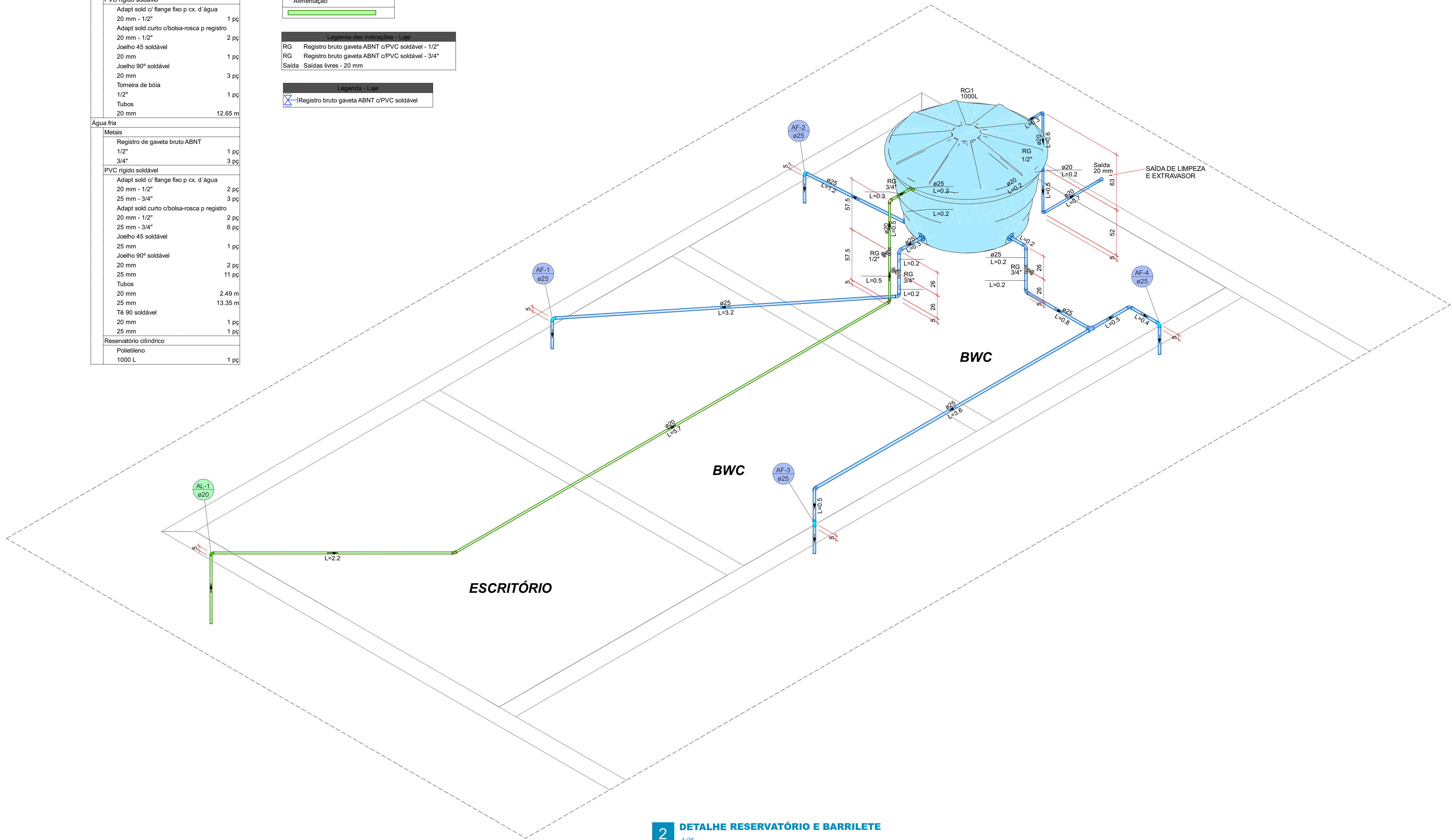
1:50

Lista de materiais - Laje	
Alimentação	
Metais	
Registro de gaveta bruto ABNT	1 pc
1/2"	
PVC rígido soldável	
Adapt. sold. c/ flange fixo p. cx. d'água	1 pc
20 mm - 1/2"	
Adapt. sold. curto c/ bolso-roscas p. registro	2 pc
20 mm - 1/2"	
Joelho 45 soldável	1 pc
20 mm	
Joelho 90° soldável	3 pc
20 mm	
Torneira de bola	1 pc
1/2"	
Tubos	
20 mm	12,85 m
Água fria	
Metais	
Registro de gaveta bruto ABNT	1 pc
1/2"	
3/4"	3 pc
PVC rígido soldável	
Adapt. sold. c/ flange fixo p. cx. d'água	2 pc
20 mm - 1/2"	
25 mm - 3/4"	3 pc
Adapt. sold. curto c/ bolso-roscas p. registro	2 pc
20 mm - 1/2"	
25 mm - 3/4"	6 pc
Joelho 45 soldável	1 pc
25 mm	
Joelho 90° soldável	2 pc
20 mm	
25 mm	11 pc
Tubos	
20 mm	2,48 m
25 mm	13,35 m
T6 90 soldável	
20 mm	1 pc
25 mm	1 pc
Reservatório cilíndrico	
Poliétileno	
1000 L	1 pc

Legenda de condutas - Laje	
Água fria	
Alimentação	

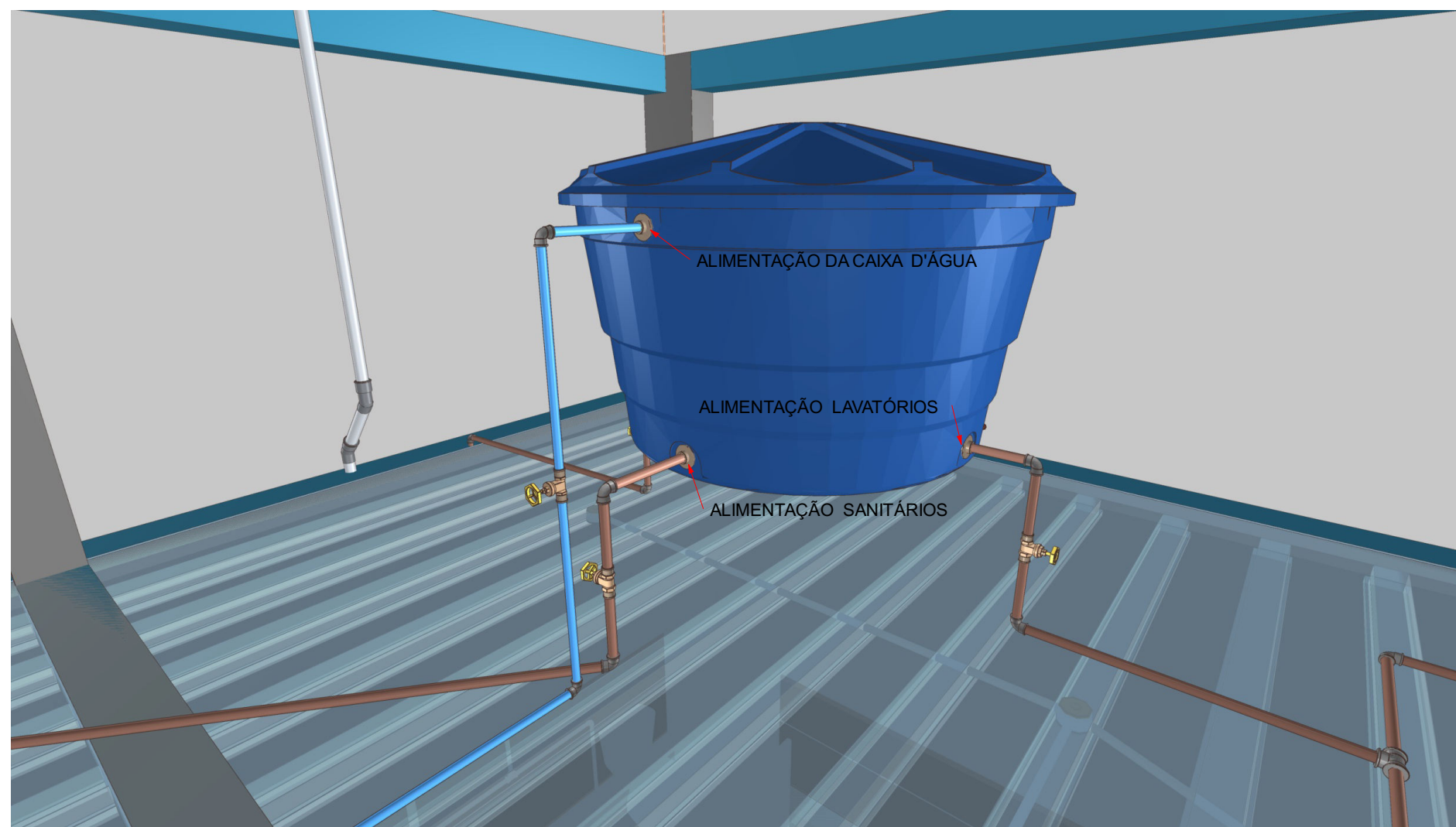
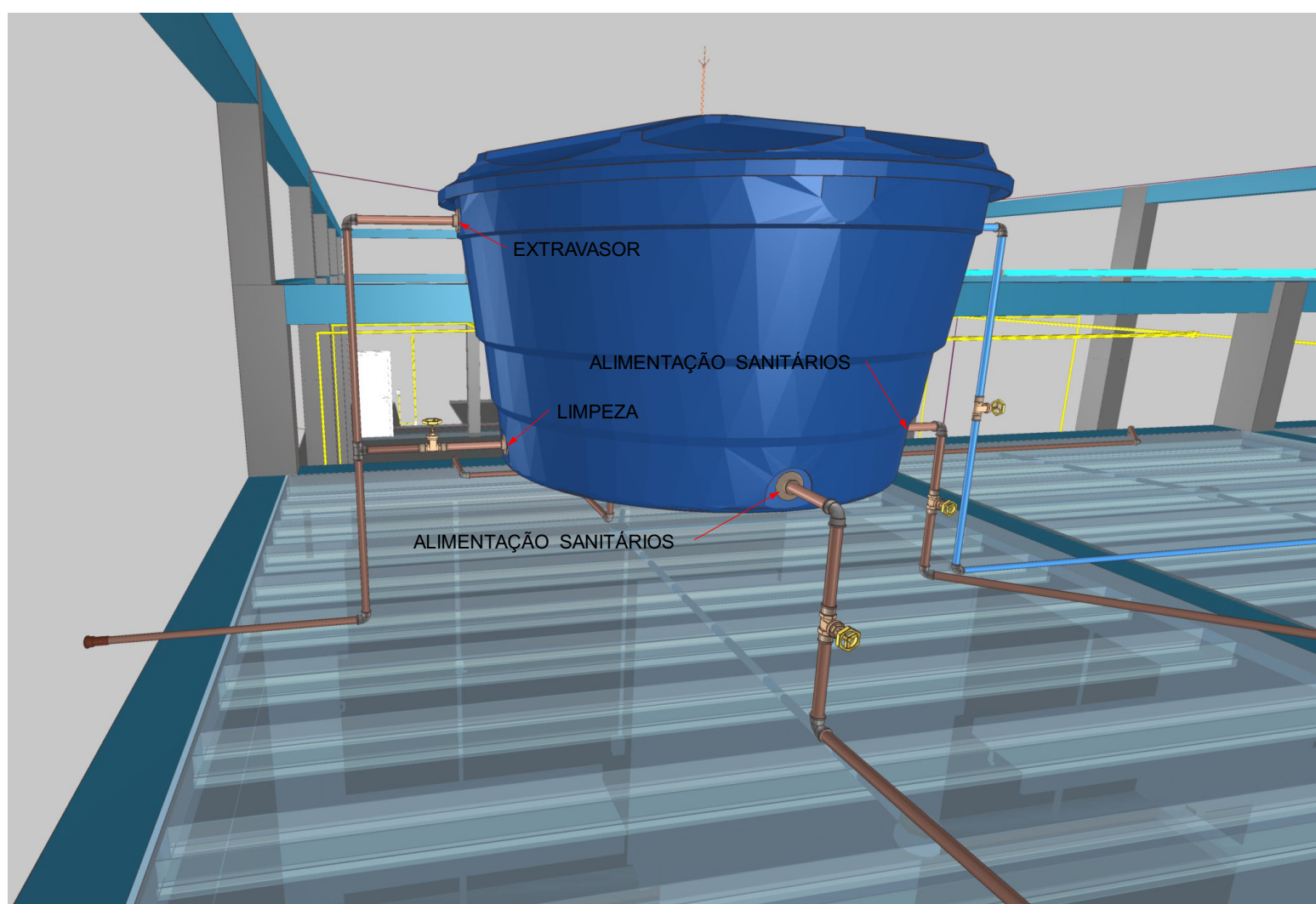
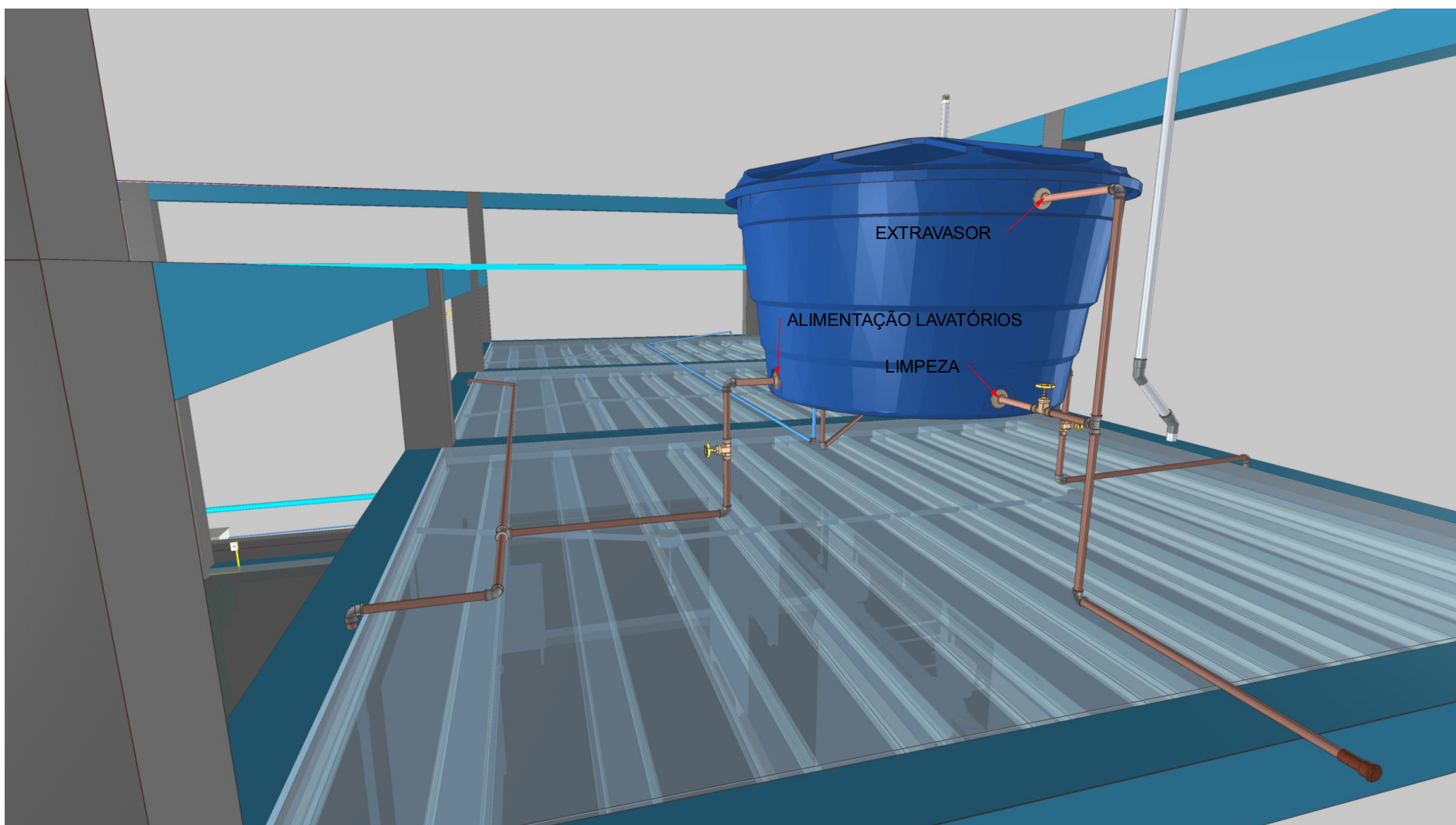
Legenda das instalações - Laje	
RG	Registro bruto gaveta ABNT c/PVC soldável - 1/2"
RG	Registro bruto gaveta ABNT c/PVC soldável - 3/4"
Saida	Saída limpa - 20 mm

Legenda - Laje	
X	Registro bruto gaveta ABNT c/PVC soldável



2 DETALHE RESERVATÓRIO E BARRILETE

1:25



PROJETO HIDRÁULICO

FOLHA Nº DE FOLHAS

3 / 3

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:
Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:
- Planta de Instalações Hidráulicas do Pavimento Laje
- Detalhe isométrico do reservatório e do barrilete na laje
- Imagens das ligações no reservatório

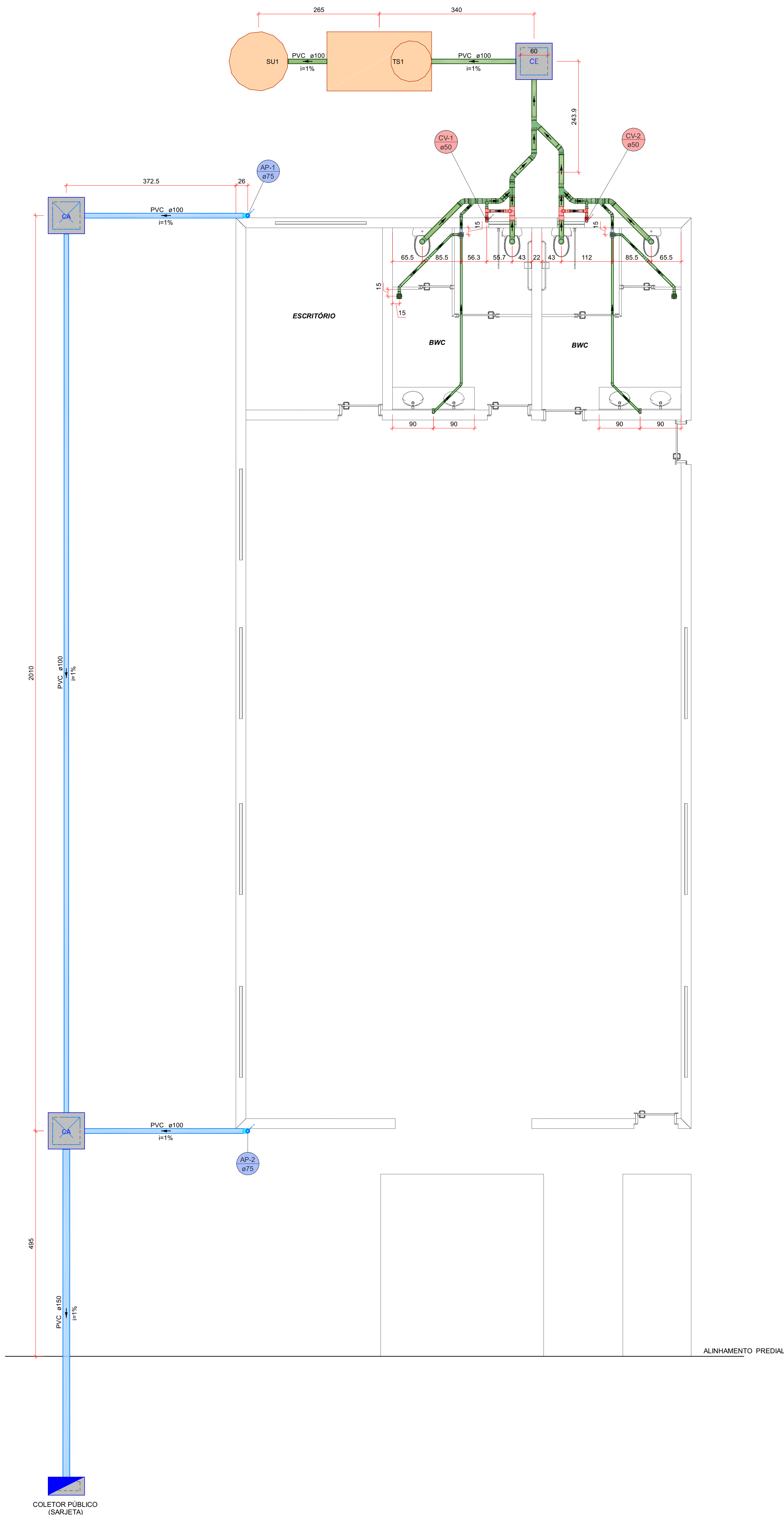
PROPRIETÁRIO:
ADALMIR JOSÉ
GABRIEL JUNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.950.038/0001-11

PROJETO:
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
RABELO DE MELO 07797766/9000
CNPJ: 16.950.038/0001-11

EXECUÇÃO:
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

APROVAÇÃO:
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

MELO
PROJETOS E ENGENHARIA

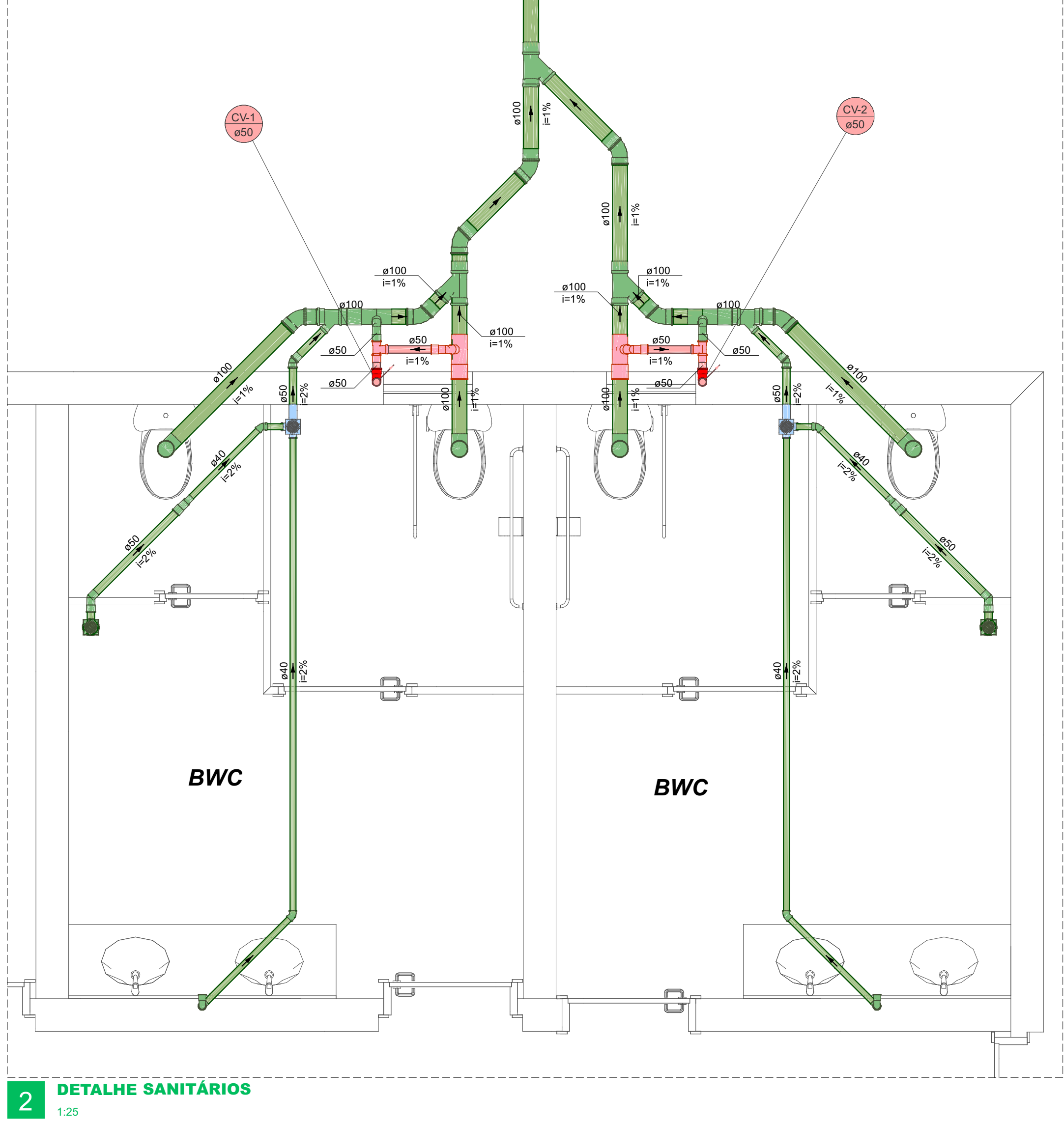


1 PLANTA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - TÉRREO
1:50

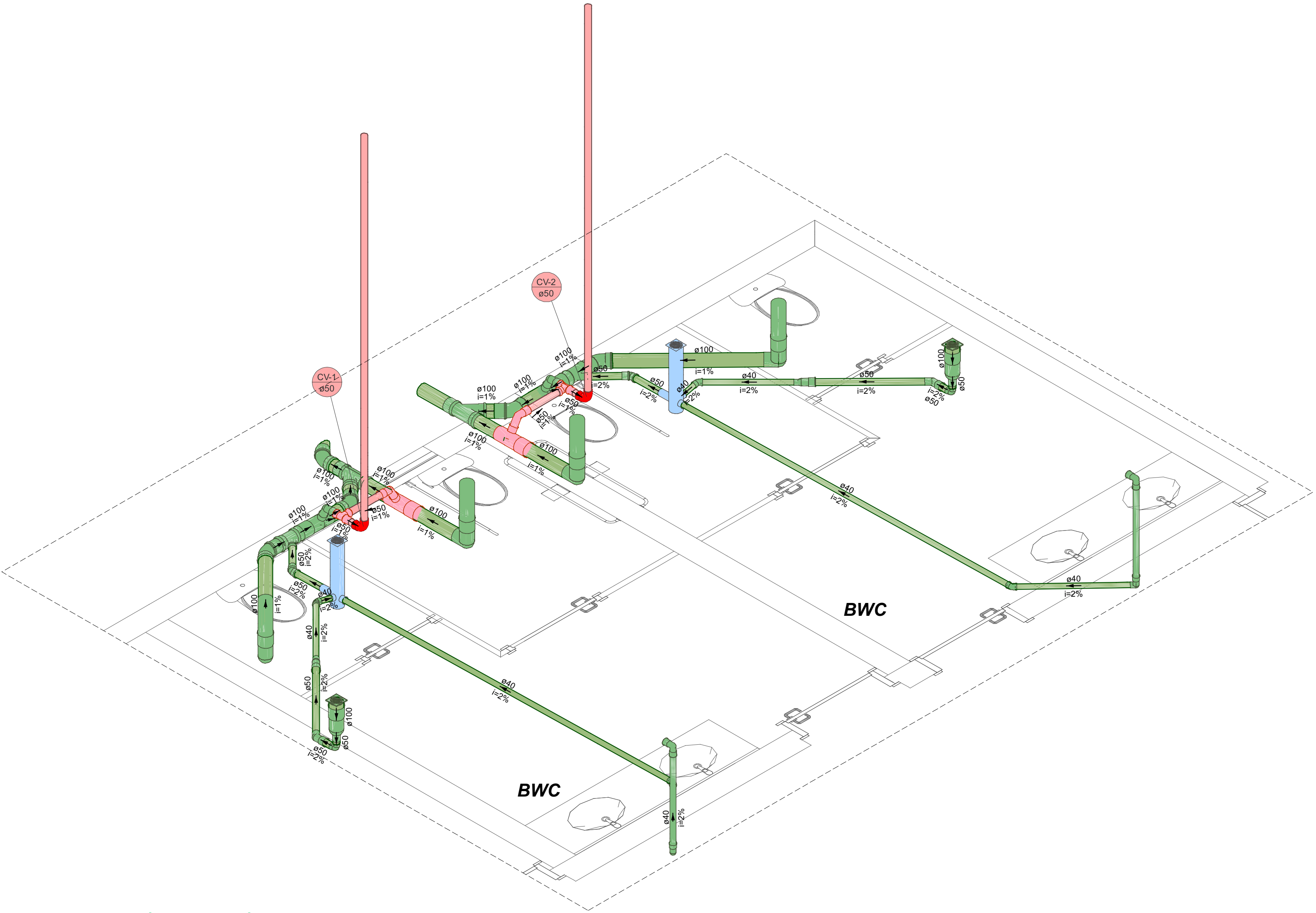
Lista de materiais - Pavimento Térreo	
Esgoto	
Caixas de Passagem	
Caixa de inspeção esgoto simples	1 pc
CE - Ø60x60 cm	
PVC Acessórios	
Caixa estofada	100x100x50
Rato quadrado com grelha	2 pc
100 mm	
Sifão de copo p/ pia e lavatório	2 pc
1" - 1.1/2"	
Válvula p/ lavatório e tanque	2 pc
1"	
PVC Esgoto	
Anel de borracha	
100mm - 4"	21 pc
50mm - 2"	12 pc
Curva 90 curta Amarelo	100 mm
7 pc	
Joelho 45	4 pc
40 mm	2 pc
Joelho 90	4 pc
40 mm	2 pc
50 mm	2 pc
Joelho 90	1 pc
40 mm	2 pc
50 mm	2 pc
Joelho 90 canal p/ esgoto secundário	40 mm - 1.1/2"
2 pc	
Junção simples	100 mm - 50 mm
2 pc	
100 mm - 100 mm	3 pc
Lixe	
40 mm	4 pc
Lixe simples	100 mm
24 pc	
50 mm	10 pc
Redução excêntrica	100 mm - 50 mm
2 pc	
Tubo rígido c/ ponta lisa	100 mm - 4"
12.99 m	
40 mm	11.11 m
50 mm - 2"	3.74 m
Tê sanitário	100 mm - 50 mm
2 pc	
Vedação p/ saída de vaso sanitário	100 mm
4 pc	
Unidades de tratamento	
Alça	1 pc
Ferro	
Argamassa	0.23 m³
Brita	0.24 m³
Concreto	1.68 m³
Tampa	
Hermética	1 pc
Tijolo	
Furado	114 pc
Pluvial	
Caixas de Passagem	
Boca de lobo para drenagem pluvial	1 pc
BL - entrada lateral	
Caixa de área pluvial sem grelha	Ca - Ø60x60 cm
2 pc	
PVC Esgoto	
Anel de borracha	100mm - 4"
2 pc	
75mm - 3"	2 pc
Curva 90 curta	100 mm
2 pc	
Redução excêntrica	100 mm - 75 mm
2 pc	
Tubo rígido c/ ponta lisa	100 mm - 4"
26.25 m	
150 mm - 6"	7.2 m
Ventilação	
PVC Esgoto	
Anel de borracha	100mm - 4"
2 pc	
50mm - 2"	10 pc
Curva 90 curta	50 mm
2 pc	
Joelho 90	50 mm
2 pc	
50 mm	
Tubo rígido c/ ponta lisa	50 mm - 2"
1.51 m	
Tê sanitário	100 mm - 50 mm
2 pc	
50 mm - 50 mm	2 pc

Legenda - Pavimento Térreo	
	Boca de lobo
	Caixa Estofada
	Caixa de área pluvial simples
	Caixas Inspeção Esgoto Simples
	Curva 45° curta Amarelo
	Curva 90 curta-columa
	Joelho 45
	Joelho 90 sobre
	Junção simples
	Lavatório Residencial com sifão
	Rato com grelha
	Ramais de Ventilação
	Redução excêntrica-columa
	Tê sanitário
	Vaso Sanitário c/ curva 90°

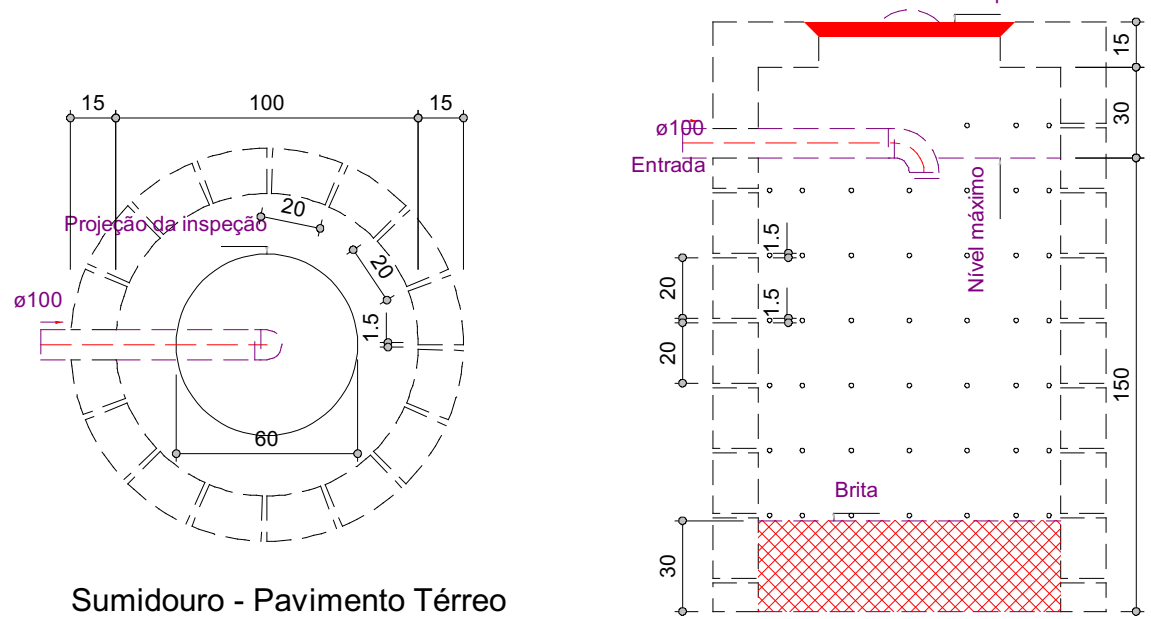
Legenda de condutas - Pavimento Térreo	
	Esgoto
	Pluvial
	Ventilação



2 DETALHE SANITÁRIOS
1:25

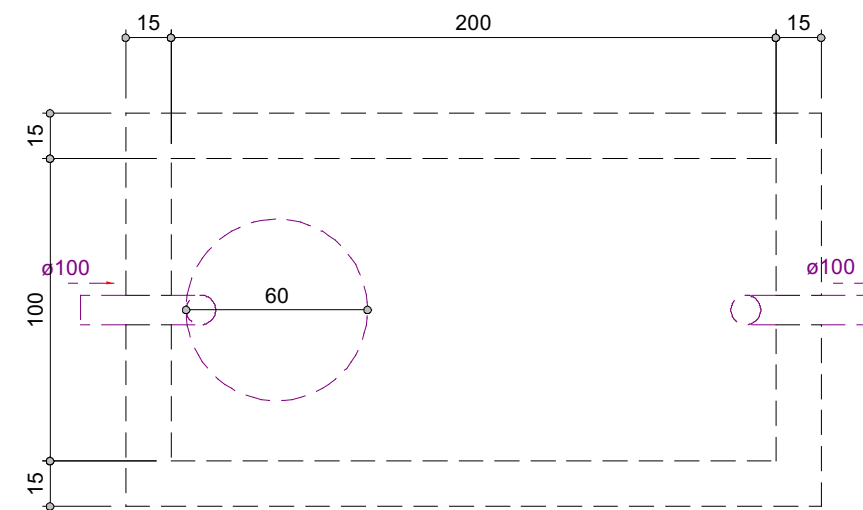


3 DETALHE ISOMÉTRICO SANITÁRIOS
1:25

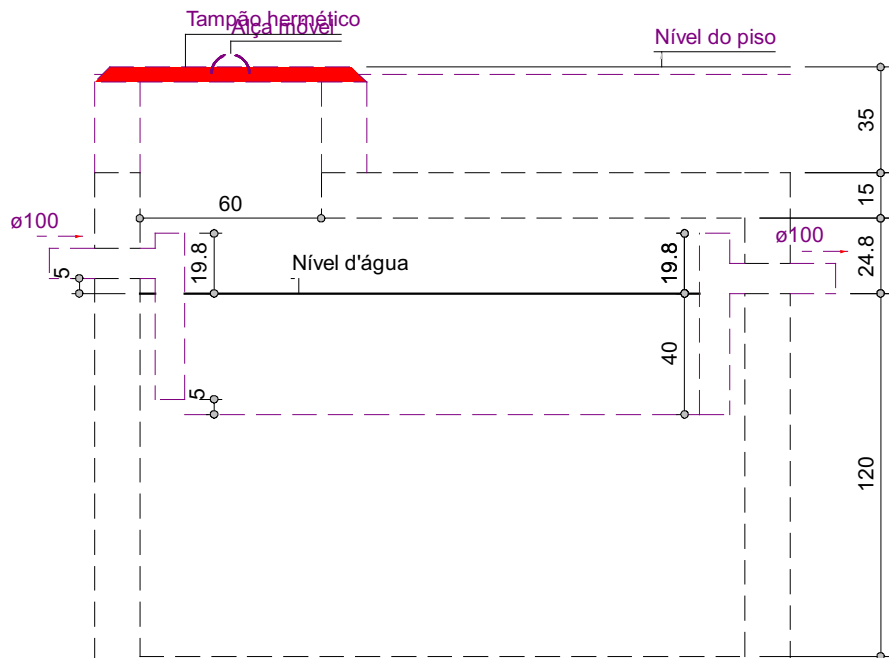


Sumidouro - Pavimento Térreo
Planta baixa - ESC. 1:25

Sumidouro - Pavimento Térreo
Corte 1 - ESC. 1:25



Tanque séptico - Pavimento Térreo
Planta baixa - ESC. 1:25



Tanque séptico - Pavimento Térreo
Corte 1 - ESC. 1:25

PROJETO SANITÁRIO

1 / 2

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:
Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:
- Planta de Instalações Sanitárias do Pavimento Térreo
- Detalhes dos sanitários
- Detalhes do tanque séptico e do sumidouro

PROPRIETÁRIO:
ADALMIR JOSÉ
GARBIM JUNIOR
Município de Engenheiro Beltrão
CNPJ: 16.890.038/0001-11

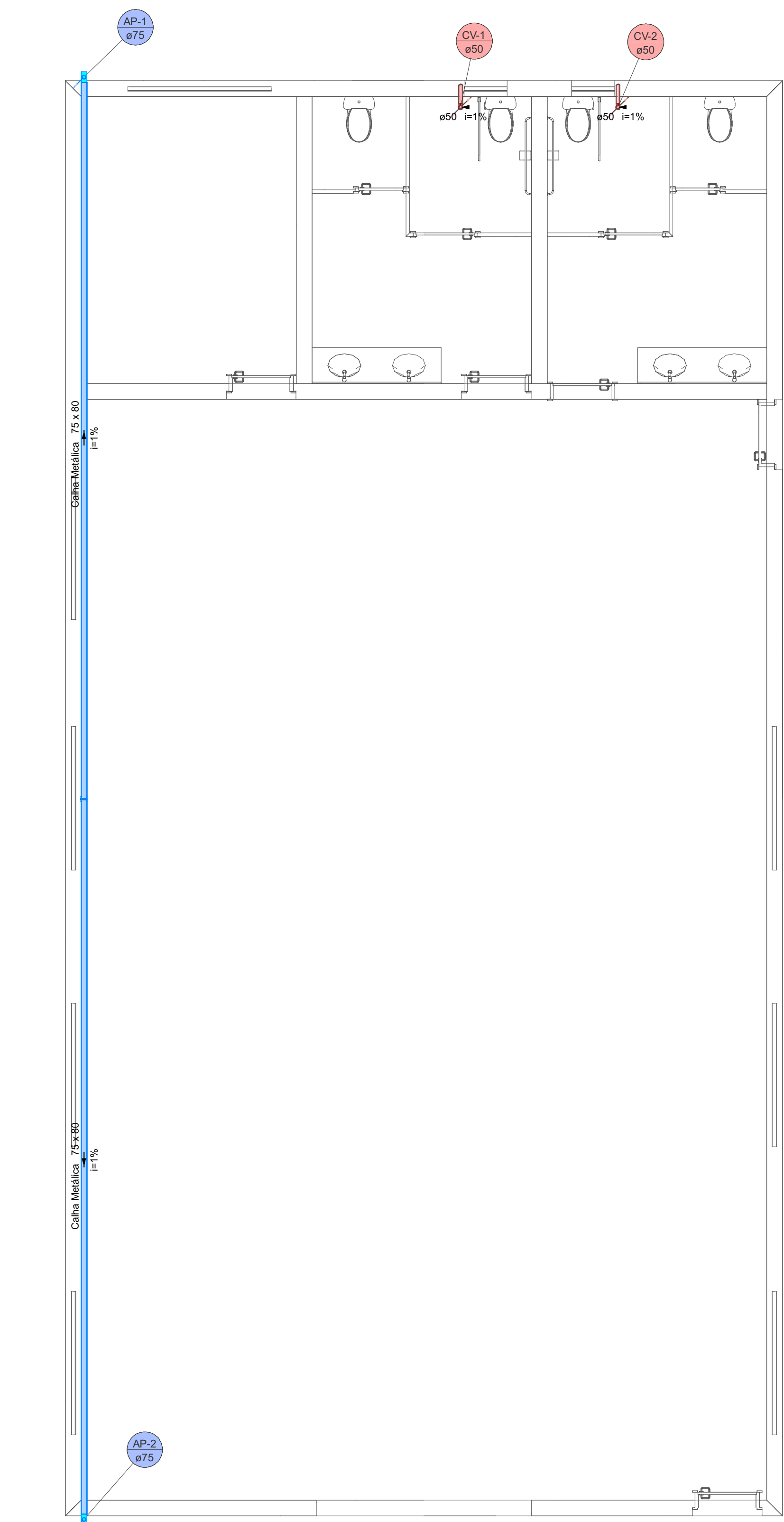
PROJETO: CARLOS HENRIQUE
HENRIQUE MELLO DE
MELO 0779776699
8
CNPJ: 09.050.111
23.046.27-03/001

ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

EXECUÇÃO:
CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

APROVAÇÃO:

MELO
PROJETOS E ENGENHARIA



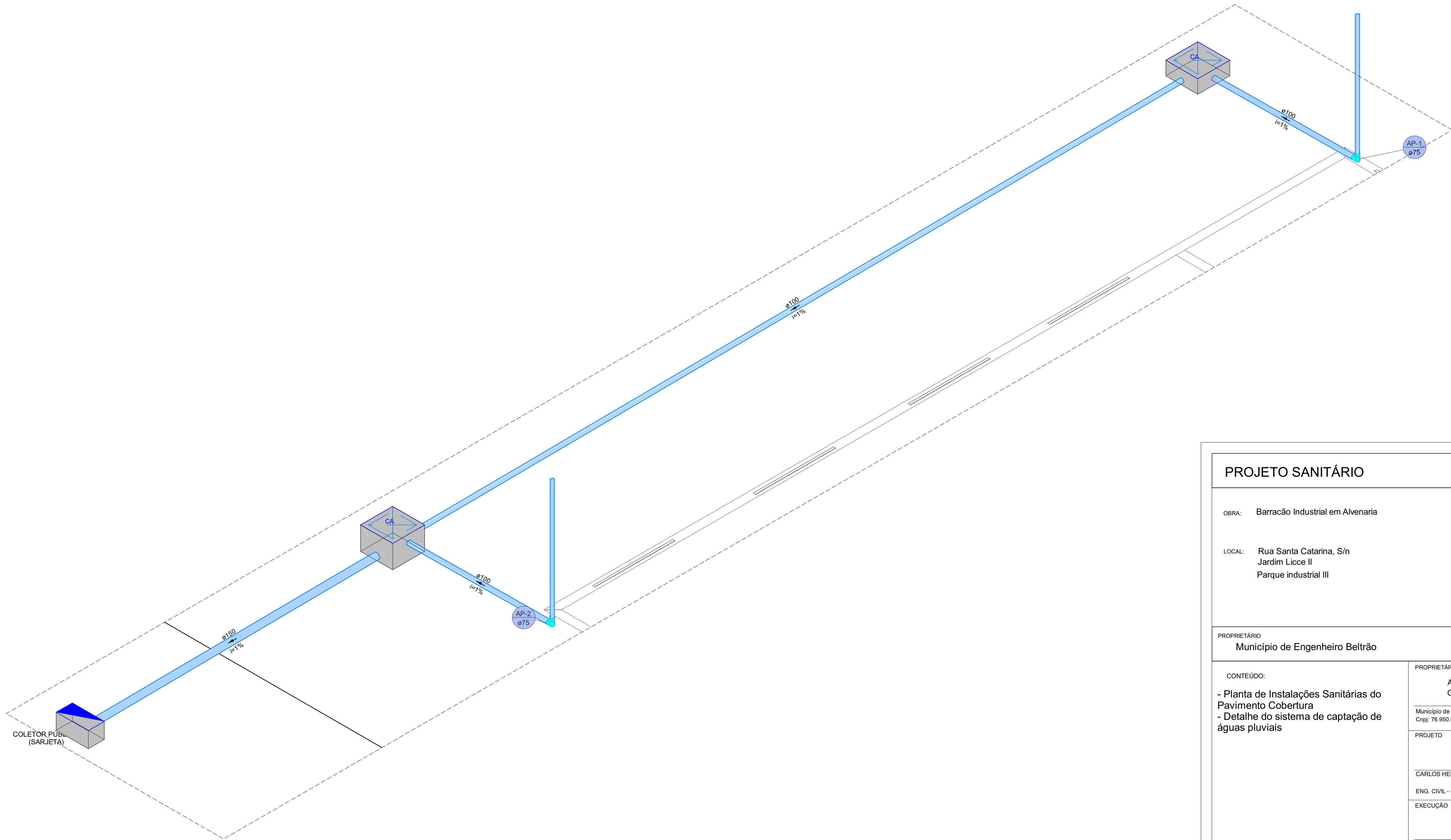
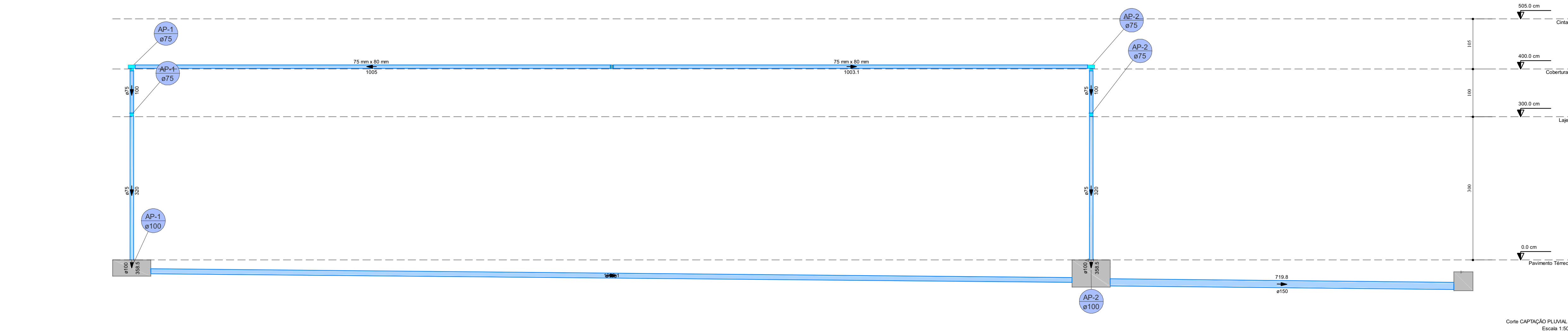
Legenda de condutas - Cobertura	
Pluvial	
Ventilação	

Legenda - Cobertura	
Caixa de ventilação	
Joelho 45° sobre	
Terminal com saída circular	

Lista de materiais - Cobertura	
Pluvial	
Calha metálica	
Cabeceira retangular 75 mm x 60 mm	2 pq
Calha retangular 75 mm x 60 mm	19.93 m
Terminal com saída circular 75 mm x 60 mm - Ø75	2 pq
PVC Esgoto	
Tubo rígido c/ ponta lisa 75 mm - 3"	1.75 m
Ventilação	
PVC Esgoto	
Anel de borracha 50mm - 2"	2 pq
Joelho 45° 50 mm	2 pq
Tubo rígido c/ ponta lisa 50 mm - 2"	0.65 m

Lista de materiais - Lixo	
Pluvial	
PVC Esgoto	
Anel de borracha 75mm - 3"	2 pq
Lixa simples 75 mm	2 pq
Tubo rígido c/ ponta lisa 75 mm - 3"	6.28 m
Ventilação	
PVC Esgoto	
Anel de borracha 50mm - 2"	2 pq
Joelho 45° 50 mm	2 pq
Tubo rígido c/ ponta lisa 50 mm - 2"	6.73 m

Lista de materiais - Cores	
Ventilação	
PVC Esgoto	
Terminal de ventilação 50 mm	2 pq
Tubo rígido c/ ponta lisa 50 mm - 2"	3.9 m



1 PLANTA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - COBERTURA
1:50

2 DETALHE ÁGUAS PLUVIAIS
1:50

PROJETO SANITÁRIO

2 / 2

OBRA

Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL

Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO

Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:

- Planta de Instalações Sanitárias do Pavimento Cobertura

- Detalhe do sistema de captação de águas pluviais

PROPRIETÁRIO

ADALMIR JOSÉ GARIBIM JUNIOR

Município de Engenheiro Beltrão

CNPJ: 16.950.038/0001-11

PROJETO

CARLOS HENRIQUE RABELO DE MELO

23.445.59-03/99

ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

CARLOS HENRIQUE R. DE MELO

ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D

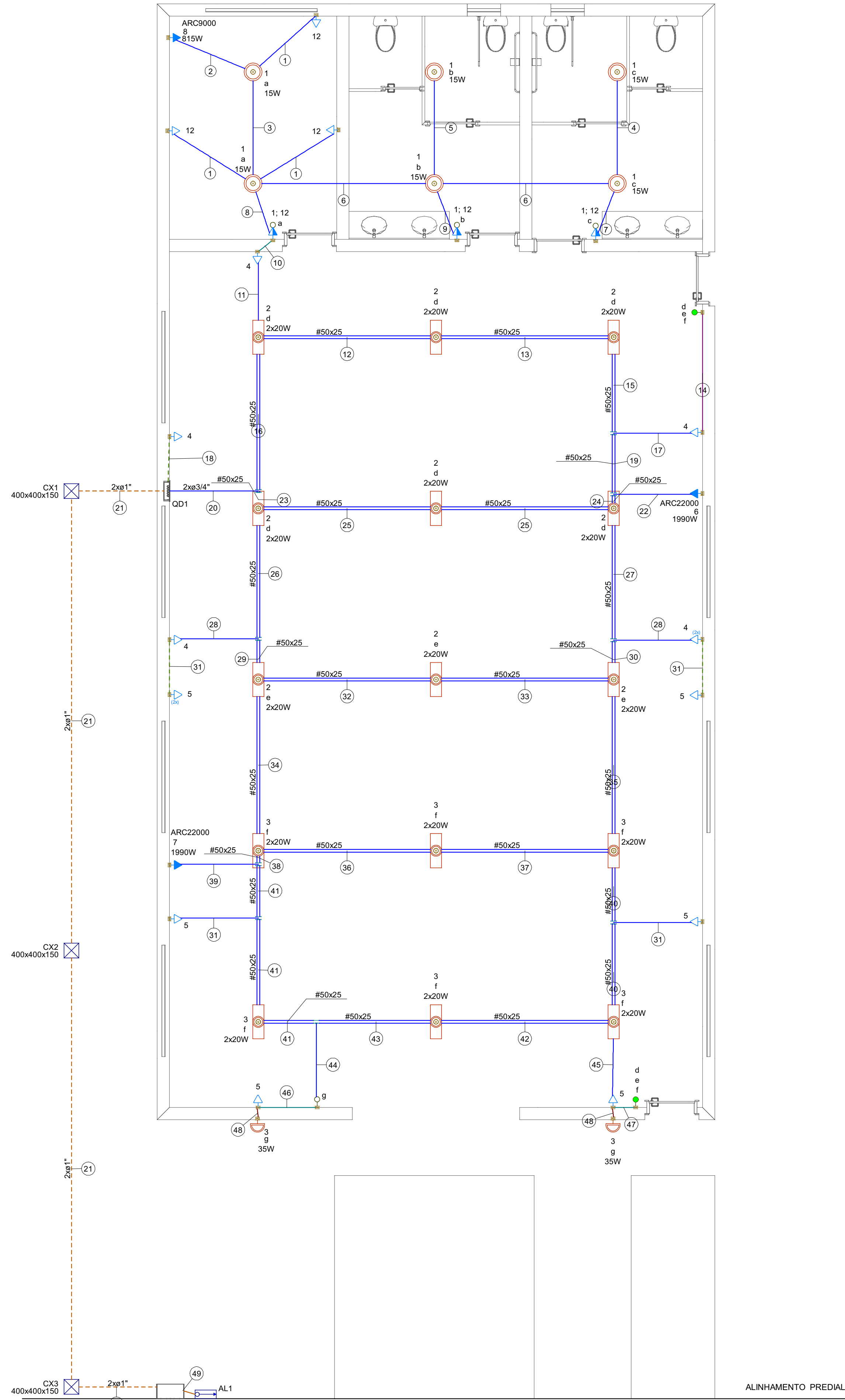
APROVAÇÃO:

MELO

PROJETOS E ENGENHARIA

Lista de materiais - Pavimento Térreo	
Elétrica	
Accessórios pr eletrodutos	
Caixa PVC 4x2"	20 pc
Caixa PVC octogonal 4"x 4"	21 pc
Caixa de Luz 4"x2"	2 pc
4"x2"	7 pc
Luva aço galvan. leve 1"	
Accessório uso geral	
Amarela lta galvan.	277 pc
114"	96 pc
Bucha de nylon	3 pc
S8	62 pc
Parafuso fenda galvan. cab. panela 2,9x25mm autotarrachante	3 pc
4,2x22mm autotarrachante	62 pc
Parafuso galvan. cab. ass. 3/8"x2,1/2" rosca total WW	56 pc
Parafuso galvan. cabeça lenticla 1/4"x3/8" máquina rosca total	96 pc
Porca sextavada galvan.	181 pc
114"	56 pc
3/8"	56 pc
Suporte para cabo de aço 38x60mm	56 pc
Vergetão galvan. rosca total 1/4"(comp. p/ proj.)	56 pc
Cabo Unipolar (cobre)	
Isol PVC - 450/750V	283,96 m
1,5 mm² - Amarelo	105,85 m
1,5 mm² - Azul claro	66,05 m
1,5 mm² - Branco	23,9 m
1,5 mm² - Verde-amarelo	21,34 m
2,5 mm² - Azul claro	174,29 m
2,5 mm² - Branco	174,29 m
2,5 mm² - Verde-amarelo	108,19 m
4 mm² - Azul claro	29,19 m
4 mm² - Preto	14,74 m
4 mm² - Verde-amarelo	24,84 m
12 mm² - Vermelho	14,44 m
Dispositivo Elétrico - embutido	
Placa 2x4"	2 pc
Interruptor paralelo - 3 tocas	1 pc
Interruptor simples - 1 toca	12 pc
Placa p/ 1 função	5 pc
Placa p/ 2 funções	3 pc
SI placa	2 pc
Interruptor 1 toca simples e tomada hexagonal (NBR14136)	12 pc
Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A	
Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A	
Eletrocalha furada tipo C pré-galv. quan	
Accessórios para eletrocalha	
Saída horizontal para eletroduto	9 pc
Eletrocalha perfurada tipo C 50x25mm chapa 18	63,7 m
70x61mm	56 pc
Tab. plana perfurada 25mm	24 pc
50mm chapa 24	63,7 m
Eletroduto PVC flexível	
Eletroduto leve 3/4"	47,39 m
Eletroduto PVC rosca	
Braçadeira galvan. tipo cunha 3/4"	3 pc
Eletroduto, vara 3,0m 3/4"	2,4 m
Eletroduto metálico rígido leve	
Braçadeira galvan. tipo cunha 3/4"	62 pc
Eletroduto galvanizado, vara 3,0m 3/4"	59,09 m
Elétrica (Alimentação)	
Accessórios pr eletrodutos	
Amarela zamak	2 pc
3/4"	1 pc
Bucha zamak	2 pc
1,1/2"	1 pc
3/4"	1 pc
Cunha 80° PVC longa rosca 1,1/2"	1 pc
Luva PVC rosca 1,1/2"	3 pc
Luva aço galvan. leve 1"	8 pc
Accessório uso geral	
Bucha de nylon	48 pc
Fita isolante autoadesão 20m	1 pc
Parafuso fenda galvan. cab. panela 4,2x22mm autotarrachante	48 pc
Cabo Unipolar (cobre)	
Isol PVC - 450/750V	22,93 m
10 mm² - Azul claro	22,93 m
10 mm² - Branco	22,93 m
10 mm² - Preto	22,93 m
10 mm² - Verde-amarelo	22,93 m
10 mm² - Vermelho	22,93 m
Caixa de passagem - embutir 400x400x150 mm	3 pc
Dispositivo de Proteção	
Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C)	1 pc
40 A - 3 kA	1 pc
Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C)	7 pc
10 A - 3 kA	2 pc
Disjuntor unipolar termomagnético (220 V/127 V) - DIN (Curva C)	4 pc
20 A - 5 kA	4 pc
Dispositivo de proteção contra surto 175 V - 8 kA	1 pc
Interruptor tetrapolar DR (3 fases/neutral - in 30mA) - DIN	
Eletroduto PVC rosca	
Eletroduto, vara 3,0m 1,1/2"	1 m
2"	1 m
3/4"	2 m
Eletroduto metálico rígido leve	
Braçadeira galvan. tipo cunha 1"	45 pc
3/4"	3 pc
Eletroduto galvanizado, vara 3,0m 1"	43,84 m
2,23 m	
Material pr entrega serviço	
Caboçote alumínio pr eletroduto 1,1/2"	1 pc
Haste de aterramento apicozibre D=15mm, comprimento 2,4m	1 pc
Isolador rolado 600V Porcelana vitrificada	1 pc
Parafuso aço galvanizado cabeça quadr. Rosca M16x2, comprim. 180mm	1 pc
Posta concreto armado Comprimento 6,0m	1 pc
Quadro de medição - COPEL	
Unidade consumidora individual - embutir	1 pc
Caixa "EN" pr medidores polifásicos	1 pc
Quadro distrib. plástico - embutir	
Barr. inf. - DIN	1 pc
Cap. 34 diag. unip. - In Pente 100A	
Elétrica (Ar condicionado)	
Accessórios pr eletrodutos	
Caixa PVC 4x2"	3 pc
Dispositivo Elétrico - embutido	
Placa 2x4"	3 pc
Placa cf furo	

Legenda de fiações - Pavimento Térreo	
1	12
2	12
3	1 8 12
4	1 8 12
5	1 8 12
6	1 8 12
7	1 8 12
8	1 8 12
9	1 8 12
10	1 8 12
11	1 8 12
12	1 8 12
13	1 8 12
14	1 8 12
15	1 8 12
16	1 8 12
17	1 8 12
18	1 8 12
19	1 8 12
20	1 8 12
21	1 8 12
22	1 8 12
23	1 8 12
24	1 8 12
25	1 8 12
26	1 8 12
27	1 8 12
28	1 8 12
29	1 8 12
30	1 8 12
31	1 8 12
32	1 8 12
33	1 8 12
34	1 8 12
35	1 8 12
36	1 8 12
37	1 8 12
38	1 8 12
39	1 8 12
40	1 8 12
41	1 8 12
42	1 8 12
43	1 8 12
44	1 8 12
45	1 8 12
46	1 8 12
47	1 8 12
48	1 8 12
49	1 8 12

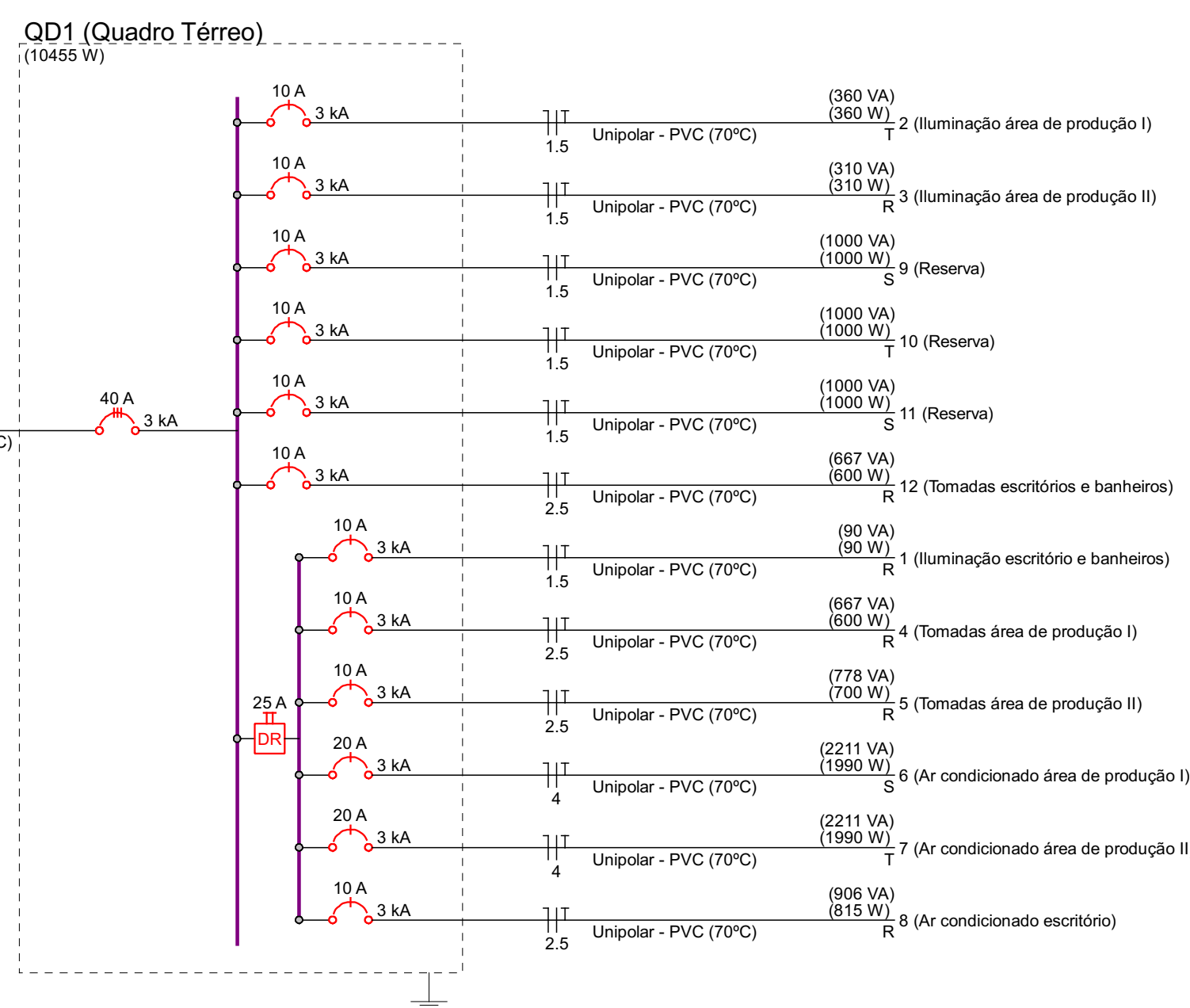
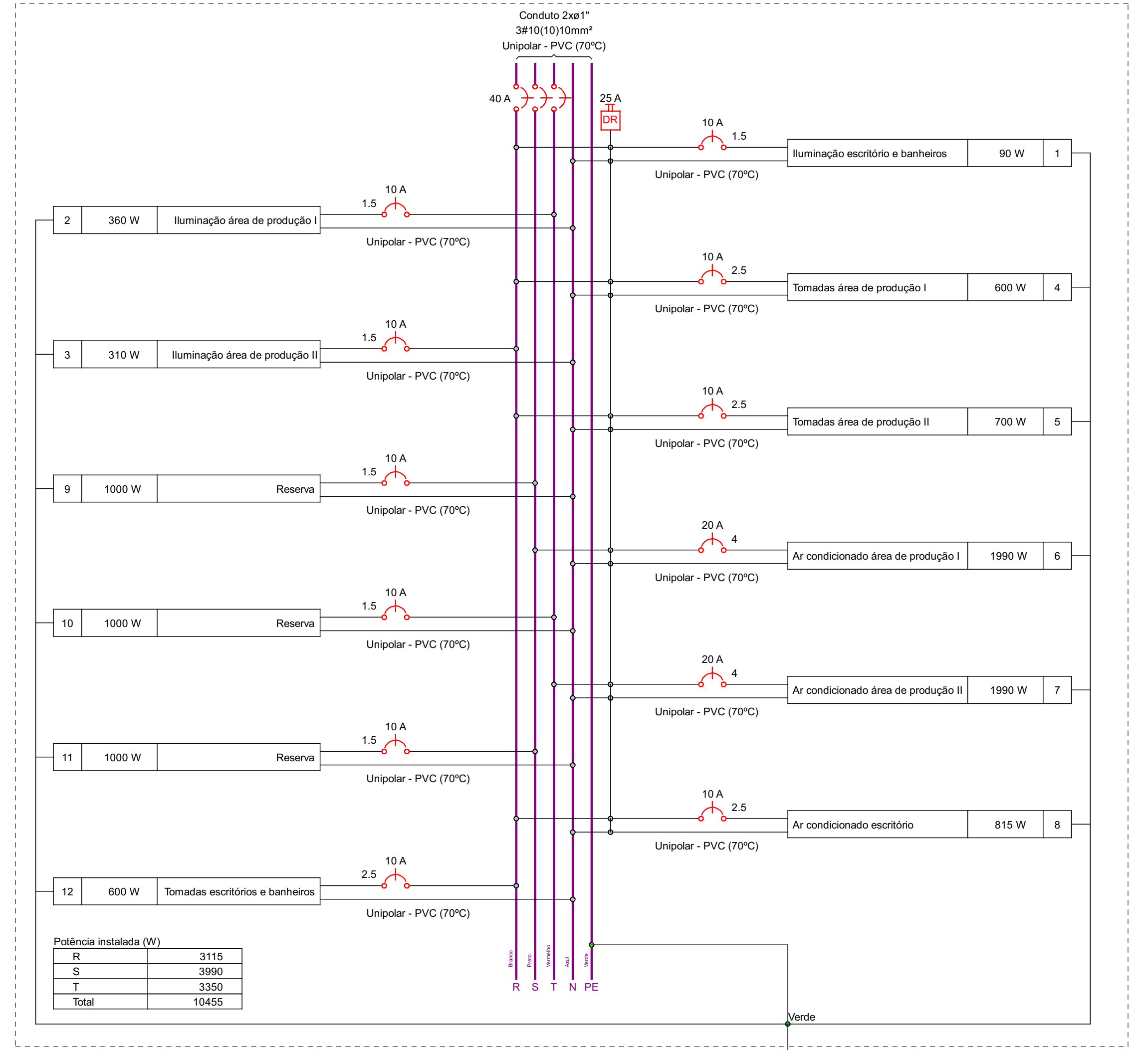


1 PLANTA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - TÉRREO
1:50

Quadro de Demanda (OD1) - Pavimento Térreo			
Tipo de carga	Potência instalada (kW)	Fator de demanda (%)	Demandada (kW)
Iluminação e TUC's (Escritórios e salas comerciais)	5,87	100,00	5,87
Uso Específico	5,33	100,00	5,33
TOTAL			11,20

Quadro de Cargas (OD1) - Pavimento Térreo	
Circuito	Descrição
1	Iluminação escritório e banheiros
2	Iluminação área de produção I
3	Iluminação área de produção II
4	Tomadas área de produção I
5	Tomadas área de produção II
6	Ar condicionado área de produção I
7	Ar condicionado área de produção II
8	Ar condicionado escritório
9	Reserva
10	Reserva
11	Reserva
12	Tomadas escritórios e banheiros
TOTAL	

OD1 (Quadro Térreo)



PROJETO ELÉTRICO

1 / 2

OBRA:

Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL:

Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO:

Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:

- Planta de Instalações Elétricas do Pavimento Térreo
 - Quadro de cargas do Proj Elétrico
 - Quadro de demanda do Proj Elétrico
 - Diagramas unifilar e multifilar
 - Lista de materiais elétricos
 - Legenda das fiações

PROPRIETÁRIO:

ADALMIR JOSÉ
 Município de Engenheiro Beltrão
 Chefe de Gabinete

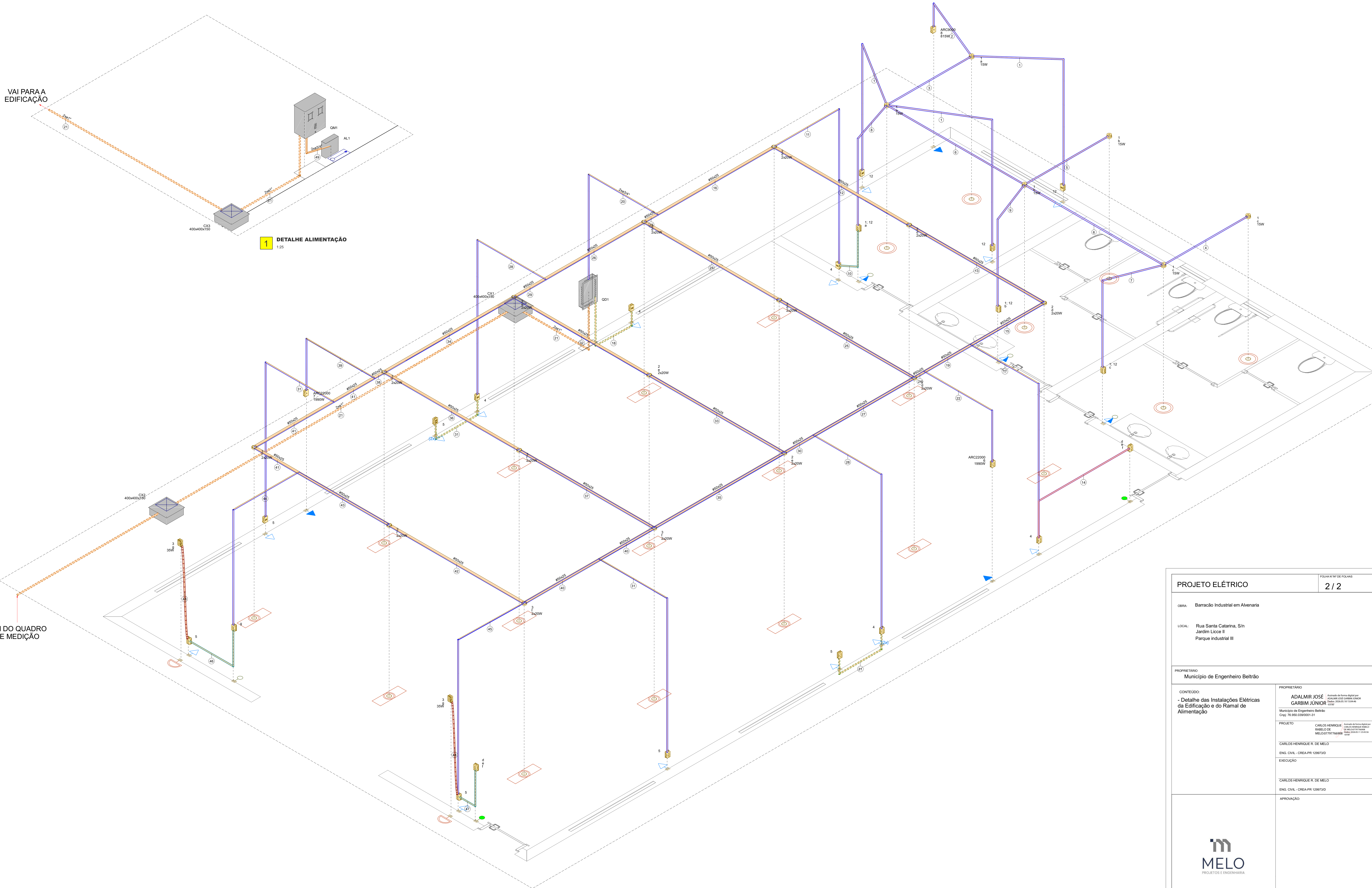
PROJETO:

CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
 Engenheiro Eletricista
 CREA-PR 129973/D

EXECUÇÃO:


CARLOS HENRIQUE R. DE MELO
 Eng. Civil - CREA-PR 129973/D

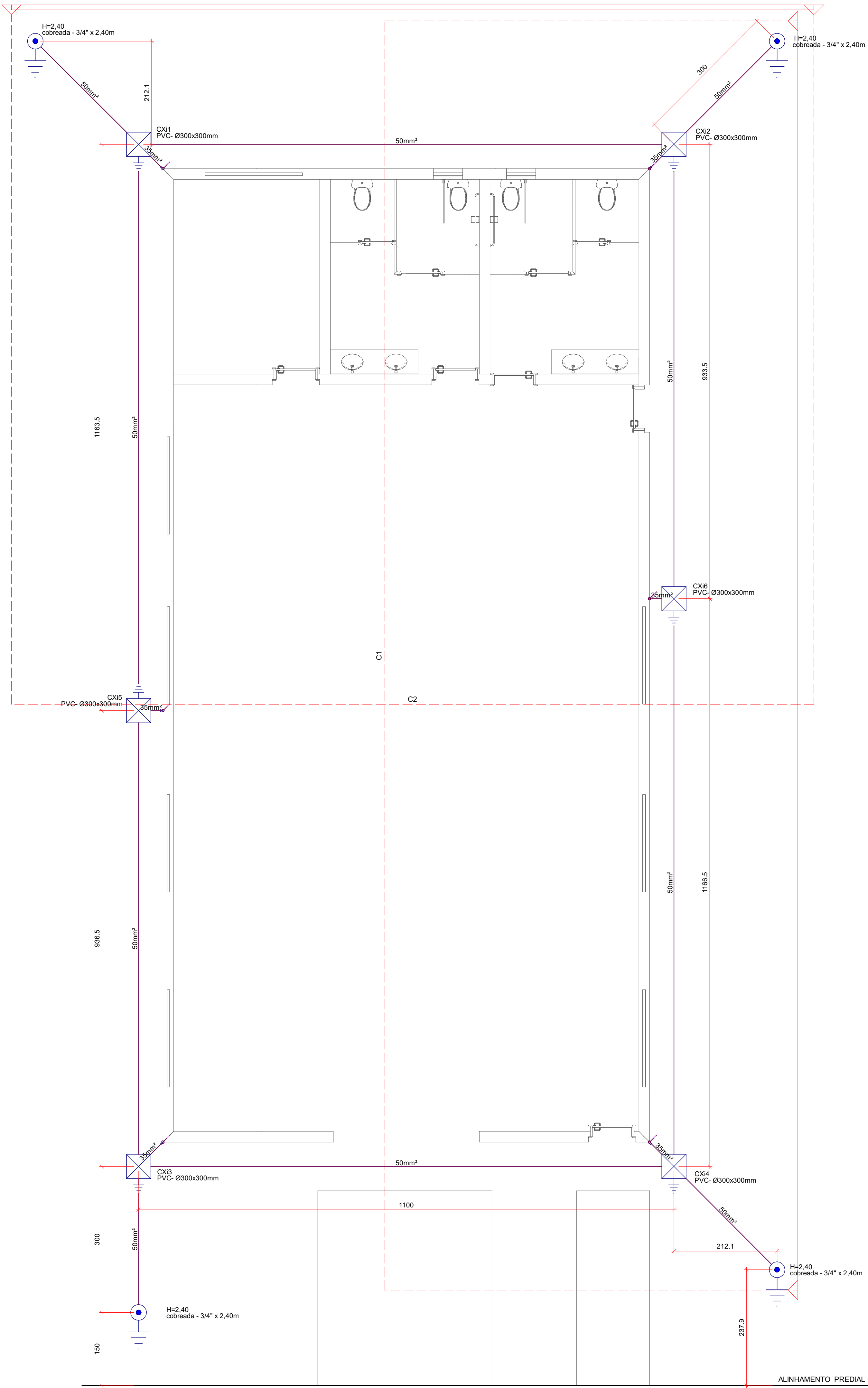
APROVAÇÃO:



1 DETALHE ALIMENTAÇÃO
1/25

2 DETALHE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
1/25

PROJETO ELÉTRICO		FOLHA Nº 01 DE 02
2 / 2		
OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria		
LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n Jardim Lince II Parque Industrial III		
PROPRIETÁRIO: Município de Engenheiro Beltrão		
CONTEÚDO: - Detalhe das Instalações Elétricas da Edificação e do Ramal de Alimentação	PROPRIETÁRIO: ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR Município de Engenheiro Beltrão CNPJ: 16.890.038/0001-11	
	PROJETO: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO RABELO DE MELO CNPJ: 16.890.038/0001-11	
	EXECUÇÃO: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO ENG. CIVIL - CREA-PR 129973/D	
	APROVAÇÃO:	
		



1 PLANTA DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) - TÉRREO
1:50

Lista de materiais - Pavimento Térreo	
SPDA	
Aterramento	
Caixa de inspeção	6 pc
PVC Ø300x300mm	
Conector tipo "J"	4 pc
Haste de aterramento - cobreada 3/4\" x 2,40m	4 pc
Conduturas de proteção (SPDA)	
Cabo de cobre Nu - 7 fios 35mm²	3,83 m
50mm²	76 m

Lista de materiais - Laje	
SPDA	
Conduturas de proteção (SPDA)	
Cabo de cobre Nu - 7 fios 35mm²	18 m
Duto de Proteção	
Tubos de PVC de 1\" x 3m	6 pc

Lista de materiais - Cobertura	
SPDA	
Conduturas de proteção (SPDA)	
Cabo de cobre Nu - 7 fios 35mm²	6 m

Legenda - Pavimento Térreo	
	Caixa de inspeção - PVC Ø300x300mm
	Haste de aterramento cobreada - 3/4\" x 2,40m

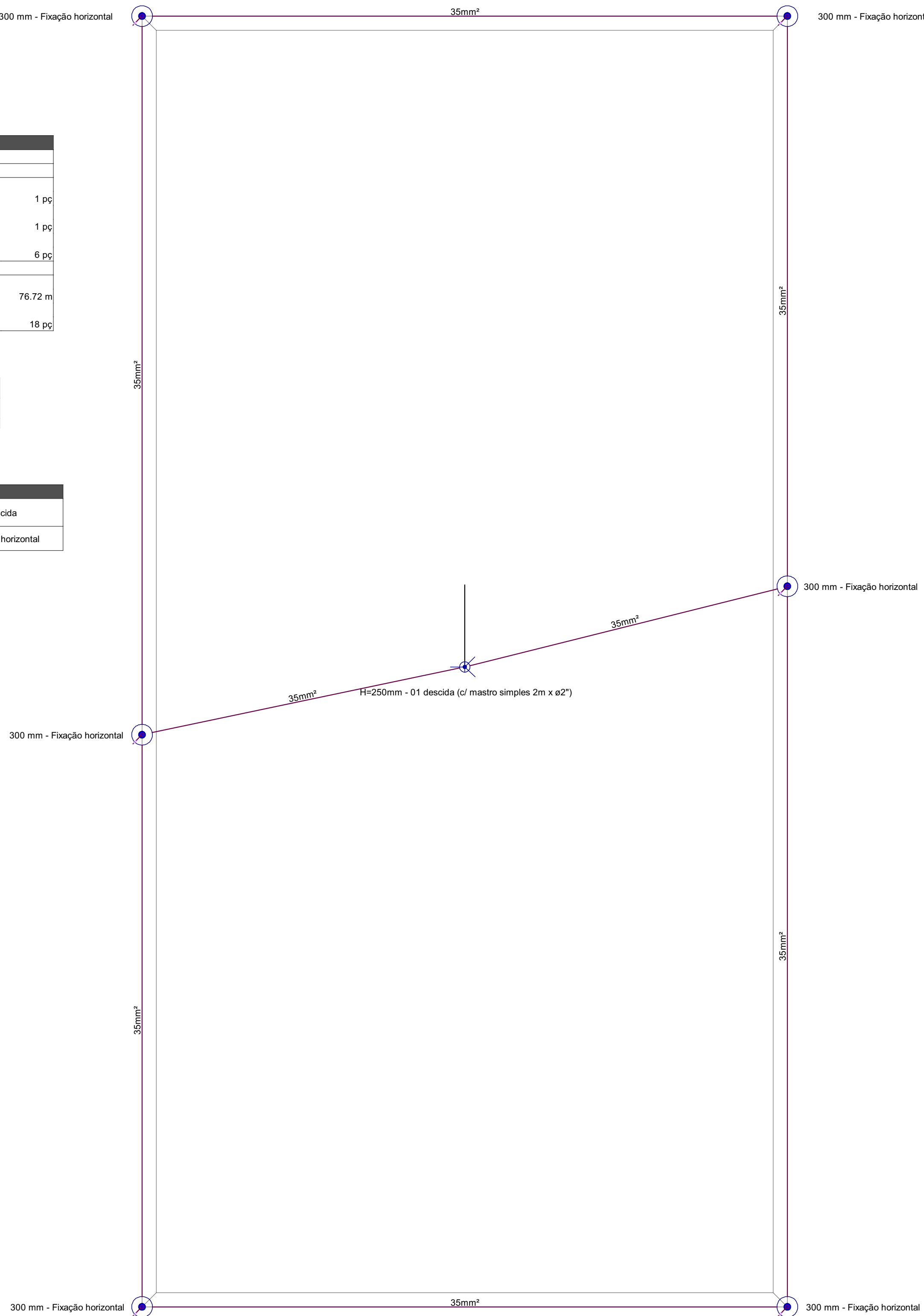
Legenda de condutas - Pavimento Térreo	
SPDA	

Dados da edificação				
	Altura	5,05 m		
	Largura	10,00 m		
	Comprimento	20,00 m		
Classificação de estruturas				
III				
Nível de proteção				
20,00 m				
Determinação da necessidade de proteção - Estrutura				
Componentes de risco	R1 - vista humana (x 10 ⁻⁵)	R2 - serviço público (x 10 ⁻³)	R3 - patrimônio cultural (x 10 ⁻⁴)	R4 - econômico (x 10 ⁻³)
Ra	0,00267	-	-	-
Rb	2,67	0,027	0	0,267
Rc	26,66	0,027	-	0,267
Rd	47186,55	47,19	-	471,67
Re	0,46843	-	-	-
Rv	468,43	4,68	0	46,84
Rw	468,43	0,468	-	4,68
Rx	46842,73	46,84	-	468,43
Rz	94995,92	99,24	0	992,35
Limite tolerável	Acima	Acima	Abaixo	-
Avaliação de perdas do valor econômico - Estrutura				
CT - Custo total da estrutura (Valores em \$)				0
CL - Custo anual de perdas (Valores em \$)				0
Número de descidas				
Pavimento	Perímetro (m)	Espacamento (m)	Número de descidas	
Pavimento Térreo	60,00	11,17	6	
Laje	60,00	11,17	6	
Cobertura	60,00	11,17	6	
Cinta	60,00	11,17	6	
Seção dos condutores				
Material	Captor (mm²)	Descida (mm²)	Aterramento (mm²)	
Cobre	35	35	50	
Definições padrão NBR 5419/2015 em referência ao nível de proteção				
Ângulo de proteção (método Franklin)				77° a 67°
Largura máxima da malha (método Garcia de Faraday)				15 m
Raio da esfera rotante (método Eletromagnético)				45 m
Análise de cintamento				
Pavimento	Nível (m)	Altura em relação ao solo (m)		
Pavimento Térreo	0,00	0,00		
Cinta	5,05	5,05		

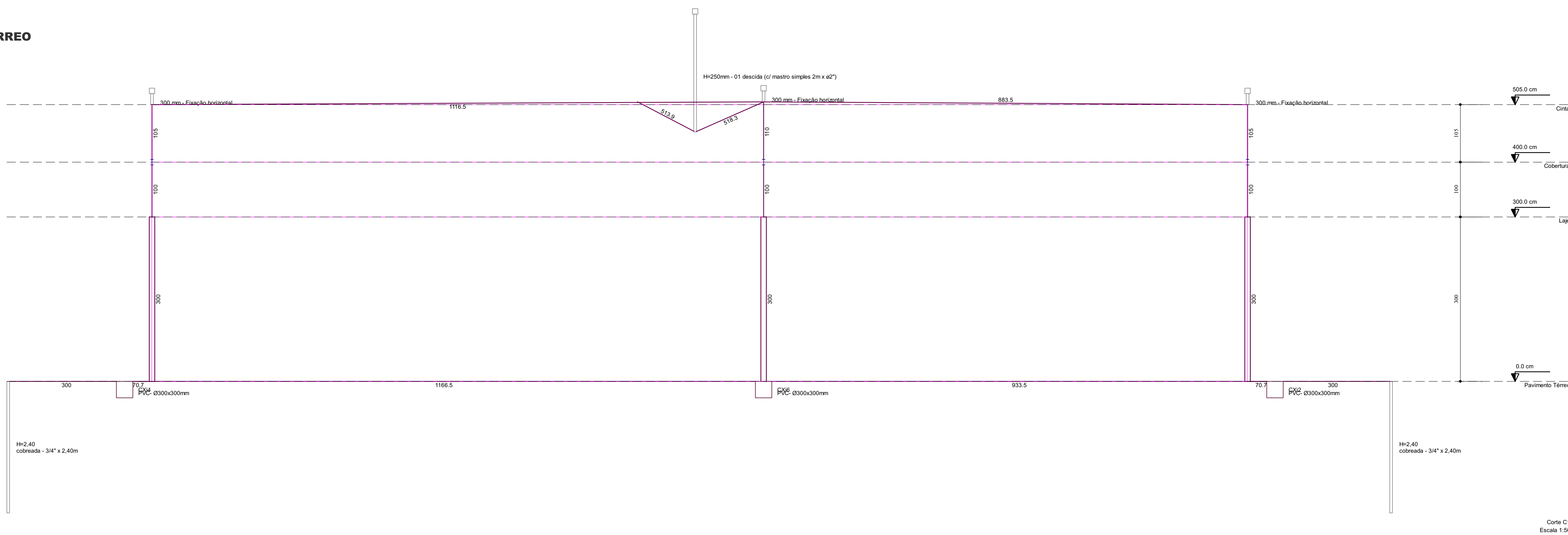
Lista de materiais - Cinta	
SPDA	
Captadores	
Captor Franklin	
H=250mm - 01 descida	1 pc
Mastro simples 2m x 42"	1 pc
Terminal Aéreo	1 pc
300 mm - Fixação horizontal	6 pc
Conduturas de proteção (SPDA)	
Cabo de cobre Nu - 7 fios 35mm²	76,72 m
Isolador simples	
Fix. horizontal - 100 mm	18 pc

1. Planta de condutas - Cinta	
SPDA	

Legenda - Cinta	
	Captor Franklin - H=250mm - 1 descida
	Terminal Aéreo - 300 mm - Fixação horizontal



2 PROJETO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) - CINTA
1:50



Corte C1
Escala: 1:50

PROJETO SPDA

1 / 1

OBRA: Barracão Industrial em Alvenaria

LOCAL: Rua Santa Catarina, S/n
Jardim Lince II
Parque Industrial III

PROPRIETÁRIO: Município de Engenheiro Beltrão

CONTEÚDO:

- Planta do SPDA dos Pavimentos Térreo e Cinta (superior)
- Cortes sob a estrutura de todos os pavimentos
- Memorial de cálculo resumido

PROPRIETÁRIO: ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR

PROJETO: CARLOS HENRIQUE RIBEIRO DE MELO

EXECUÇÃO: CARLOS HENRIQUE R. DE MELO

APROVAÇÃO:

Assinatura de forma digital por ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR

Assinatura de forma digital por CARLOS HENRIQUE RIBEIRO DE MELO

